

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DOS SETORES EXPORTADOR E
INDUSTRIAL DURANTE A REPÚBLICA VELHA E PÓS-ANOS 90**

RINALDO PERECIN CALHEIROS

FLORIANÓPOLIS, ABRIL DE 2006

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DOS SETORES EXPORTADOR E
INDUSTRIAL DURANTE A REPÚBLICA VELHA E PÓS-ANOS 90**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 - Monografia.

Por: Rinaldo Perecin Calheiros

Orientador: Prof. Lauro Francisco Mattei

Área de Pesquisa: Economia brasileira

Palavras - Chaves: 1 República Velha
 2 Anos 90
 3 Indústria
 4 Exportações

Florianópolis, Abril de 2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota ao aluno na disciplina CNM 5420 - Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Lauro Francisco Mattei
Presidente

Prof.

Membro

Prof.

Membro

DEDICATÓRIA

À minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Ao meu irmão, Renato, meu grande companheiro, que esteve junto comigo nos momentos mais importantes (e também nos menos...) sempre transmitindo serenidade, alegria e sabedoria.

Ao meu pai, Rinaldo, que me deu todo o apoio ao longo da vida, sem o qual não teria sido possível chegar até aqui. E pelo grande exemplo que é, que busco me espelhar. E por sua alegria de viver, que só torna o mundo mais belo e seu filho mais orgulhoso.

Às minhas tias Ângela, Gláucia e Lucila e aos meus tios Jurandir e Sérgio, que foram alicerces seguros frente às adversidades mais profundas. Exemplos que tanto me ajudaram e se dedicaram, não só durante a vida acadêmica, mas durante a vida toda.

Aos meus avós Herculano, Helena e Ivone que, além do exemplo, das palavras e dos gestos de apoio que me deram, acenderam inúmeras velas providenciais, para que tudo desse certo!

Aos meus amigos, que estiveram sempre presentes e que, cada um, de alguma forma, me ajudaram em muito para concluir esta etapa de minha vida.

Ao meu cachorro Bruce Lee, que foi sempre companheiro e esteve sempre junto me divertindo!

À banca examinadora, que valorizou enormemente este trabalho por suas observações e correções.

Ao meu orientador, professor Lauro Mattei, que além de ser um exemplo de pessoa é um exemplo de professor. Ao combinar liberdade, dedicação e rigor em sua orientação exerceu, com maestria, a função mais importante de um professor: dar “asas” ao acadêmico.

À minha mãe, Beatriz, e ao meu avô, Rinaldo, que apesar da distância, estiveram sempre presentes em seus valores, amor e lembranças. Faltam palavras para dizer sua importância.

RESUMO

A partir de 1990 iniciou-se o processo de abertura econômica (comercial e financeira) da economia brasileira. Ao contrário do período de substituição de importações, quando as relações com o setor externo foram restringidas, essa nova forma de inserção internacional teve como pressuposto o desenvolvimento da economia brasileira mediante choques de competitividade e externalidades positivas derivadas da alocação ótima de recursos em escala mundial. Entretanto, observou-se desde então um bom desempenho do setor exportador e um desempenho apenas regular do setor industrial. Para entender esse resultado distinto dos dois setores analisou-se como alguns aspectos estruturais e conjunturais influíram no comportamento de ambos, não só após 1990 como durante a República Velha – outro período de ampla abertura econômica. Utilizando-se instrumentos como indicadores de quantum produzido, importado e exportado por níveis de agregação e por categorias de uso, entre outros, comparou-se o comportamento dos setores industrial e exportador entre os dois períodos e entre si. Concluiu-se que os recursos naturais, fatores climáticos favoráveis, baixa sensibilidade às taxas de juros internas (aspectos estruturais) levaram o setor exportador ao crescimento nos dois períodos. Por outro lado, fatores estruturais como a elevada influência da taxa de juros e a base produtiva industrial atrasada em relação ao exterior levaram o setor industrial a ter um crescimento menor em relação ao setor exportador. Quanto aos aspectos conjunturais, observou-se que existiu, nos dois períodos, um ciclo de cenários que envolviam crises externas e tentativas de estabilização promovidas pelo governo. Conforme analisado, as crises contribuíram, no médio prazo, para a expansão de ambos os setores. Já as políticas de estabilização, por terem afetado mais o setor industrial do que o setor exportador, e que para sua implementação dependeram no nível de atividade do setor externo, por serem aplicadas com frequência após 1990, contribuem para explicar o pior desempenho da indústria se comparado ao do setor exportador nesse período. De forma análoga, a menor possibilidade de aplicação dessas políticas durante a República Velha, em virtude do pior desempenho do setor externo naquele período, explica o melhor comportamento da indústria naquele período se comparado ao verificado após 1990. Se o setor externo é gerador da maior parte das crises e responsável pela possibilidade ou não de aplicação das políticas de estabilização, esse é o maior influenciador do comportamento de ambos os setores nos dois períodos de abertura econômica.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Exportações brasileiras (quantum) e atividade nos EUA - (variações % anuais) - (1889-1899).....	27
Figura 2: Produção (mil toneladas) e exportação de café (cem contos de réis) - (1900-1914).....	33
Figura 3: Importação (quantum: índice 1939 = 100) - categorias de uso - (1901-1914).....	35
Figura 4: Importação (% sobre o total importado) - classes industriais - (1901-1914).....	36
Figura 5: Produção (mil toneladas) e exportação de café (cem contos de réis) - (1914-1930).....	40
Figura 6: Importação (quantum: índice 1939 = 100) - categorias de uso - (1912-1933).....	42
Figura 7: Consumo aparente de cimento e laminados de aço (mil toneladas) e produção de manufaturas (quantum: índice 1939 = 1000) - (1901-1933).....	42
Figura 8: Indicadores industriais e taxa de câmbio – Índices: Volume Físico da Produção (1929 = 100) e Importação de Bens de Capital para indústria (quantitativo: 1939 = 100). (1920-1930).....	45
Figura 9: Preços, Nível de atividade do EUA, Exportações, Produção de Manufaturas, Câmbio, M1 (papel moeda em poder do público) e importação de Bens de Capital – (1901-1930).....	49
Figura 10: Exportações - fator agregado em quantum (1996 = 100) e FOB (US\$ 100 milhões) e taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações - índice: média 2000 = 100) - (1989-1994).....	66
Figura 11: Exportações/destino (US\$ Bilhões) - países selecionados - (1990-1994).....	67
Figura 12: Produção da indústria em geral (quantum: índice média 2002 = 100), utilização da capacidade instalada geral (%), taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações - índice: média 2000 = 100) e Inflação (IPC - FIPE - variação % mensal) - (1988 1º trim. -1994 2º trim.).....	68
Figura 13: Utilização da capacidade instalada geral (FGV - %), por categorias de uso (%), importações por categorias de uso (quantum: índice média 1996 = 100), taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações - índice: média 2000 = 100) e Inflação (IPC - FIPE - variação % mensal) - (1988 1º trim. -1994 2º trim.).....	69

Figura 14: Exportações - fator agregado em quantum (1996 = 100) e FOB (US\$ 100 milhões) e taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações - índice: média 2000 = 100) - (1994-1999).....	73
Figura 15: Exportações/destino (US\$ Bilhões) - países selecionados - e taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações - índice: média 2000 = 100) - (1994-1999).....	74
Figura 16: Produção da indústria em geral (quantum: índice média 2002 = 100), utilização da capacidade instalada geral (FGV - %), taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações - índice: média 2000 = 100), SELIC (acumulada no mês anualizada) e Inflação (IPC - FIPE - variação % mensal) - (1994 3ºtrim. - 1999 2ºtrim.).....	75
Figura 17: Utilização da capacidade instalada geral (FGV - %), por categorias de uso (%), importações por categorias de uso (quantum: índice média 1996 = 100), taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações - índice: média 2000 = 100), SELIC (acumulada no mês anualizada) e Inflação (IPC - FIPE - variação % mensal) – (1994 3ºtrim - 1999 2ºtrim.).....	76
Figura 18: Exportações - fator agregado em quantum (1996 = 100) e FOB (US\$ 100 milhões) e taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações - índice: média 2000 = 100) - (1999-2005).....	79
Figura 19: Exportações totais e por fator agregado (FOB - US\$ bilhões), preços de exportação (índice média: 1996 = 100) e taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações - índice: média 2000 = 100) - (1999-2005).....	79
Figura 20: Exportações/destino (US\$ Bilhões) - países selecionados - e taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações - índice: média 2000 = 100) – (1998 – 2005).....	80
Figura 21: Produção da indústria em geral (quantum: índice média 1991 = 100 - IBGE), utilização da capacidade instalada geral (FGV - %), taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações - índice: média 2000 = 100), SELIC (acumulada no mês anualizada) e Inflação (IPC - FIPE - variação % mensal) - (1999 2ºtrim. – 2005 4ºtrim.).....	81
Figura 22: Utilização da capacidade instalada geral (FGV - %), por categorias de uso (%), importações por categorias de uso (quantum: índice média 1996 = 100), taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações - índice: média 2000 = 100), SELIC (acumulada no mês anualizada) e Inflação (IPC - FIPE - variação % mensal) - (1999 2ºtrim. – 2005 4ºtrim.).....	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Produtos de exportação do Brasil (% sobre o total) - (1889-1897).....	28
Tabela 2: Indicadores da produção industrial - (1891 - 1899).....	29
Tabela 3: Produtos de exportação do Brasil (% sobre o total) - (1889 - 1913).....	34
Tabela 4: Taxas anuais médias de crescimento da produção industrial - (1920 - 1928).....	44
Tabela 5: Renda interna segundo ramos de atividade - (1949 - 1980).....	62

SUMÁRIO

RESUMO.....	4
LISTA DE FIGURAS	5
LISTA DE TABELAS	7
CAPÍTULO 1. PROBLEMA DE PESQUISA.....	10
1.1 Objetivos.....	15
1.1.1 Objetivo Geral.....	15
1.1.2 Objetivos Específicos.....	16
1.2 Metodologia.....	16
1.3 Estrutura da Monografia.....	17
CAPÍTULO 2. DESEMPENHO DOS SETORES EXPORTADOR E INDUSTRIAL DURANTE A REPÚBLICA VELHA (1889 - 1930).....	19
2.1 Introdução.....	19
2.2 Revisão do momento histórico e situação dos setores exportador e industrial..	20
2.2.1 Condições históricas internacionais.....	20
2.2.2. Setor exportador.....	21
2.2.3 Assalariamento, criação do mercado interno e o nascimento da indústria.	22
2.2.4 Situação política e a crise monetária.....	24
2.3 Primeira década de República (1889-1898).....	25
2.3.1 Política econômica e cenário externo.....	25
2.3.2 O setor exportador durante a expansão monetária.....	26
2.3.3 O setor industrial durante a expansão monetária.....	28
2.4 Do <i>Funding Loan</i> à I Guerra Mundial (1898 - 1914).....	31
2.4.1 Política econômica e condições externas.....	31
2.4.2 Setor exportador durante o pré-guerra.....	32
2.4.3 Setor industrial durante o pré-guerra.....	34
2.5 Guerra, política de valorização permanente e Crise de 1929 (1914 - 1930).....	37
2.5.1 Política econômica e condições externas.....	37
2.5.2 Setor exportador durante o período 1914-1930.....	39
2.5.3 Setor industrial durante o período 1914-1930.....	41
2.6 Balanço do comportamento dos setores exportador e industrial durante a República Velha.....	46
2.6.1 Setor industrial durante a República Velha.....	46
2.6.2 Setor exportador durante a República Velha.....	54
CAPÍTULO 3. DESEMPENHO DO SETOR EXPORTADOR E INDUSTRIAL APÓS A REABERTURA ECONÔMICA (1990 - 2005).....	56
3.1 Introdução.....	56

3.2	Momento histórico e situação dos setores exportador e industrial.....	57
3.2.1	Condições históricas internacionais.....	57
3.2.2	O Brasil no novo cenário internacional.....	59
3.2.3	Perfil do setor exportador em 1990.....	59
3.2.4	Perfil da Indústria nacional em 1990.....	61
3.3	A abertura econômica e a primeira fase do Plano Real (jan/1990 - jul/1994).	63
3.3.1	Política econômica e cenário externo nos governos Collor e Itamar.....	63
3.3.2	O setor exportador no início da abertura econômica.....	65
3.3.3	O setor industrial no início da abertura econômica.....	67
3.4	Estabilidade inflacionária, crises e flutuação cambial (jul/1994 - abr/1999).....	70
3.4.1	Política econômica.....	70
3.4.2	Setor exportador durante a âncora cambial.....	72
3.4.3	Setor Industrial durante a âncora cambial.....	74
3.5	Estabilidade, novas crises e o Governo Lula (1999 - 2005).....	76
3.5.1	Política Econômica.....	76
3.5.2	Setor exportador sob câmbio flutuante.....	78
3.5.3	Setor Industrial sob câmbio flutuante.....	80
3.6	Balço do comportamento dos setores industrial e exportador a partir de 1990.....	83
3.6.1	Balço do comportamento do setor industrial.....	83
3.6.2	Balço do comportamento do setor exportador.....	85
	CAPÍTULO 4. SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE O COMPORTAMENTO DOS SETORES EXPORTADOR E INDUSTRIAL DURANTE A REPÚBLICA VELHA E ANOS PÓS 1990.....	88
4.1	Introdução.....	88
4.2	Estruturas e comportamentos.....	89
4.2.1	Setor Exportador.....	89
4.2.2	Setor Industrial.....	94
4.3	As conjunturas e os comportamentos.....	99
	CAPÍTULO 5. CONCLUSÃO.....	106
	REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	107
	ANEXOS.....	108

CAPÍTULO 1. PROBLEMA DE PESQUISA

O período que se estende do último decênio do século XIX até o ano de 1930, chamado de República Velha, é considerado o auge da economia primário-exportadora e o período no qual a indústria se estabelece na estrutura produtiva brasileira. Segundo Silva (1976), enquanto o setor cafeeiro nacional chegou a possuir cerca de 82% da produção mundial de café em 1901/1902, apoiado no desempenho do mercado mundial, a indústria nacional surgia captando uma parcela da demanda por bens de consumo dos assalariados que trabalhavam nas lavouras de café e dos que se empregavam nas aglomerações urbanas.

Apesar do nascimento do setor industrial, seu crescimento foi apenas parcial e sujeito a flutuações. E esse desenvolvimento parcial pode ser explicado por fatores conjunturais e, principalmente, estruturais que impediram o desenvolvimento endógeno da indústria nacional. Segundo Cardoso de Mello (1984), a inexistência de um setor produtor de bens de produção capitalista na estrutura produtiva na qual se desenvolveu a indústria, conferiu contornos distintos ao processo de industrialização no Brasil¹.

A base estrutural carente tornava a indústria nacional dependente das importações de bens de capital e de matérias-primas industriais para a produção de bens e ampliação de capacidade produtiva. Dessa forma, sua expansão ficava subordinada às condições do mercado internacional e do complexo exportador – que gerava capacidade de importar e recursos monetários para as inversões no setor industrial.

Por outro lado, as políticas econômicas do governo influenciavam fortemente o desempenho do setor industrial, já que períodos de forte expansão monetária eram interrompidos por medidas excessivamente contracionistas. Se a expansão do meio circulante contribuía para proteger a base industrial da concorrência externa² e incentivar a demanda interna, a contração do numerário reduzia essa proteção pela valorização cambial e forçava a estagnação e depressão da produção interna, em nome da estabilização das variáveis econômicas (VILLELA; SUZIGAN 2001).

¹ Outros fatores de caráter estrutural impediram o desenvolvimento endógeno da indústria nacional, tais como: insuficientes economias externas (sistema de transportes, saneamento básico, crédito, difusão tecnológica, etc), reduzido número de estabelecimentos industriais, ausência de um programa coordenado de desenvolvimento e proteção à indústria, entre outros. (CARDOSO DE MELO; 1984).

² Pela conseqüente desvalorização cambial que encarecia os produtos similares importados.

A alternância das políticas econômicas adotadas naquele período refletiam fundamentalmente as crises de origem externa. O setor externo determinava a demanda do setor exportador (núcleo dinâmico da economia) e, conseqüentemente, a situação da economia do país: influía nas receitas de exportação, na disponibilidade de capitais de *portfólio* (aplicados em títulos públicos e privados), no balanço de pagamentos, na capacidade de importar e no orçamento do governo, interferindo, portanto, em todo o sistema econômico apoiado no setor exportador. Para contornar ou restringir os impactos negativos das crises de origem externa, o governo freqüentemente alterava a política econômica como resposta a essas condições.

Em suma, o setor industrial surgia numa base estrutural repleta de lacunas e num ambiente econômico incerto, devido à implementação de políticas econômicas contraditórias e por sua vulnerabilidade às flutuações do nível de atividade internacional. Essas condições estruturais e conjunturais sob as quais surgiu a indústria nacional contribuíram para determinar o seu caráter limitado de desenvolvimento: dedicava-se a atender apenas uma parcela da demanda interna por bens de consumo tradicional (têxteis, calçados, chapéus e alimentos, por exemplo), com baixa eficiência produtiva e que exigiam baixos níveis de investimento e agregação de tecnologia. (CARDOSO DE MELLO; 1984).

No mesmo período, o setor exportador atravessou diversos problemas: a transição do trabalho servil para o trabalho assalariado, a superprodução de café, crises internacionais, etc. No entanto, o setor exportador, principalmente o cafeeiro, apresentou bom desempenho. As crises recorrentes não afetavam de modo simétrico o setor cafeeiro, comparativamente ao industrial (SILVA 1976; FURTADO 1961; VILLELA; SUZIGAN 2001).

O panorama da indústria e do setor exportador descrito acima continuou até o fim da República Velha, quando a partir de 1930 começaram a ser sentidos internamente os reflexos da grande crise mundial de 1929 e, depois, os efeitos da II Guerra. De 1930 até a década de 1970 o modelo de crescimento foi distinto do anterior (de livre fluxo de capitais e comercial). O modelo de industrialização por substituição de importações tinha como principal característica a forte intervenção estatal na economia visando, em essência, reduzir os constrangimentos externos que afetavam o desenvolvimento das bases produtivas nacionais, pela substituição de importados e por medidas de caráter intervencionista. Esse período ficou marcado em nossa história como o de maior desenvolvimento econômico do país. Como resultado, nos primeiros anos da década de 1970, as lacunas estruturais que restringiam o crescimento industrial foram preenchidas pela política de substituição de importações.

Entre o fim da década de 1970 e a década de 1980, foi um período de grandes dificuldades para a economia brasileira, influenciada por fatores como: a crise financeira do estado e a inflação crônica; as crises do petróleo; a elevação nos juros internacionais após 1980; a explosão da dívida externa e a crise de liquidez internacional. Para o restabelecimento da “ordem” do sistema financeiro e da economia internacional surgiu o Consenso de Washington e o Plano Brady – ambos em 1989. (BARROS DE CASTRO; 2005).

Visto como doutrina econômica para superação da estagnação do período, o primeiro propunha reformas estruturais por parte dos países “emergentes” e o segundo oferecia um plano para reestruturação das dívidas externas. Grosso modo, as reformas teriam por base a redução do papel do estado na economia (mediante reforma fiscal, privatizações, desregulamentação financeira e outras) e abertura econômica (comercial e financeira), delegando às forças de mercado o papel de provedoras e indutoras do desenvolvimento econômico e ao estado o papel de estabilizador da economia³.

Quanto ao papel do livre-fluxo de capitais e mercadorias, esperava-se que as restrições estruturais presentes nas economias “emergentes” fossem superadas pela melhor alocação dos fatores de produção disponíveis em escala global. Partindo-se desse princípio, os países “em desenvolvimento” seriam beneficiados pela liberdade dos fluxos de capitais e de mercadorias, já que a lógica liberal previa a alocação ótima dos recursos e a idéia de mercados eficientes.

Franco (1999), ex-presidente do Banco Central do Brasil e um dos contribuintes na formulação e condução da política econômica durante o Plano Real, ilustra os princípios que guiaram a política econômica brasileira desde 1990, quando o país modificou a forma de inserção na economia mundial na “era da globalização”.⁴

Segundo esse autor, o processo de globalização reflete as mudanças nas esferas produtivas e financeiras da economia global. Há uma mudança generalizada nas organizações das grandes empresas internacionais (Empresas Transnacionais), que realizaram após os anos 1970 “esforços contínuos de racionalização de atividades [...] compreendendo desintegração vertical, *outsourcing* e realocação no exterior” (FRANCO; 1999 p. 30). Esses esforços resultaram no aumento da eficiência produtiva mediante a busca de externalidades positivas em ambientes econômicos diversos. Desta forma, foi verificado no fim do século XX uma

³ O estado, em seu papel de estabilizador da economia deveria, grosso modo, reduzir seu nível de endividamento e manter o nível inflacionário em níveis baixos.

⁴ Em 1990, os primeiros passos da abertura econômica foram dados: implementou-se a abertura comercial progressiva; o regime de câmbio flutuante; e, após o acordo de renegociação da dívida externa em 1992, a efetiva abertura financeira.

elevação substancial dos Investimentos Externos Diretos direcionados aos países em desenvolvimento⁵. Esses investimentos além de aumentarem a taxa de crescimento da produtividade da economia⁶ elevam o seu coeficiente de exportação. Em outras palavras, a abertura econômica, ao facilitar o investimento externo, traz, além de uma maior produtividade da base produtiva, a superação dos constrangimentos externos mediante expansão das exportações⁷.

Vendo desta forma a “nova economia global” em suas oportunidades e exigências, assim como é recomendado no Consenso de Washington, Franco (1999) é a favor da priorização da estabilidade econômica. O Brasil teria ficado à margem dos fluxos de investimentos diretos entre 1970 e 1994, e do subsequente processo de desenvolvimento observado em vários países “emergentes”, devido à grave instabilidade da economia, seja no índice inflacionário ou na dívida externa. Diferentemente do que ocorreu nos países asiáticos, que receberam elevados níveis de investimento externo e experimentaram elevadas taxas de investimento, o Brasil, devido à instabilidade macroeconômica (subproduto do modelo de industrialização por substituição de importações⁸), permaneceu estagnado durante a década de 1980. O que está no cerne desse raciocínio é a necessidade de estabilização da economia para a definitiva superação do subdesenvolvimento. Com estabilização eleva-se o nível de investimentos externos e internos, o nível de exportações tendo, como consequência, o desenvolvimento econômico. Desta forma, conforme o autor, “é natural que a agenda da estabilização se confunda com a agenda do desenvolvimento”. (FRANCO, 1999, p. 28).

Logo após o Plano Real, a estabilização inflacionária e a elevação dos Investimentos Externos Diretos⁹, era esperado, portanto, um processo de reestruturação e modernização da indústria brasileira pelo aumento da importação de bens de capital com maior nível tecnológico. Acreditava-se que, após esse processo, a indústria retornaria aos níveis de produção anteriores ao plano, porém mais eficiente. Após todas essas mudanças e a esperança de um novo ciclo virtuoso de crescimento e desenvolvimento, os resultados da economia brasileira, desde então, são muito aquém do esperado, já que a maioria dos países em “desenvolvimento” apresentaram nos últimos anos taxas maiores de crescimento do PIB.

⁵ Vale dizer que o autor assume a existência de “novas formas” (*ibidem* p. 30) de investimento que não a forma “habitual e canônica de investimento direto (*greenfield*)”. (*ibidem* p. 36).

⁶ A taxa de crescimento da produtividade, para o autor, é o fator que explica o fracasso do modelo de substituição de importações, o caminho para a superação do desenvolvimento e o motivo da desigual distribuição de renda no Brasil. Ver Franco (1999 p. 37-44).

⁷ Mesmo com o aumento das importações, já que houve uma expansão das trocas intra-industriais após 1970.

⁸ Ainda segundo o autor.

⁹ Fundamentalmente devido às privatizações realizadas no período.

Esse fraco desempenho teve como influência diversas crises durante o período. Entre outras se destacaram: a do México (1994/5), da Ásia (1997), da Rússia (1998), Brasil (1999), Argentina (2001), 11 de setembro (2001) e eleições presidenciais (2002). Originadas por causas variadas, essas crises afetaram a economia brasileira de forma semelhante: fuga de capitais, redução das reservas e desvalorização cambial. Para combater esses efeitos o governo reforçou as medidas restritivas, aumentando a taxa de juros para reduzir a inflação e amplificou a austeridade fiscal. Os paliativos acabaram por reduzir os níveis de investimento devido à elevada taxa de juros e contribuíram para o mau desempenho da indústria.

Encontra-se, portanto, uma contradição que envolve a forma de inserção do país no cenário internacional (abertura comercial e financeira) e os alicerces que sustentam a política econômica doméstica em suas metas de estabilização e perspectivas de desenvolvimento econômico: a abertura econômica (comercial e financeira) na medida em que exige estabilidade para o desenvolvimento econômico, e força o governo a realizar medidas severas de estabilização quando ocorrem as crises externas e internas, parece estar ligada ao fraco desenvolvimento da esfera produtiva brasileira após os anos 1990. Em outras palavras o governo, ao buscar a estabilidade econômica (fator promotor do desenvolvimento), ao que tudo indica, tem papel crucial nos resultados medíocres do setor industrial após a abertura econômica. Isso porque a forma de inserção do país confere, rotineiramente, situações em que se sucedem e tentativas de estabilização, crises e novas tentativas de estabilização.

Por outro lado, os setores exportadores de *commodities* agrícolas e industriais, nos últimos anos, vêm se destacando em desempenho se comparado às exportações de outros setores mais relacionados a produtos de elevado nível de agregação tecnológica e, principalmente, se comparado crescimento do setor industrial. Pode-se assinalar o bom desempenho também nas exportações de alguns bens de consumo duráveis, principalmente nos setores que são dominados por empresas multinacionais. (MERCADANTE 1998).

Desde a República Velha a indústria e o setor exportador não estiveram sujeitos às circunstâncias de abertura econômica sem maiores restrições. Parece haver semelhanças estruturais e conjunturais entre os dois períodos. Em ambos, o comportamento da indústria se deu a partir de uma base estrutural restrita e em conjuntura de livre-fluxo de capitais e mercadorias. Se na República Velha o crescimento industrial era apoiado sobre uma base carente de um setor de bens de produção, além de outras deficiências, após 1990 a indústria deveria passar por um processo de reestruturação produtiva e modernização tecnológica, indicando o atraso tecnológico da base produtiva e a ausência de um desenvolvimento

endógeno dessas forças – uma restrição estrutural. A conjuntura econômica nos dois períodos era permeada pelas influências do livre fluxo de capitais, pois na República Velha a economia era invariavelmente afetada por crises no Balanço de Pagamentos e desvalorizações cambiais, causadas não só por quedas nas exportações, mas também, em alguns momentos, pela retração de capitais externos que rumavam ao centro econômico mundial (Londres).

Por último, outra semelhança entre os dois períodos é a paulatina busca pela estabilização das variáveis macroeconômicas mediante políticas monetárias e fiscais restritivas, e até recessivas, que influenciaram negativamente o crescimento da indústria.

Chega-se, então, às seguintes questões ao se comparar as circunstâncias econômicas dos dois períodos: como se comportaram, partindo de um atraso em relação aos países centrais, os setores industrial e exportador num contexto de ampla abertura comercial e financeira em que se buscou a estabilização das variáveis econômicas? Existe algum padrão de comportamento desses dois setores, nos dois períodos em questão, frente às conjunturas recorrentes de crises/tentativas de estabilização que marcaram esses dois períodos de ampla abertura econômica? O que essas conjunturas de crises/tentativas de estabilização redundaram em termos de modificações estruturais nesses dois setores nos dois períodos?

Tendo-se em vista clarear essas questões o presente trabalho propõe interpretar o comportamento dos setores industrial e exportador frente às situações rotineiras de crises e tentativas de estabilização que marcaram esses dois períodos de ampla abertura econômica, assim como identificar suas alterações estruturais sob essa forma de inserção.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

- Interpretar comparativamente o comportamento dos setores industrial e exportador após abertura econômica dos anos 1990 à luz da experiência no período da República Velha, analisando como esses setores se desenvolveram e reagiram diante das restrições estruturais e das influências conjunturais.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Analisar e caracterizar o comportamento do setor industrial e do setor exportador levantando seus respectivos fatores estimulantes e restritivos durante o período da República Velha (1889 – 1930)
- Analisar e caracterizar o comportamento do setor industrial e do setor exportador levantando seus respectivos fatores estimulantes e restritivos a partir do ano de 1990.
- Verificar a existência de semelhanças e diferenças quanto ao padrão de comportamento do setor industrial e do setor exportador nos dois períodos, levando-se em conta a influência de fatores estruturais, conjunturais e as políticas econômicas adotadas para sua determinação.

1.2 Metodologia

Nos capítulos 2 e 3 foi utilizada uma abordagem metodológica descritiva analítica. Primeiramente, foram identificados e descritos os períodos de expansão, estagnação ou recessão dos setores exportador e industrial, assim como foram levantados seus fatores estimulantes ou restritivos. Posteriormente partiu-se dos objetos – indústria e setor exportador – em direção às suas subestruturas, identificando e analisando o caráter e as mudanças estruturais ao longo do tempo, realizando-se, portanto, um processo de fragmentação do próprio objeto. Dessa forma foi possível uma identificação mais precisa da influência da base estrutural produtiva, da conjuntura e das políticas econômicas para determinação do tipo e caráter do desempenho dos dois setores nos períodos em questão.

A intenção da pesquisa, portanto, está de acordo com o que sugere Bocchi (2004, pg. 54). Segundo o autor, “[o método analítico] consiste na própria necessidade de analisar o objeto de pesquisa em suas partes e elementos internos, além dos fatores externos que lhe condicionam, buscando uma relação de causa e efeito que torne mais clara a condição de sua existência”.

Em virtude da escassez de dados diretos durante o período da República Velha e pela própria necessidade de comparação entre dois períodos históricos diferentes, a abordagem será mais qualitativa do que quantitativa. Indicadores diretos e indiretos fornecerão materiais disponíveis para uma análise qualitativa mais geral, gerando subsídios para a consecução do objetivo do trabalho em questão.

A análise comparativa entre os setores exportador e industrial nos dois períodos em questão enfrenta certo “problema” metodológico no que diz respeito à classificação de setores exportadores e setores industriais. No período da República Velha a distinção entre indústria e setor exportador é clara: os produtos exportados eram oriundos de setores exclusivamente voltados a atender a demanda externa (o café, por exemplo). Por outro lado, a indústria interna voltava-se a atender a demanda interna de uma forma praticamente exclusiva.

Já após 1990, a distinção entre indústria e setor exportador não é clara. Conforme é explicado no Capítulo 3, a base produtiva nacional era muito mais complexa e heterogênea do que a da República Velha, o que exige restrições interpretativas, levantadas no Capítulo 3. Pode-se adiantar que a distinção entre indústria e setor exportador foi seguida, nos dois períodos considerando-se como aspecto essencial, não a classificação de empresas e setores, mas a disposição a exportar ou não das unidades produtivas residentes no país que pelo seu grau de competitividade podem atender tanto o mercado externo quanto o mercado interno.

No Capítulo 4 a abordagem metodológica foi a analítica comparativa, mas com uma abstração inicial para adequar as unidades utilizadas nos capítulos 2 e 3 ao objetivo geral do trabalho.

Para a descrição e interpretação do comportamento, das características e do desempenho do setor industrial e exportador nos períodos de maior coeficiente de abertura da economia, assim como a identificação dos seus determinantes, foi realizada uma revisão de literatura nas principais obras que se destacaram no tratamento do tema. Ainda foram consultadas teses, artigos, revistas e outras fontes que abrangem o assunto em epígrafe.

1.3 Estrutura da Monografia

Com a finalidade de atender ao objetivo da presente monografia, sendo este o de verificar o comportamento dos setores industrial e exportador diante das restrições estruturais

e conjunturais durante a República Velha e pós-anos 1990, dividiu-se a monografia em cinco (5) capítulos.

No presente capítulo foram abordados, sucintamente, além de apresentar o problema de pesquisa, aspectos como o atraso da base produtiva nacional comparativamente aos países centrais nos dois períodos, as mudanças das formas de inserção do Brasil no cenário internacional assim como alguns dos problemas resultantes da abertura econômica sem restrições, entre outros aspectos.

Nos dois capítulos seguintes (Capítulos 2 e 3) são analisados e caracterizados os comportamentos dos setores industrial e exportador durante o período da República Velha (no Capítulo 2) e após o ano de 1990 (Capítulo 3) de uma forma pormenorizada. Para uma melhor organização da monografia, cada um desses dois capítulos foi dividido em cinco (5) seções excetuando-se a parte introdutória de cada capítulo. A primeira seção de cada capítulo, após a introdução, buscou contextualizar o momento histórico e a condição dos setores exportador e industrial, assim como a condução da política econômica, nos anos anteriores a 1889 (no caso do Capítulo 2) e 1990 (no caso do Capítulo 3). Nas três seções seguintes de cada capítulo analisou-se o comportamento dos setores industrial e exportador em cada subperíodo. Na última seção são apresentados as modificações estruturais e o padrão de comportamento de cada setor, sendo este influenciado pela base estrutural ou por fatores conjunturais.

O Capítulo 4 é dividido, além da parte introdutória, em duas seções. Na primeira seção levanta-se as semelhanças e diferenças entre as influências das bases estruturais de cada setor em seu padrão de comportamento levando-se em conta os dois períodos em questão. Na segunda seção são levantadas as influências de fatores conjunturais (nível de câmbio, crises, tentativas de estabilização e desempenho do setor externo) na determinação do padrão de comportamento dos dois setores frente à ampla abertura econômica dos dois períodos.

Por último, no Capítulo 5 são levantadas as conclusões finais acerca do comportamento da indústria e do setor exportador nos dois períodos de abertura econômica sem restrições (República Velha e pós-anos 1990), assim como são levantados os aspectos semelhantes e distintos mais importantes, apurados ao longo do esforço de pesquisa.

CAPÍTULO 2. DESEMPENHO DOS SETORES EXPORTADOR E INDUSTRIAL DURANTE A REPÚBLICA VELHA (1889 - 1930)

2.1 Introdução

Este capítulo trata do primeiro período do trabalho. Procurando estudar como a indústria e o setor exportador se comportaram, tendo em vista suas restrições estruturais em uma conjuntura influenciada pelo livre-fluxo de capitais, nos leva a analisar o período da República Velha – primeiro período em que havia o setor exportador e o industrial contemporaneamente. Não se quer dizer que não existia estabelecimentos industriais anteriormente a esse período, mas é durante a República Velha que tal setor possui importância na economia nacional, pois para a reprodução da força-de-trabalho assalariada era necessário ou a importação de bens de consumo e/ou uma base produtiva interna voltada a abastecer essa demanda. É assim, absorvendo a demanda por bens de consumo dos assalariados, que o setor industrial ganha importância econômica e se estabelece definitivamente na estrutura produtiva nacional. (FURTADO; 1961)

Apesar do crescimento dos dois setores, inúmeras crises abalaram a economia brasileira e influenciaram seu comportamento. Para uma melhor organização deste capítulo e para a consecução do seu objetivo, o mesmo foi dividido em cinco seções, excetuando esta parte introdutória. Na próxima será feita a contextualização do setor industrial e do setor exportador até 1889. Nas seções 2.3, 2.4 e 2.5, serão descritos e analisados os comportamentos dos dois setores ao longo da Primeira República utilizando-se indicadores como o quantum produzido, receitas e quantidade exportada, importações de bens de capital entre outros, destacando-se como a política econômica, as crises e o humor do cenário internacional influenciaram a evolução desses indicadores em cada período. A divisão da Primeira República em três períodos respeitou aspectos relacionados à política econômica do governo, desempenho da indústria, das exportações e outros acontecimentos relevantes. Sendo assim, a seção 2.3 tratará do período 1889-1898. A seção 2.4 tratará do período 1898-1914 e a seção 2.5 do período 1914-1930. Vale informar que, em cada período, há uma subseção analisando a política econômica, já que essa reflete, em boa parte, fatores externos e internos que influenciaram os dois setores objetos de estudo.

Por último, na quinta seção, procurar-se-á identificar um padrão de comportamento dos dois setores frente às conjunturas de crises e tentativas de estabilização. Também serão levantadas as influências da base estrutural nesses comportamentos, assim como as modificações estruturais ocorridas em cada setor ao longo do período.

2.2 Revisão do momento histórico e situação dos setores exportador e industrial

2.2.1 Condições históricas internacionais

A ascensão da economia cafeeira e da indústria nacional, assim como as principais transformações na economia brasileira que ocorreram durante a República Velha (adoção do trabalho assalariado, industrialização, ampliação da malha ferroviária e deslocamento geográfico da produção, etc.), refletem, de alguma maneira, um processo econômico fundamental que estava em curso, não só no Brasil, como em escala global. O comércio internacional, na segunda metade do século XIX, cresceu a níveis “sem precedentes” (SILVA; 1976, p. 29).

Mais do que um crescimento quantitativo, o modo de produção e acumulação capitalista emergia destruindo as formas antigas de produção e reprodução. A Revolução Industrial, como explica Silva (1976), resultou, ao longo do tempo, em redução da importância do comércio como aspecto principal das atividades econômicas e tornou o capital, ou, mais precisamente, as exportações de capital como aspecto central ao novo modo de produção. Essas exportações de capital possibilitaram a construção de ferrovias e outras obras de infra-estrutura, assim como os financiamentos para imigração, contribuindo para alicerçarem as transformações na sociedade e na economia brasileira. Portanto, o momento em que houve a expansão da atividade cafeeira e a instalação da indústria está profundamente relacionado com o momento econômico mundial.

2.2.2. Setor exportador

Na década de 1880 a agricultura era a principal atividade econômica do país, respondendo por 80% do valor adicionado da produção nacional¹⁰. A maior parte da produção agrícola, cerca de 60%, era direcionada ao mercado externo, sendo que o produto exportado mais importante era o café. (VILLELA; SUZIGAN, 2001).

Essa década foi positiva para o setor exportador, principalmente para a economia cafeeira. As restrições de numerário¹¹ não afetavam o setor enquanto se utilizava o trabalho escravo nas lavouras. Porém, enquanto a produção de café crescia, evidenciavam-se os problemas relacionados à mão de obra. O processo de abolição progressiva da escravidão já indicava o fim do trabalho servil e, considerando-se os problemas de efetiva utilização da força de trabalho entregue às atividades de subsistência no interior do país e o previsto afastamento dos ex-escravos das lavouras, a solução viria a ser a imigração européia¹².

Outro fator estrutural que poderia inibir a expansão do café seria a indisponibilidade de terras. Inicialmente localizadas nas proximidades do Vale do Paraíba ou próximas ao litoral¹³, ao longo do tempo, as plantações de café passaram a se estender para o interior do estado de São Paulo e Minas Gerais¹⁴. Como não havia escassez de terras e nenhuma exigência para uma melhora nos métodos de cultivo¹⁵, os fatores internos que poderiam restringir a ampliação da economia cafeeira na década de 1880 não existiam, à exceção da força-de-trabalho. (FURTADO; 1961).

As condições externas também foram propícias para o aumento da produção de café. Os EUA eram, segundo Silva (1976), o maior consumidor do café brasileiro e fornecia pré-requisitos, pelo seu crescimento, para a expansão das plantações e da produção cafeeira. A ausência de restrições internas (até a abolição da escravatura) para o plantio, combinado com

¹⁰ Conforme metodologia de Villela;Suzigan (2001).

¹¹ A restrição do papel-moeda em circulação era promovida pela política monetária, que buscava a conversibilidade até 1889. A necessidade de papel-moeda afetava mais o estado de São Paulo, já que a entrada de imigrantes, nesse estado, para execução de tarefas nas lavouras de café foi maior em relação aos outros estados durante a década de 1880. Entretanto, os bancos provisionavam numerário nas épocas de plantio e colheita o que diminuía as restrições de liquidez no setor. (FRANCO; 1983).

¹² Furtado (1961, p. 137-162) analisa profundamente a questão da mão-de-obra na gestão e estabelecimento da economia cafeeira.

¹³ A proximidade aos portos era fator importante para o deslocamento da produção.

¹⁴ Onde havia terras férteis que passaram a ser exploradas quando foram construídas ferrovias de propriedade de capital estrangeiro e, num segundo momento, de propriedade dos próprios cafeicultores.

¹⁵ Como exigências na elevação do capital por unidade de superfície. Embora, nas maiores fazendas de café, havia certo processo de mecanização na etapa de beneficiamento, o que aumentava a lucratividade do produto. (SILVA, 1976).

um cenário externo favorável (preços do café elevados), redundou no aumento da produção de café na década de 1880. Segundo Pierre Denis *apud* Furtado (1961) a produção de café em sacas de 60Kg aumentou de 3,7 milhões em 1880-81 para 5,5 em 1890-91.

Iniciava-se no norte do país a extração da borracha, mas a participação do produto no volume de exportações durante a década de 1880 era praticamente insignificante. Os outros produtos exportados eram os seguintes: açúcar, algodão, couro e peles, fumo, mate e cacau. Entretanto, todos eles tinham importância diminuta e, à exceção da borracha, poucas perspectivas de crescimento. Pode-se concluir, portanto, que as restrições do setor exportador, até 1888, se relacionavam ao desempenho do mercado internacional e à necessidade de mão-de-obra.

2.2.3 Assalariamento, criação do mercado interno e o nascimento da indústria

O abandono da utilização da mão-de-obra servil em favor do assalariamento causou uma série de transformações nas estruturas produtivas nacionais: a criação do mercado interno e a industrialização. A base econômica brasileira deixava de possuir exclusivamente um componente voltado ao mercado externo, para também ser constituída por outro, voltado ao mercado interno – o setor industrial¹⁶. (FURTADO; 1961).

Para entender o nascimento e o caráter da indústria brasileira é necessário levar-se em conta que sua ascensão se deu a partir de uma base estrutural interna agrícola, voltada à exportação, já prevalecida, e com grandes expectativas de rentabilidade em virtude da elevação nos preços do café no mercado internacional. Essa base estrutural exportadora criou as condições básicas para o nascimento da indústria, haja vista que: gerava massa de capital monetário, com concentração desse capital em uma classe social predominante (a cafeeira); transformou a força de trabalho em mercadoria; e promoveu a criação do mercado interno. Os estabelecimentos industriais surgiram pelo deslocamento da massa monetária, originária do café em direção à indústria, quando esse apresentava rentabilidade positiva. (CARDOSO DE MELLO; 1984).

¹⁶ Esse fator derivou no início dos problemas do Balanço de Pagamentos e ao estrangulamento externo. (FURTADO 1961).

Além disso, o nascimento da indústria se deu quando ocorria, nos países centrais, o adensamento das relações capitalistas de produção. Nesses países mais desenvolvidos existiam setores industriais que produziam bens de capital, o que possibilitava o crescimento da capacidade produtiva dos outros setores industriais. Além disso, a sinergia entre esses setores facilitava o desenvolvimento de novas máquinas e equipamentos mais eficientes, o que resultava no desenvolvimento tecnológico da indústria em geral. Em suma, nos países mais desenvolvidos, o setor industrial possuía uma capacidade endógena de crescimento e desenvolvimento industrial, ao contrário do que ocorria no Brasil, devido à ausência de um setor de bens de produção. (CARDOSO DE MELLO; 1984).

A estrutura e o momento histórico e econômico a partir do quais nasceu a indústria brasileira explicam seu caráter limitado: os pequenos estabelecimentos industriais internos se dedicavam, exclusivamente, a captar uma parcela da demanda de bens por consumo de assalariados. E para captar essa demanda era necessário a importação de máquinas, equipamentos (bens de capital) e insumos industriais, o que só ocorria devido à obtenção de divisas estrangeiras por parte do setor exportador. Além disso, a própria riqueza da base exportadora era transferida para implantação de parte dessas indústrias. (CARDOSO DE MELLO; 1984)

Se para a implantação de novos estabelecimentos manufatureiros e para a aquisição de fatores de produção a indústria nascente dependia do setor exportador, a demanda por bens produzidos pela indústria também era impulsionada pela remuneração dos assalariados que trabalhavam nas lavouras de café. Quando o setor exportador expandia sua capacidade produtiva, aumentava também a massa salarial total da economia. Esse aumento do volume salarial propiciava o aumento da demanda interna de consumo de bens finais e o efeito multiplicador interno. Nesses períodos a indústria via-se incentivada a aumentar sua capacidade produtiva. O aumento da demanda por bens industriais, portanto, estava fundamentalmente ligado ao crescimento da atividade cafeeira, o que era também um fator de relação entre o setor cafeeiro e industrial. (CARDOSO DE MELLO, 1984)

Por último, deve-se destacar que a base estrutural na qual a indústria surgia, era incompleta. Fatores como o potencial energético, assim como o sistema de transportes e o bancário (esse último, no sentido de centralizar massa monetária e conceder crédito ao crescimento da indústria), não contribuíram para o crescimento do setor. Também não havia, até então, grande volume de inversões públicas ou privadas que causassem melhoras nessa

estrutura e a proteção à indústria não existia, já que não eram promovidas políticas tarifárias protecionistas e a taxa de câmbio era mantida em patamares elevados.

2.2.4 Situação política e a crise monetária

A situação política estava crítica no país até 1889. E essa situação foi resultado da superposição das transformações que ocorriam na economia e na sociedade nacional. As tensões na lavoura causadas pela abolição da escravatura eram relacionadas com o problema de numerário na economia, assim como a “idéia” de perda de capital por parte dos fazendeiros. O meio circulante, considerado inelástico pelos “economistas” contemporâneos, era submetido às exigências do padrão-ouro – com todas as dificuldades de uma economia exportadora em adotar tal sistema¹⁷ – gerando severas crises de liquidez no comércio da capital. Por outro lado, o assalariamento aumentava a demanda por moeda, o que reforçava os problemas de liquidez que restringia a atividade comercial e industrial.

Havia também certo receio por parte do governo provisório de uma campanha reacionária de setores sociais ligado à monarquia. A indústria surgiria no início da República Velha como o “moderno”, sendo incentivada, pelo governo, a criação de uma burguesia industrial que inibisse movimentos em favor da volta ao regime monárquico. Acima, mas não isento às pressões, estava a oligarquia cafeeira no poder do estado. Não um poder centralizado e coeso, mas dividido em oligarquias que dominavam os estados da federação. A instituição da República foi, ao mesmo tempo, a descentralização do poder federal e a ascensão definitiva dos cafeicultores na política nacional. (SILVA, 1976)

Todos esses fatores somados (crise de numerário, abolição dos escravos e receio de um movimento reacionário) explicam a crise política pela qual atravessava o Governo Provisório. As discussões contemporâneas acerca do numerário e a respeito do ressarcimento aos fazendeiros pela abolição, aliado ao temor de um retorno ao regime monárquico, levaram o governo à implementar a Reforma Monetária de 1888, que influenciou decisivamente o desempenho da indústria e do setor exportador nos dez primeiros anos de República.

¹⁷ Furtado (1961, p. 176-182) trata profundamente sobre o tema.

2.3 Primeira década de República (1889-1898)

2.3.1 Política econômica e cenário externo

Em 1888 a solução encontrada para compensar os fazendeiros pela abolição da escravatura foi o auxílio à agricultura, que concedia crédito aos proprietários rurais¹⁸ por sua “perda de capital¹⁹”. Por outro lado, foi implementada a lei de Reforma Bancária de 1888 (logo após a libertação dos escravos em 13/05/1888), com a concessão de poder de emissão aos bancos. No total foram emitidos cerca de 335.000 contos e, de 1889 até 1891, foi aumentado em 1,5 vezes o papel moeda emitido. Se o governo realizou expansão monetária para sanar os problemas de numerário, por outro lado, promoveu ajustes na política fiscal²⁰. Para corrigir o déficit fiscal e o Balanço de Pagamentos, estabeleceu a cobrança em ouro sobre os direitos aduaneiros, na tentativa de aumentar sua receita. (VILLELA; SUZIGAN, 2001, p. 97-98)²¹.

Em 1891 o mil réis estava desvalorizado em 40%²² em relação a 1889. A expansão monetária, sem dúvida, contribuiu para tanto, mas iniciava-se um longo período de crise no mercado internacional que se estenderia até o final do século. A fuga de capitais em direção aos países capitalistas centrais se amplificou com a moratória da Argentina²³. O capital estrangeiro de risco, que antes possibilitara a rolagem das dívidas interna e externa na aventura da conversibilidade até 1890, não estava mais à disposição. Não obstante, a aversão

¹⁸ O auxílio à agricultura foi iniciado em 1888 (ainda durante o Império) e ampliado em 1889-90. Os recursos cobriram financiamentos à produção agrícola e à imigração, e somavam 47.250 contos – o que representava um aumento de 23% no papel moeda emitido ao final de 1888.

¹⁹ Ver Furtado (1961, p. 157-162), por exemplo.

²⁰ Isso porque as políticas contencionistas dos anos anteriores, cobertas por empréstimos externos e por emprestadores internos, causaram grande aumento da dívida pública. Além disso, as flutuações nas balanças Comercial e de Pagamentos como um todo constriam ainda mais essa dívida pela desvalorização cambial, pois parte era atrelada à libra. Para mais sobre o endividamento público e as várias propostas de reforma monetária ver Franco (1983).

²¹ Ainda, segundo os autores houve, em 1892, a substituição dessa tarifa cobrada em ouro pelo aumento das tarifas alfandegárias.

²² Calculado a partir dos dados do Ipeadata.

²³ A falência da casa Baring Brothers na Argentina e a moratória desse país, pesaram em favor da desvalorização, já que elevava a aversão ao risco em aplicações em títulos latino-americanos por parte dos investidores estrangeiros. Houve afluxo de capitais logo após a moratória Argentina e recusa de empréstimos interestaduais e de banqueiros. Essa situação se estendeu até a moratória brasileira de 1898. (ABREU *et al* 1990, p. 23-24).

ao risco reduziu a demanda de café o que, em última instância, agravava ainda mais a receita do governo²⁴. (FRANCO, 1990).

Se durante o período 1888-1891 a queda no câmbio foi o resultado da expansão monetária para fins de compensação no setor agrícola-exportador, no período seguinte, entre 1892 e 1898 a emissão de papel-moeda era o meio do governo arcar com seu déficit no orçamento e no Balanço de Pagamentos. Ambos os déficits estavam ligados ao mau desempenho das exportações no período e à redução da entrada de capitais externos causados pela má condição do setor externo. A ocorrência de grandes déficits no orçamento do governo o induziu, a partir de 1894, à tentar impor medidas progressivamente contencionistas²⁵. Mas, ao perdurarem as restrições do ambiente externo, a única opção era voltar às emissões monetárias, que continuaram até 1898, quando foi fechado o *Funding Loan*. Enquanto ocorriam as emissões acentuavam-se a desvalorização cambial e a elevação do nível de preços, causando insatisfação da população. (VILLELA; SUZIGAN, 2001).

2.3.2 O setor exportador durante a expansão monetária

Enquanto era implementada a política de expansão monetária, no primeiro ano da República houve uma grande safra de café. Entre 1888 e 1889 a safra cafeeira foi de 6.800.000 sacas, sendo que a média do período 1881/90 era de 5,3. Entretanto, na safra seguinte, em 1889/90, houve uma grande seca nas regiões produtoras, o que fez cair a produção agrícola durante esse ano, implicando em queda no volume exportado de 1890. A queda na produção exportável elevou o preço do café no mercado internacional durante os anos de 1889-91, mas os efeitos da abolição, da própria seca e da sazonalidade do plantio não permitiram a recuperação das exportações do produto nesses anos. (VILLELA; SUZIGAN, 2001, p. 93).

Apesar da elevação nos preços do café pela queda na produção entre 1889 e 1891, logo após se iniciou um longo período de queda nos preços do produto, à exceção do ano de 1893, que só se inverteria a partir de 1903. A cotação média anual do saco de 60Kg cai de

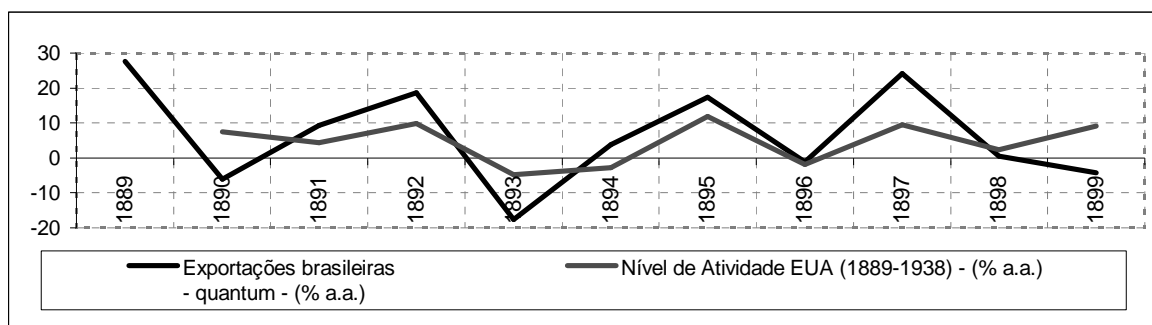
²⁴ Reduzindo as exportações, as importações foram restringidas, sendo que a receita do governo dependia em 75% das importações. (VILLELA ; SUZIGAN, 2001, p. 21).

²⁵ O Governo chegou a ter como meta a conversibilidade total da moeda em 1896 quando foi novamente modificado o sistema bancário.

4,09 libras em 1893 até atingir 1,48 libras em 1896. A causa desse aspecto desfavorável se encontra na contração do nível de atividade econômica dos países centrais. (SILVA, 1976).

Os EUA eram o principal consumidor do café nacional e seu nível de atividade flutuou entre 1889 e 1900. Conforme pode ser observado na Figura 1, a variação no nível de atividade do EUA coincide com a variação do volume de exportação nacional. (VILLELA; SUZIGAN, 2001 p. 93; 112-18).

Figura 1: Exportações brasileiras (quantum) e atividade nos EUA - (variações % anuais) - (1889-1899)



Fontes: Exportações brasileiras – Ipeadata; Nível de atividade nos EUA - U.S. Department of Commerce (1973), p. 1106. 1971-87, Economic Indicators Apud Abreu et al (1990) - Anexo Estatístico.

Os problemas nas vendas do produto no exterior entre 1889 e 1900 deveriam conter as inversões nas lavouras, restabelecendo a relação entre oferta e demanda. Entretanto, a desvalorização cambial protegia a renda em termos internos do setor exportador. Essa proteção da renda era em parte invertida no próprio setor, elevando ainda mais a produção.

Portanto, se for observado o desempenho do setor exportador entre 1892 até 1898 tendo como parâmetro o volume de exportações chegar-se-á à conclusão que o setor permaneceu estagnado durante esse período. Entretanto, a emissão monetária entre 1892 e 1898 que provocou a desvalorização cambial, protegeu a renda do setor mesmo com a crise externa, o que incentivou o aumento da produção cafeeira. (VILLELA; SUZIGAN, 2001).

Sobre isso, Furtado (1961) explica:

A redução do valor externo da moeda significava, demais, um prêmio a todos os que vendiam divisas estrangeiras, isto é, aos exportadores. [...] ²⁶ O processo de correção do desequilíbrio externo significava, em última instância, uma transferência de renda daqueles que pagavam importações para aqueles que vendiam exportações. Como as importações eram pagas pela coletividade em seu conjunto, os empresários exportadores estavam na realidade logrando socializar as perdas que os mecanismos econômicos tendiam a concentrar em seus lucros. FURTADO (1961, p. 187)

²⁶ Nesse trecho o autor traz um exemplo dos ganhos pela desvalorização.

É por esse mecanismo de concentração de renda que o setor exportador além de ser defendido no comércio internacional pela desvalorização e expansão monetária, concentrava a riqueza interna e expandia a própria capacidade produtiva.

Quanto ao setor exportador como um todo, vale dizer que o único produto de exportação, fora o café, que cresceu nesse período foi a borracha, que representava 11,8% das exportações nacionais (Tabela 1). Segundo o Anuário Estatístico do IBGE (*apud* VILLELA; SUZIGAN 2001, p. 63), os produtos de exportação nacionais tinham a seguinte participação sobre o total exportado:

Tabela 1: Produtos de exportação do Brasil (% sobre o total) - (1889-1897):

Período	Café	Borracha	Açúcar	Algodão	Couro e Peles	Fumo	Mate	Cacau	Outros
1889-1897	67,6	11,8	6,5	2,9	2,4	1,7	1,2	1,1	4,8

Fonte: IBGE, *Anuário* Estatístico do Brasil, 1939-1940 (1960) *apud* VILLELA; SUZIGAN (2001 p. 63)

Pode-se concluir que o setor exportador, entre 1892 e 1898, era extremamente concentrado. O café nesse período representava 67,6% das exportações. O produto estagnou em volume de exportações devido à queda do nível de atividade externo, mas elevou sua capacidade produtiva pelo mecanismo de defesa da renda, via desvalorização cambial. A produção de café em 1871-1880 foi de 3,6 milhões de sacas; em 1881-1890 foi de 5,3 milhões; e entre 1891 e 1900 foi de 7,2 milhões de sacas (SILVA 1976, p.49).

2.3.3 O setor industrial durante a expansão monetária

O impacto das medidas expansionistas, somado à liberdade das sociedades anônimas²⁷, ocasionou um surto especulativo, conhecido como o “encilhamento”. Foram criadas empresas que, na maioria das vezes, existiam somente em papel e que começaram a captar o crédito fácil concedido pelo governo e pela conjuntura favorável pela própria safra de 1888/89²⁸. O Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, mostrava que se fosse somado o capital das

²⁷ A reforma da lei de sociedades anônimas, decreto nº 167 de 17/01/1890, potencializou tal febre especulativa. Consta em Luz (1975, p. 105) que o terceiro Ministro da Fazenda do ano de 1891, Henrique Pereira de Lucena, concluiu que foram criadas sociedades anônimas entre 15/11/1889 a 20/10/1890, com o capital total de 1.169.386 contos, enquanto que em todo o período anterior do Império o capital total não passara de 410.879 contos de réis.

²⁸ Em 1888/89 uma grande safra de café contribuiu para o otimismo durante o período. Entretanto, a safra seguinte, ainda em 1889, foi prejudicada pela seca.

companhias formadas entre 13/05/1888 a 15/11/1889, esse representaria praticamente os mesmos valores acumulados nos sessenta e quatro anos anteriores²⁹. Estava posto o caminho para a Crise do Encilhamento de 1891. (LUZ; 1975, p. 105).

Segundo Luz (1975), em 1891 surgiram dúvidas a respeito da viabilidade de algumas indústrias que haviam sido criadas naquele cenário³⁰. A reversão do ânimo de industriais e da população era devido à desvalorização do mil-réis. Quando se deu o processo de ampliação do crédito a taxa cambial estava valorizada³¹, mas em 1892, estava desvalorizado em torno de 50%. Ou seja: grande parte das empresas criadas no “boom” do encilhamento tinha encomendado máquinas e equipamentos a um preço 50% menor³².

No final do ano de 1891 e início de 1892, as empresas que não faliram necessitavam de créditos adicionais do governo e os valores dos títulos das empresas na bolsa de valores despencaram. Segundo Prado (1989, p. 220) “a *débâcle* arrastará muitas instituições de bases mais sólidas mas que não resistirão à crise; e as falências se multiplicam”(sic).

Mas até 1898 a expansão monetária continuou. A desvalorização cambial, em conjunto com o crédito fácil e a taxa dos direitos aduaneiros (que protegia a indústria nascente), estimulou ainda mais as inversões no setor. Segundo Villela ; Suzigan (2001, p. 125) “ao que tudo indica, ocorreu um surto industrial na primeira década republicana”. Para alicerçar suas estimativas, os autores citados nos mostram a seguinte tabela:

Tabela 2: Indicadores da produção industrial - (1891 - 1899):

a) Porto do Rio de Janeiro - Importação de produtos industrializados, 1891-1899 (médias anuais)

Ramos industriais e Produtos	Unidade	1891-95	1896-99
Combustíveis			
Carvão de pedra	(t)	454078	564676
Querosene	(caixas)	427433	456186
Matérias-primas básicas			
Cimento	(barricas)	146371	155604
Indústria química			
Fósforos	(caixões)	17029	4963
Têxteis			
Tecido do cânhamo	(fardos)	2017	607
Produtos alimentares			
Farinha de trigo	(barricas)	472016	321617
Massas	(Caixas)	40833	2793
Bebidas			

²⁹ Ainda em seu relatório, Rui Barbosa listava os seguintes números de companhias subscritas em 1889 no Rio de Janeiro: 14 bancos, 26 empresas industriais, 4 Empresas de Estradas de Ferro, 3 Empresas de Navegação, 2 Empresas Agrícolas e 10 empresas com objetivos distintos/diversos

³⁰ Mesmo com o crescente estado de desconfiança, os dois ministros que se seguiram a Rui Barbosa no ano de 1891 (Tristão de Alencar Araripe e Henrique Pereira de Lucena), não arrefeceram o “fervor especulativo reinante”, conforme Abreu *et. al* (1990, p 23).

³¹ Em virtude das políticas restritivas do governo nos anos anteriores que tinha como objetivo atingir a meta da conversibilidade cambial.

³² Ver Anexo 1 para nível de câmbio e preços.

b) Exportação da Inglaterra para o Brasil, 1885-1899 (valores em milhões de libras esterlinas)

	1885-89		1895-99	
	Valor	%	Valor	%
Tecidos e fios de algodão	14,0	47,0	11,2	36,2
Ferro, trabalhado ou não	2,5	8,3	3,4	10,8
Carvão e produtos de carvão	1,6	5,2	2,9	9,4
Maquinaria	2,3	7,6	2,3	7,5
Outros	9,3	31,9	11,2	36,1
Total	29,7	100,0	31,0	100,0

Fonte: Villela ; Suzigan (2001, p. 127) – Tabela III.4.

Embora sejam dados indiretos e parciais, pode-se observar que houve uma redução na importação de tecidos e fios de algodão produzidos na Inglaterra e, em contrapartida, um aumento na importação brasileira de ferro e carvão. O aumento da importação de carvão, mesmo com o crescimento da capacidade instalada de energia hidráulica³³ e da desvalorização cambial, significa que houve maior demanda por energia, o que indica o aquecimento na produção da indústria. (VILLELA; SUZIGAN, 2001)

A indicação de que houve crescimento da produção industrial no período não significa que teria havido elevação na capacidade produtiva, já que não se ampliou a importação de maquinaria. Pode-se sugerir que nesse período ocorreu um aumento na utilização da capacidade instalada, ou aquecimento da produção de indústrias que processavam matérias-primas locais que exigiram máquinas e equipamentos de baixa composição tecnológica. Como fatores estimulantes a esse crescimento, pode-se destacar a taxaço de importados e a desvalorização cambial, pois ambos protegiam a indústria da competição externa³⁴.(VILLELA; SUZIGAN, 2001, p. 126).

Simonsen (1973) concorda que houve um surto industrial entre 1889 e 1898, assinalando que entre 1890 e 1895 fundaram-se 452 fábricas, sendo que em 1889 existiriam 636 estabelecimentos industriais. Afirma ainda que em 1889, 60% do capital industrial era do setor têxtil, 15% no de alimentação, 10% no de produtos químicos e análogos, 4% no madeireiro, 3,5% no de vestuários e objetos de toucador e 3% no setor de metalurgia.

³³ Para mais informações à respeito do crescimento do potencial energético brasileiro no período ver Villela ; Suzigan (2001 pg. 387-393)

³⁴ Durante esse período, houve a criação de algumas indústrias “artificiais” que importavam praticamente todos os componentes de certos produtos à título de matérias-primas e o confeccionavam internamente. Exemplo clássico desse procedimento foi o caso da indústria de fósforos. Importavam-se caixinhas, palitos e rótulos das caixas de fósforos à título de matérias-primas. Essas “indústrias artificiais” serviriam de motivo para serem implementadas, entre 1898 e 1902, políticas profundamente restritivas na economia, pois alguns setores do governo passaram a ver tais indústrias como fonte geradora da inflação e uma criação da “perversidade da desvalorização cambial” durante 1891-1898

2.4 Do *Funding Loan* à I Guerra Mundial (1898 - 1914)

2.4.1 Política econômica e condições externas

No início do ano de 1898 a situação política e econômica do país estava grave. A moeda nacional, se em março de 1889 valia, à taxa média 27,75 libras, em abril de 1898 valia 5,81³⁵. E o custo de vida era fundamentalmente influenciado pelo custo do câmbio – ao passo que a maior parte do consumo era satisfeita por importados. O nível de preços se elevou de 1889-1898 em 210%.

Por outro lado, a receita do tesouro não cobria a metade das despesas. Para enfrentar a crise o governo iniciava negociações para consolidação da dívida externa (o *Funding Loan* de 1898). Em contrapartida, foi acertado com os credores que o governo deveria promover medidas mais restritivas: redução do numerário e a eliminação dos déficits orçamentários. (VILLELA; SUZIGAN 2001, p. 100).

O acordo reduziu grande parte dos gastos do governo e permitiu a redução do papel-moeda em circulação³⁶. Outra medida foi a restauração da cobrança em ouro dos direitos alfandegários que desindexava a receita do governo das variações na taxa de câmbio. Com esse conjunto de medidas o governo teve bons resultados ao enfrentar os maiores problemas econômicos de então: valorizou o câmbio, reduziu drasticamente o papel moeda em circulação e estabilizou os déficits no orçamento. (VILLELA; SUZIGAN 2001, p. 99-101).

O *Funding Loan* e as medidas restritivas do governo re-introduziram o país no leque de opções de aplicações para o capital externo. As entradas de capital de risco aumentaram devido também à melhora no nível de atividade internacional. Essas duas condições levaram ao relaxamento das políticas contracionistas após 1904. (FRITSCH, 1990).

Após o período de deflação entre 1898 e 1903, apesar de seguir os mesmos princípios, o governo promoveu o que foi chamado de “política de reerguimento econômico”. Com o orçamento estabilizado e com a entrada de empréstimos externos no país, realizaram-se obras de infra-estrutura, que objetivavam melhorar qualitativamente economias externas à indústria

³⁵ Ver Anexo 1

³⁶ Segundo Prado (1989, p.222), as amortizações iniciariam somente em 1911 e os serviços foram suspensos e acrescentados à dívida principal pelo lançamento de títulos.

e à agricultura (no sentido de melhorar a eficiência no transporte da produção)³⁷. A política monetária, apesar de ligeiramente flexível, seguiu controlando o nível inflacionário. (VILLELA; SUZIGAN 2001, p. 101-103).

A influência mais importante do governo³⁸, entretanto, foi sua participação na Política de valorização do café após 1906 (o Acordo de Taubaté). Comprou excedentes da produção de café – com recursos oriundos do imposto sobre as exportações, que passaram a ser oneradas – e institucionalizou a Caixa de Conversão. Pelo mecanismo da Caixa, o câmbio era realizado pelos exportadores ao governo num valor fixo acima do mercado (desvalorizado). Ou seja: funcionava como uma desvalorização cambial somente aos exportadores. Tal medida conferia estabilidade nos rendimentos em moeda estrangeira e protegia a renda do setor cafeeiro³⁹.

2.4.2 Setor exportador durante o pré-guerra

Se as medidas adotadas entre 1898 e 1903 valorizaram o câmbio, prejudicando o setor exportador, dois aumentos sucessivos de preços nos anos de 1900 e 1904 aumentaram as exportações e adiaram as medidas restritivas na produção cafeeira. Como pode-se observar na Figura 2 a produção de café aumentou de 1900 até 1902. Contudo, depois da alta em 1900 os preços caíram até 1903, quando em 1904 subiram novamente. As exportações de café se reduziram após 1901 e apresentaram leve aumento em 1904. (VILLELA; SUZIGAN 2001 p. 110).

A elevação no preço do produto nos anos de 1900 e 1904 certamente influenciou as inversões nas lavouras de café, pois, em 1906 uma supersafra já era prevista. Realizou-se, em fevereiro de 1906, o Acordo de Taubaté, o primeiro plano de valorização do produto. Com o objetivo principal de garantir preços mínimos, estabeleceram-se medidas que previam a

³⁷ Ver Anexo1 para formação bruta de capital do Governo.

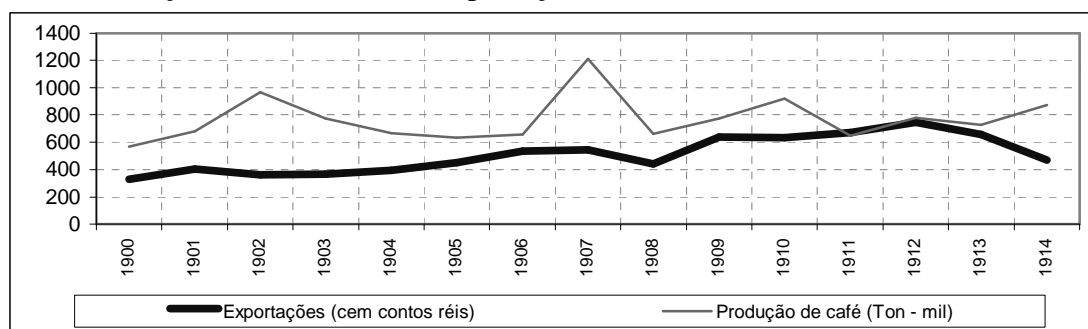
³⁸ Quando se fala em Governo no período da República Velha, principalmente após 1898, deve-se ter em mente a chamada Política dos Governadores. As oligarquias estaduais, com predomínio da elite cafeeira, se revezavam no Governo Federal defendendo, fundamentalmente os interesses do setor exportador.

³⁹ Os recursos que seriam utilizados para retirar a produção do mercado deveriam ser de origem estrangeira, mas segundo Silva (1976) o Governo Federal não encampou inicialmente a idéia devido às pressões dos Rothschild – único credor do governo brasileiro até então. A oligarquia paulista executou prontamente o Plano de Valorização conseguindo empréstimos em outros bancos estrangeiros que buscavam entrar no mercado brasileiro. Logo após, cedendo às pressões paulistas, os Rothschild e o Governo Federal adotaram o plano.

retirada dos excedentes de produção (reduzidas as exportações de café com baixa qualidade), promovessem maior divulgação do mesmo no mercado e garantissem proteção dos preços, reduzidos pela valorização cambial. A influência do setor no governo fez com que o mesmo criasse a Caixa de Conversão. (VILLELA; SUZIGAN, 2001 p. 110-113)

Os efeitos da Caixa de Conversão foram positivos assim como a retirada de excessos do mercado. “Até fins de 1907, foram retiradas do mercado mais de 8 milhões de sacas de café”. (VILLELA; SUZIGAN 2001 p .111). De certa forma, a superprodução de 1907 inibiu re-inversões no setor (Figura 2) já que no ano de 1908 a safra foi menor. A elevação do volume de produção de 1908 até 1910 e no ano de 1912 se deu pelo aumento de preços no mercado internacional, já influenciado pela política de valorização do café⁴⁰.

Figura 2: Produção (mil toneladas) e exportação de café (cem contos de réis) - (1900-1914).



Fonte: Ipeadata.

Sobre a superprodução de café, Prado (1989, p.228-229) sugere que na primeira década do século XX sentiram-se os impactos da desvalorização cambial do decênio anterior. Como a essa incentivou novas plantações e a planta do café leva cerca de quatro anos para começar a produzir grãos, no princípio da década a cultura começou a sentir os impactos de dez anos de desvalorização cambial. Os excessos de produção aumentaram as especulações com o preço do produto⁴¹. Em 1906 a superprodução projetada é o estopim para a primeira política de valorização do produto. (PRADO, 1989, p. 228-234).

⁴⁰ A queda na produção em 1911 deve ter se dado, provavelmente, por influência do fim temporário da caixa de amortização em maio de 1910, ficando fora de operação até dezembro do mesmo ano. Pois nela tinha sido atingido o limite legal dos depósitos e, como consequência, houvera valorização na taxa de câmbio até dezembro de 1910. Pode-se supor, portanto, que os efeitos da valorização na taxa de câmbio tenha se refletido nas decisões de investimento dos cafeicultores naquele ano. O resultado, pela sazonalidade do plantio e pelo tempo entre as colheitas, só seria observado em 1911 – ano em que a produção foi abaixo de 1910. No ano de 1911 a Caixa já voltaria a operar e certamente influenciou o aumento da produção de 1911 a 1914. Sobre o funcionamento da caixa de conversão a fonte foi Villela; Suzigan (2001) - Comércio exterior e Política cambial – Apêndice.

⁴¹ Os fazendeiros, para atenderem aos custos de produção, vendiam o produto aos intermediários financeiros e esses seriam, em última instância, as grandes casa financeiras e bancos internacionais. Esses intermediários ficavam com boa parte do lucro pois retinham a produção nas épocas de safra (preços mais baixos) e vendiam na entressafra (a preços mais altos). (PRADO 1989, p. 230).

Quanto aos outros produtos de exportação, desde o início da República até 1914 a extração de borracha teria ganhado importância relativa nas exportações brasileiras. Se durante o período 1889-1897 contribuía com 11,8% das exportações, em 1898-1910 mais que dobrou sua participação, pois seria responsável por 25,7% das mesmas, apesar de reduzir sua importância no período 1911-1913. Por outro lado, as exportações de açúcar, se já eram insignificantes entre 1889 e 1898, entre 1911-1913 seriam ainda menos significantes já que nesse último período correspondia a apenas 0,3% da exportação nacional. Os dados citados podem ser observados na Tabela 3.

Tabela 3: Produtos de exportação do Brasil (% sobre o total) - (1889 - 1913).

Período	Café	Borracha	Açúcar	Outros	Algodão	Couro e Peles	Fumo	Mate	Cacau
1889-1897	67,6	11,8	6,5	4,8	2,9	2,4	1,7	1,2	1,1
1898-1910	52,7	25,7	1,9	5,2	2,1	4,2	2,8	2,7	2,7
1911-1913	61,7	20,0	0,3	4,4	2,1	4,2	1,9	3,1	2,3

Fonte: Villela; Suzigan (2001), p. 63.

Pode-se concluir, que no período 1898-1913 a superprodução cafeeira tornou-se evidente, exigindo o primeiro plano de valorização do café. Os resultados do plano foram positivos e as exportações do produto aumentaram. Há de se destacar o efeito da Caixa de Conversão, que ao desvalorizar e estabilizar o câmbio, possibilitou a defesa da renda do setor cafeeiro. Também foi importante para o crescimento das exportações o aumento do nível de atividade econômica mundial. Destaca-se também uma ampliação da participação da borracha nas exportações brasileiras e uma redução expressiva do açúcar no período.

2.4.3 Setor industrial durante o pré-guerra

Mesmo com a escassez de dados acerca da produção industrial até 1901, pode-se inferir que o período entre 1898 e 1903 tenha sido de grave recessão. Nas palavras de Villela; Suzigan (2001, p. 101) “[...] é fora de dúvida que esse período foi um dos mais críticos da história do Brasil”. Ao menos a deflação e a valorização cambial verificada entre 1898 e 1903 indicam tal situação⁴².

Por outro lado, a tarifa de Joaquim Murinho em 1900 “teve como principal objetivo uma arrecadação mais eficiente e mais rendosa [...] [e] parece ter satisfeito a classe

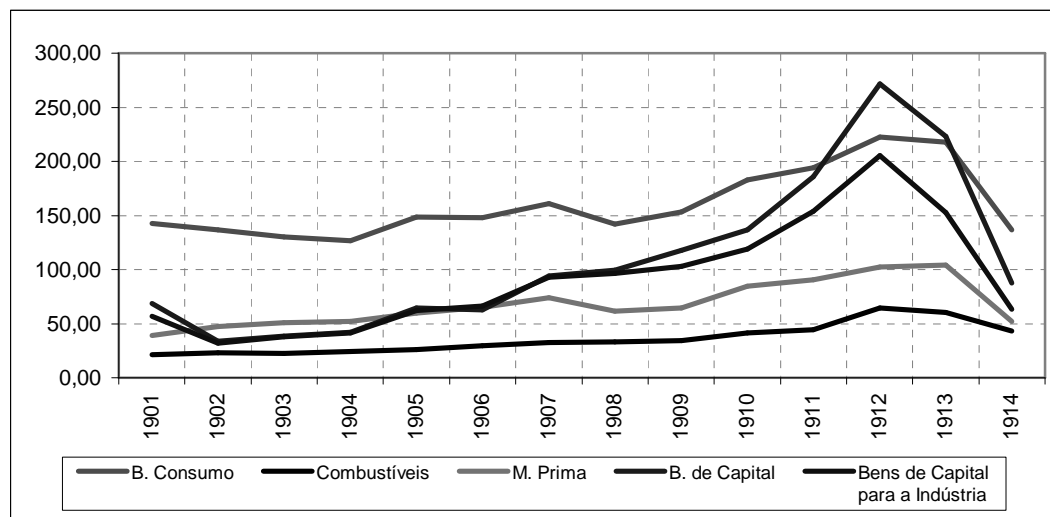
⁴² Ver Anexo 1.

industrial”. (LUZ, 1975 p. 125). Portanto, a tarifa alfandegária continuaria favorecendo a indústria contra produtos estrangeiros, compensando a valorização cambial.

Ao contrário do período anterior (1889 – 1898), quando a produção industrial cresceu pela maior utilização da capacidade instalada e pela utilização de matérias-primas locais às custas da desvalorização cambial, o crescimento observado entre 1903 e 1914 foi conjugado à ampliação da capacidade produtiva, como pode-se observar na Figura 3.

Verifica-se no período um pequeno crescimento do nível de importações de bens de consumo e o maior aumento na importação de bens de capital voltados para a indústria. Houve também um suave aumento na importação de matérias-primas e combustíveis⁴³, movimentos intensificados após 1907.

Figura 3: Importação (quantum: índice 1939 = 100) - categorias de uso - (1901-1914).

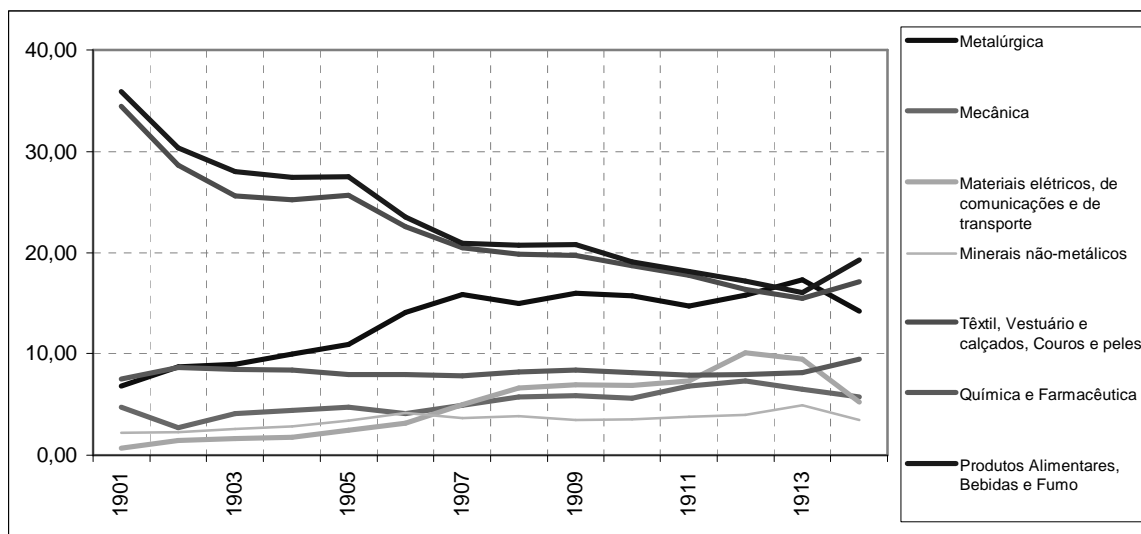


Fonte: Fonte: Villela; Suzigan (2001) - Tabela XXI - Comércio Exterior do Brasil. Anexo Estatístico

Ao observar as importações por classes industriais, percebe-se alteração no perfil dessas entre 1901 e 1914. Para isso agruparam-se classes industriais para melhor percepção do caráter dos bens importados. Agrupou-se a classe de produtos alimentares à de bebidas e fumo; a classe têxtil, de vestuário e calçados à de couros e peles. Outros agrupamentos podem ser visualizados na Figura 4.

⁴³ Sobre a importação de combustíveis, vale lembrar que houve desde 1893 aumento no potencial energético nacional.

Figura 4: Importação (% sobre o total importado) - classes industriais - (1901-1914).



Fonte: Dados elaborados a partir de Villela ; Suzigan (2001). Apêndice Estatístico – Tabela XXIV.

Percebe-se que houve uma queda na participação de importações de produtos alimentares, bebidas, fumo, têxtil, vestuário e calçados, couros e peles, enquanto há um aumento na participação das importações voltadas às classes mecânica, metalúrgica e com o agrupamento materiais elétricos, de comunicação e de transporte.

Pode-se sugerir que houve uma participação maior da indústria nacional na absorção da demanda interna de produtos alimentares, bebidas, fumo, têxteis, vestuário e calçados – indústria de bens de consumo, revelando ter ocorrido a substituição de importações por parte da indústria de bens de consumo não-duráveis. Por outro lado, o aumento das importações por parte da indústria mecânica, construções e de transporte sugerem um parque industrial mais heterogêneo até a I Guerra. Se anteriormente a estrutura de importações era concentrada em bens de consumo leves, ao final do período era menos concentrada e isso indica uma base industrial mais dinâmica. Fator que estimulou o crescimento industrial foi o programa de “reerguimento econômico” que elevou os gastos do governo ao melhorar a infra-estrutura da economia⁴⁴.

Quanto ao caráter da indústria nacional, em 1907 realizou-se o primeiro Censo Industrial⁴⁵ que indicava que a indústria brasileira supria 78% dos 30 artigos manufaturados de maior consumo. Existiriam 3.250 estabelecimentos industriais empregando 150.841 operários. Segundo o Censo, 26,7% da produção era da indústria de alimentação, 20,6% da

⁴⁴ Ver Anexo 1.

⁴⁵ Obra do Centro Industrial do Brasil

têxtil, 15,9% da indústria de vestuário e objetos de tocador, 9,4% de produtos químicos e análogos e 27% de outros produtos da indústria. (SIMONSEN, 1973)

Quanto à distribuição geográfica, 30% da produção industrial se localizava na cidade do Rio de Janeiro (Distrito Federal na época), São Paulo possuía 16% da produção, Rio Grande do Sul tinha 7% e o estado de Minas Gerais tinha 4% do total da produção industrial. (SIMONSEN, 1973, p. 17-18).

Pode-se supor, portanto, que a intervenção governamental na política de valorização do café, no câmbio e a política de investimentos, da mesma forma que contribuiu para os bons resultados do setor exportador, contribuiu para uma considerável expansão da indústria nacional, quantitativa e qualitativa. Os resultados desse período divergem do período anterior (1889-1898), quando o crescimento industrial se deu apenas quantitativamente, sem diversificação e/ou aumento da capacidade instalada.

2.5 Guerra, valorização permanente e Crise de 1929 (1914 - 1930)

2.5.1 Política econômica e condições externas

Em 1913 as condições no mercado internacional se inverteram pela retração no fluxo de comércio e de capitais. A Caixa de Conversão, que servia para amenizar as perdas do café oferecendo divisas com taxas superiores às negociadas no mercado, continuou até 1913, mas em 1914 a fuga de capitais causou severa desvalorização cambial tornando o mecanismo obsoleto⁴⁶. (VILLELA ; SUZIGAN, 2001 p. 135).

Com dificuldade orçamentária pela redução das importações e exportações, o governo aumentou a taxação sobre o consumo. Mas, impossibilitado de manter reduzido o déficit por meios não inflacionários⁴⁷, viu-se obrigado a emitir moeda. Os gastos com formação de capital e de dívida continuaram, mas os gastos com consumo foram reduzidos. Além das dessas políticas, outras duas foram realizadas durante a guerra: implementaram-se medidas

⁴⁶ Contribuiu para a desvalorização cambial a necessidade de pagamento da dívida externa que aumentava a demanda por câmbio.

⁴⁷ Empréstimos públicos, no exterior ou pela entrada de capitais externos.

rígidas, em 1917, para coibir especulações na taxa de câmbio⁴⁸; e o segundo plano de valorização do café. Como no primeiro plano, o governo comprou e armazenou boa parcela do produto. (VILLELA ; SUZIGAN 2001).

As expectativas com relação ao setor exportador, que tinham se tornado positivas pela elevação nos preços do café em 1919, tornaram-se pessimistas pela redução no nível de atividade econômica nos países centrais entre 1920 e 1921. O câmbio se desvalorizou novamente⁴⁹, pela queda no volume e nos preços das exportações. O governo, que entre 1918 e 1920 tinha evitado a expansão monetária, se viu obrigado a realizar novas emissões, criando a Carteira de Redesconto e Emissão do Banco do Brasil para aumentar a elasticidade da moeda. A emissão monetária serviu também para implementar a terceira política de valorização, precipitada pela expectativa de uma grande safra de café o que, assim como nos anos anteriores, veio acompanhada de queda dos preços no mercado internacional. (VILLELA; SUZIGAN, 2001, p. 151).

Em 1923 a política monetária voltou a ser contracionista. Segundo Villela; Suzigan (2001, p. 151), “se acreditava que a contenção monetária era um remédio para a recessão”. É decretada a extinção da Carteira de Redesconto e o monopólio de emissão volta ao Banco do Brasil. Até 1926 o papel-moeda foi reduzido e houve ligeira valorização cambial.

A situação em dezembro de 1926 se alterou novamente. Naquele momento a intenção seria o retorno ao padrão ouro (contenção monetária), mas com desvalorização cambial pela re-introdução da Caixa de Conversão. Foram reduzidas as despesas com investimentos do governo, que buscava o equilíbrio orçamentário⁵⁰. Essa política aumentou o influxo de divisas⁵¹ (atraídas pela Caixa de Conversão) e o aumento nas exportações até 1929.

Em 1929 a Grande Depressão afetou os fluxos internacionais de capitais e mercadorias assim como as exportações de café, reduzindo as receitas do governo pela queda nas importações e exportações mesmo sendo, essas últimas, protegidas pela atuação da Caixa de Conversão que mantinha o câmbio desvalorizado. No fim do ano, mesmo com os juros elevados, houve fuga de capitais externos e o fim da Caixa de Conversão.

⁴⁸ Os resultados foram positivos e o câmbio se valorizou já em 1917 até 1919. Ver Anexo 1.

⁴⁹ Despencou de 18,22 libras por mil réis em fevereiro de 1920 para 7,17 em julho de 1921.

⁵⁰ E conseguiu atingir em parte seu objetivo

⁵¹ Segundo Villela; Suzigan (2001) houve influxo de 10 milhões de libras esterlinas para a Carteira Cambial do Banco do Brasil e 20 milhões para a Caixa de Conversão.

2.5.2 Setor exportador durante o período 1914 – 1930

Em 1913 os humores do mercado internacional não eram tão favoráveis quanto os dos anos anteriores para o setor exportador. O valor das exportações caiu em torno de 12% em relação a 1912 devido à queda drástica nos preços do café mesmo com o funcionamento da Caixa de Conversão. Mas em 1914, as exportações caíram cerca de 28% em relação a 1913. (VILLELA ; SUZIGAN, 2001 p. 135).

Se o setor cafeeiro foi prejudicado com o advento da guerra, outros setores exportadores foram favorecidos. Produtos que antes não eram competitivos no mercado internacional ficaram em posição privilegiada com a mudança na estrutura de importação do mercado externo. As importações européias se concentraram em gêneros de primeira necessidade. Bens de consumo não-duráveis brasileiros foram exportados devido a escassez de alimentos, aumentando as exportações de carne frigorificada, açúcar refinado, tecidos, manganês, arroz, feijão, milho, algodão e madeira, por exemplo. Essas exportações representavam 2% do total das exportações em 1914 e, em 1918 passaram para 16%. (VILLELA ; SUZIGAN, 2001, p. 135). Portanto, a pequena recuperação das exportações durante a guerra entre 1915 e 1918, se deve a essa diversificação na pauta de exportações brasileiras já que as exportações de café e de borracha não contribuíram para a elevação.

Entre 1917 e 1918, ainda sob a guerra, havia a expectativa de uma grande safra, o levando o governo a interferir na oferta de café, comprando e armazenando uma parcela do produto – conhecido como o segundo plano de valorização. Retiraram-se 3 milhões de sacas do mercado na finalidade de impedir a desvalorização do produto em excesso. Contudo, no ano de 1918, uma grande geada dizimou quase 1/3 dos pés de café, o que dispensou o prolongamento da execução da segunda valorização do produto.

Na década de 1920 observou-se duas grandes crises intercaladas por uma expansão nas bases produtivas. As culturas de exportação, entre 1920-1928 cresceram 9% em produção real, influenciados pelo aumento dos preços de exportação a uma taxa de 8,9%. Os bons resultados foram influenciados pela política de valorização permanente do café, encabeçada pelo estado de São Paulo. (VILLELA;SUZIGAN, 2001, p. 158-160).

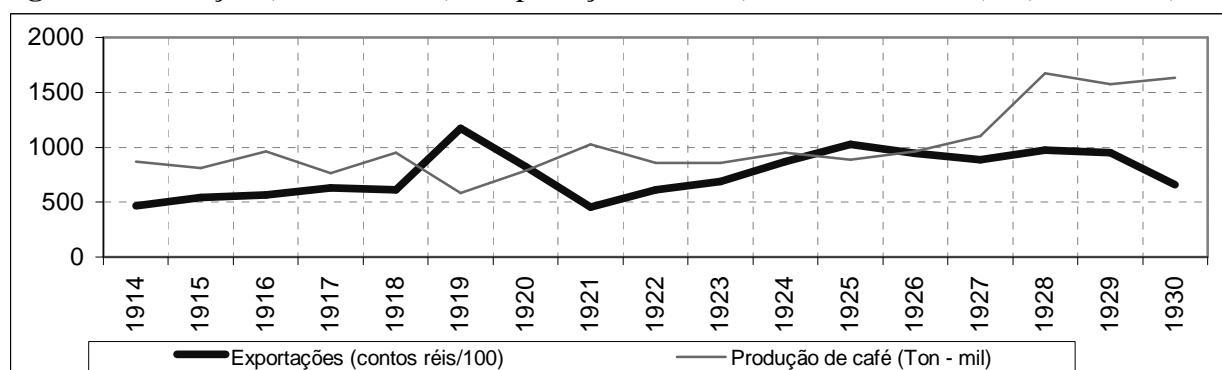
No princípio da década, entre 1920 e 1921, havia expectativa de uma grande safra de café o que, assim como nos anos anteriores, veio acompanhada de queda dos preços no

mercado internacional. A redução drástica nos preços do produto em 1921 levou à terceira política de valorização. No final do ano de 1921 o governo federal já teria adquirido 1,5 milhões de sacas. Mas até 1924, com financiamento do Banco do Brasil, teriam sido retiradas 4,5 milhões de sacas de café. Iniciou-se, a partir de 1924, um programa de valorização permanente que se estenderia até a década de 1930. No final do mesmo ano (1924) foi criado o Instituto Paulista de Defesa Permanente do Café (depois denominado de Instituto do Café de São Paulo)⁵². (VILLELA;SUZIGAN, 2001, p. 159-164).

Como se pode observar na Figura 5 o crescimento das exportações foi contínuo durante os primeiros anos da política de valorização do café (1921-1925). Devido a esse vertiginoso crescimento nas exportações os estoques de um ano eram vendidos no ano seguinte, o que levou a um certo relaxamento nas medidas de controle da produção. Se nos primeiros anos de política permanente os resultados foram favoráveis, a situação se inverteria a partir de 1925. (VILLELA;SUZIGAN 2001, p. 160).

O financiamento da produção direcionado aos cafeicultores adotou um critério que superestimava o preço do produto. O adiantamento era estipulado de acordo com o preço do café armazenado e não de acordo com o custo de produção, o que contribuiu para distorcer a expectativa de rendimentos futuros, estimulando o crescimento da produção sem contrapartida do aumento da demanda. O governo dava condições “artificiais” de mercado a um setor que já estava superdimensionado causando, a partir de 1925, o agravamento da crise de superprodução de café. (VILLELA;SUZIGAN 2001, p. 162).

Figura 5: Produção (mil toneladas) e exportação de café (cem contos de réis) - (1914-1930).



Fonte: Ipeadata.

A partir de 1927, como pode-se observar na Figura 5, grandes safras foram colhidas, causando redução drástica nos preços do produto. Essas safras foram resultado da Política de

⁵² Os recursos para a valorização permanente do café seriam levantados por empréstimos externos e por uma taxa ouro que incidia sobre o volume de café transportado pelo estado.

Valorização permanente que conferia, ao setor cafeeiro, condições artificiais de mercado. Mesmo observando o desproporcional aumento de produção as situações artificiais se mantiveram, tanto quanto as desproporcionais safras do produto e as decadentes receitas de exportação, mesmo após a grande depressão de 1929.

2.5.3 Setor industrial durante o período 1914 – 1930

Existem opiniões divergentes acerca do caráter (positivo ou negativo) do impacto da I Guerra sobre a indústria nacional. Segundo Villela ; Suzigan (2001, p.137) há praticamente um consenso de que teria havido durante a guerra um grande surto industrial e que este teria condicionado o desenvolvimento do setor nos anos posteriores⁵³. Entretanto ao analisar alguns indicadores indiretos de desempenho industrial, como importação de matérias-primas básicas, combustíveis e consumo aparente de aço e cimento, Villela; Suzigan (2001) concluíram que não teria havido substancial crescimento do setor.

Para Prado (1989, p. 261):

A Grande Guerra dará grande impulso à indústria brasileira. Não somente a importação dos países beligerantes [...] declina e mesmo se interrompe em alguns casos, mas a forte queda no câmbio reduz também consideravelmente a concorrência estrangeira. [...] No primeiro grande censo posterior à guerra [...] em 1920, os estabelecimentos industriais arrolados somarão 13.336 [...]. Destes estabelecimentos, 5.936 tinham sido fundados no quinquênio 1915-19, o que revela claramente a influência da guerra. (PRADO, 1989, p. 261).

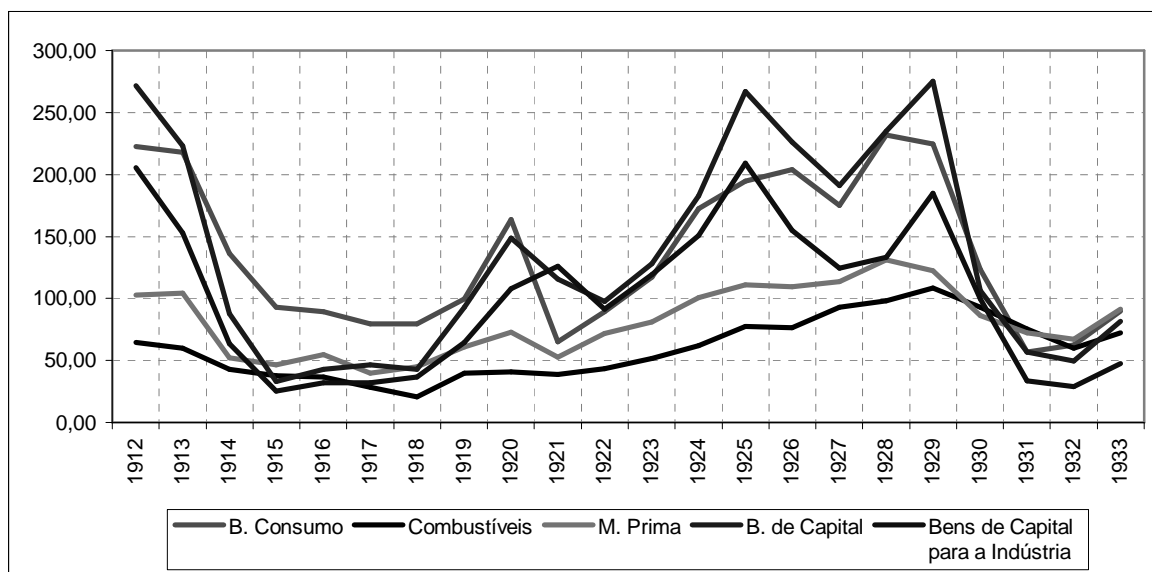
Ainda, conforme Prado (1989, p.261-262), “o caráter desta indústria recenseada em 1920, ela se conserva mais ou menos idêntica à de 1907⁵⁴”. A distribuição relativa dos tipos de indústrias era a seguinte: Indústria de alimentação 40,2%, têxtil 27,6%, vestuário e objetos de tocador 8,2%, produtos químicos propriamente ditos e análogos 7,9% e outros tipos de indústrias 16,1%. À exceção da indústria de alimentos, que passou a ocupar o primeiro lugar em importância no pós-guerra com 40,2% (em 1907 ocupavam 26,7%).

⁵³ Entre os autores que teriam essa opinião, segundo Villela; Suzigan (2001), destacam-se: Simonsen (*Evolução Industrial do Brasil*, p. 25,30 e 36), Prado (*História Econômica do Brasil*, p. 267) e Luz (*A luta pela Industrialização do Brasil p 145*). Assinala-se que Dean (*São Paulo's Industrial Elite*, p. 80-83) teria sido o primeiro a discordar daquelas opiniões.

⁵⁴ Tal crescimento, segundo o autor, é devido ao aparecimento de uma nova indústria no período: “a de congelação de carnes” !!! (sic).

Como pode ser observado na Figura 6, houve redução de importações de modo geral durante a I Guerra (1914-1918). As importações de bens de capital e matérias-primas tiveram as maiores variações de 1913-1914. Essas foram: 50,19% para matérias-primas, 60,67% para bens de capital e 58,45% de bens de capital para a indústria, contra 37,35% de bens de consumo e 28,29% de combustíveis.

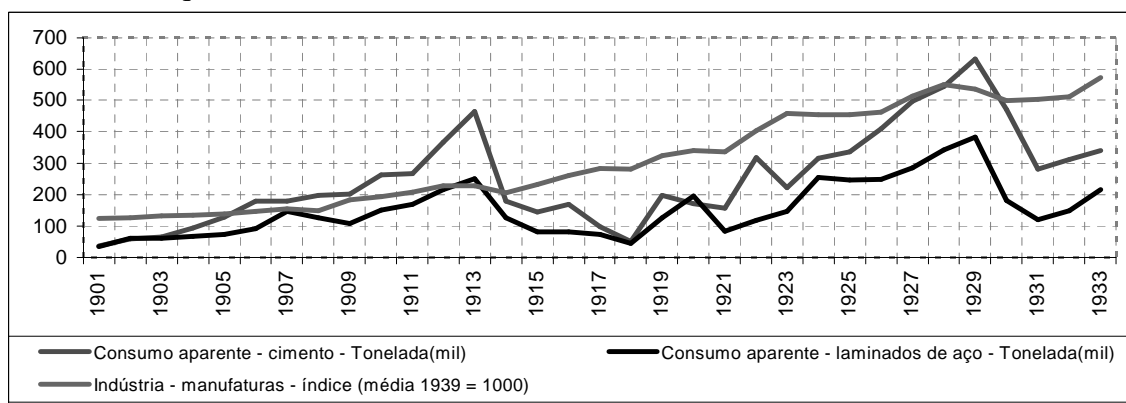
Figura 6: Importação (quantum: índice 1939 = 100) - categorias de uso - (1912-1933).



Fonte: Villela; Suzigan (2001) - Tabela XXI – Apêndice Estatístico.

Outros indicadores industriais sugerem que o processo de formação de capital (elevação na capacidade produtiva) teria sido interrompido durante a guerra. Na Figura 7 pode-se observar que o consumo aparente de cimento e laminados de aço também apresentou drástica redução.

Figura 7: Consumo aparente de cimento e laminados de aço (mil toneladas) e produção de manufaturas (quantum: índice 1939 = 1000) - (1901-1933).



Fonte: Ipeadata

A partir desses dados, pode-se supor que a Guerra não teria sido positiva no sentido de aumentar a capacidade produtiva. Teria provocado elevação na utilização da capacidade instalada, tanto direcionada para exportações⁵⁵ quanto para absorver parte da demanda interna, que não podia obter produtos importados. Como se pode observar na Figura 7, a produção de manufaturas continuou crescendo entre 1914 e 1920, com breve interrupção em 1918 e o processo de formação de capital só retornou após 1918. (Figuras 6 e 7)⁵⁶.

E como a indústria se comportou na década de 1920? Nos anos de 1920-21 a indústria passou por um período de estagnação devido à queda na capacidade de importar e pela contenção monetária promovida pelo governo⁵⁷. O desfavorecimento das relações de troca não permitiu importação de matérias-primas, combustíveis e bens de capital para a indústria, decretando a estagnação do setor industrial no biênio (ver Figuras 6 e 7).

A expansão do numerário proporcionou um aumento do nível de atividade industrial entre 1921 e 1923, coincidindo com a desvalorização ainda maior da taxa de câmbio, que conferia maior proteção à indústria. Houve, nesse período, uma diminuição da intensidade de formação de capital por parte da indústria entre 1921 e 1922, e depois o retorno, em 1923 da expansão da formação de capital.

Entre 1923 e 1925, sob os efeitos de uma ligeira valorização cambial, a situação é distinta. Conforme se pode observar nas Figuras 6 e 7, o índice de produção de manufaturas fica estagnado, mas houve um intenso aumento de importação de bens de capital no período. Pode-se sugerir que a alta do câmbio restringiu a produção, mas auxiliou a formação de capital industrial. (VILLELA; SUZIGAN, 2001, p. 151)

Entre 1926 e 1927, a tentativa de retorno ao padrão ouro, com desvalorização e estabilização cambial e contenção monetária, parece ter interrompido o processo de formação de capital industrial (Figura 6). Mas, apesar da contenção do meio circulante, a desvalorização cambial (o que sugere aumento da proteção da indústria) daria novo impulso em favor da recuperação da produção de manufaturas (Figura 7).

Entre 1928 e 1929, observa-se nas Figuras 6, 7 e 8 que houve elevação nas importações de Bens de Capital para a indústria, assim como um aumento no índice de

⁵⁵ Segundo Villela;Suzigan (2001) aumentaram exportações de bens de consumo tradicionais no período.

⁵⁶ Em 1918-19 houve valorização cambial após a redução nas especulações cambiais (política promovida pelo governo em 1917), o que, aliado à demanda reprimida da indústria durante a guerra, influiu no aumento de importações em 1918-19.

⁵⁷ A redução do nível de atividade econômica nos países centrais influiu no resultado das exportações e no câmbio. O câmbio despencou de 18,22 libras por mil réis em fevereiro de 1920 para 7,17 em julho de 1921.

produção de manufaturas. Nesse período o câmbio estava desvalorizado, incentivando o crescimento do nível de atividade, mas houve aumento das importações industriais. Em 1929, com a Grande Crise, houve retração dessas importações e da produção industrial.

Em suma, durante a década de 1920 a indústria aumentou seu nível de atividade quando houve expansão de numerário (entre 1922-23 e 1927-28), e esse aumento incentivou os dois períodos em que houve formação de capital (entre 1923-25 e 1928-29). A alternância de políticas econômicas, hora aumentando o meio circulante e desvalorizando o câmbio e hora reduzindo o numerário e forçando a valorização, contribuiu para o regular desempenho do setor industrial na década de 1920. As taxas de crescimento por setor industrial durante a década são apresentadas na Tabela 4.

Tabela 4: Taxas anuais médias de crescimento da produção industrial - (1920 - 1928).

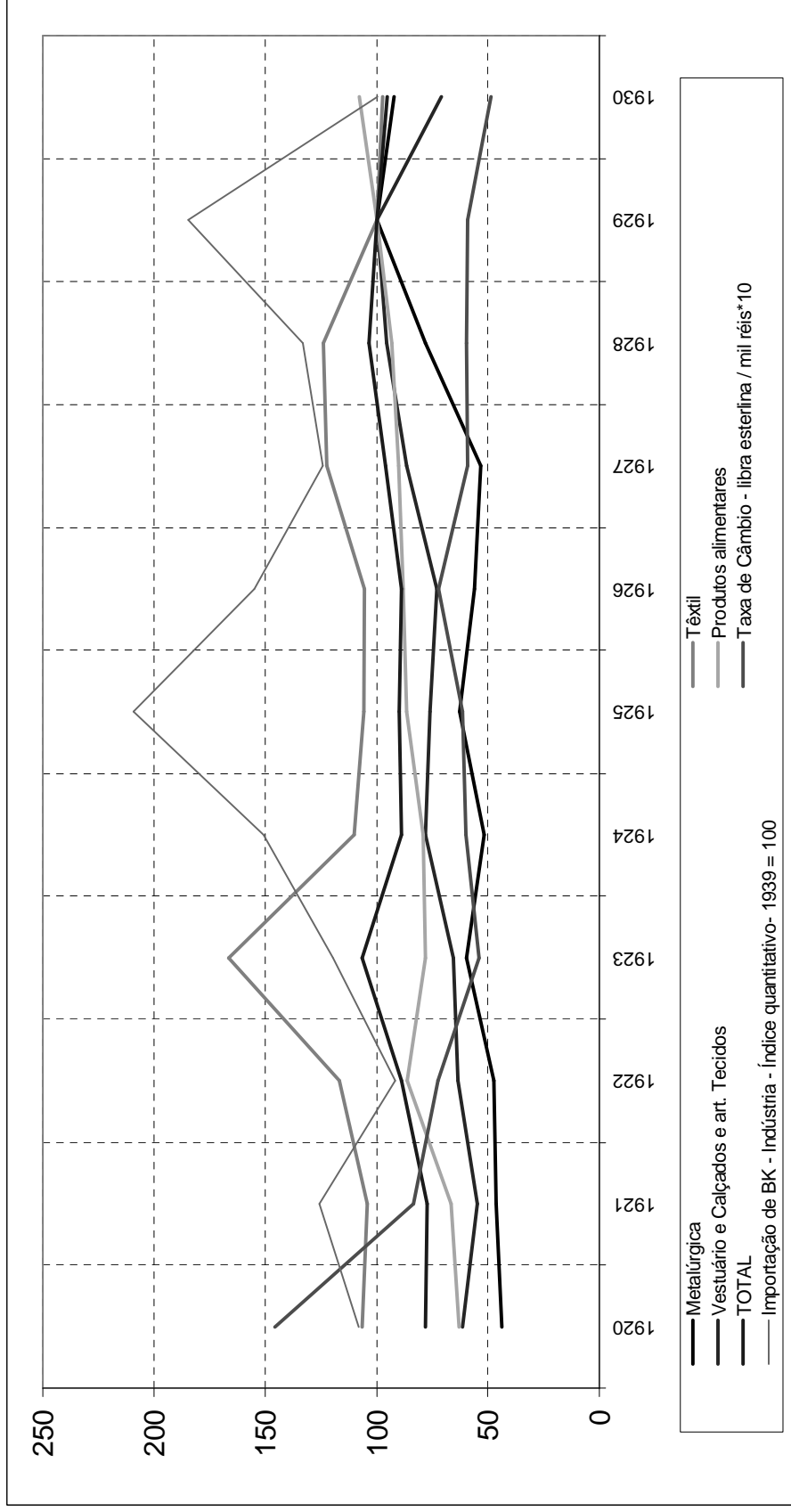
Indústrias	1920-28 (%)
Têxtil	1,9
Vestuário e Calçados	5,6
Bebidas	5,2
Fumo	3,9
Minerais não-metálicos	0,6
Metalúrgica	7,5
Química	8,8
Perfumaria, sabão e velas	11,4
Produtos alimentares	5,0
Total	3,6

Fonte: Villela; Suzigan (2001, p.171).

Pode-se observar na Tabela 4 que as indústrias que puxavam os índice de crescimento manufatureiro, a têxtil e de produtos alimentares não cresceram significativamente na década de 1920, tornando o desempenho da indústria apenas regular nesse período. Entretanto, observa-se que a indústria metalúrgica, química e de perfumaria, sabão e velas (não tradicionais) foram as que apresentaram maiores taxas de crescimento da produção. Pode-se sugerir que os esforços de importação nos anos intermediários da década de 1920 tenham se dados pelo crescimento produtivo desses setores.

Os dados referentes à taxa de crescimento, produção e formação de capital indicam que após a Guerra pode ter havido ampliação da capacidade produtiva, mas com regular nível de atividade. Houve dois períodos de formação de capital, entre 1918 e 1920 e entre 1923 e 1929 sendo que neste último período houve redução no nível de importações de bens de capital entre 1926 e 1927. Considerando o índice de produção manufatureiro (Figura 7 e 8) e as taxas de crescimento por setor (Tabela 4) pode-se supor que os setores que ampliaram a capacidade produtiva e apresentaram as maiores taxas de crescimento foram os de bens não-duráveis assim como houve crescimento dos setores químico e de metalurgia.

Figura 8: Indicadores industriais e taxa de câmbio – Índices: Volume Físico da Produção (1929 = 100) e Importação de Bens de Capital para indústria (quantitativo: 1939 = 100). (1920-1930)



Fonte: Formulado a partir dos dados do Apêndice Estatístico: Villela; Suzigan (2001).

Há indícios, portanto, que o crescimento do nível de atividade do setor industrial que incentivava o processo de formação de capital, foi influenciado entre 1918-30 pelas emissões monetárias. Por sua vez, a formação de capital esteve ligada às condições do setor exportador e às políticas restritivas do governo, que contribuíram para a atração de capitais externos, aumentando a entrada de divisas.

2.6 Balanço do comportamento dos setores exportador e industrial durante a República Velha

Nas seções anteriores pôde ser observado que entre 1889 e 1930 houve vários comportamentos distintos do setor industrial e do setor exportador, com aumento da capacidade produtiva, aumento no nível de atividade, estagnação ou depressão devidos, entre outros fatores, às influências das crises de origem externa, ao nível de câmbio, às políticas econômicas promovidas pelo governo e às suas bases estruturais.

A seguir serão identificados quais os fatores estimulantes e/ou restritivos foram os mais importantes para a determinação desses comportamentos, para, posteriormente, identificar a existência de um padrão comportamento dos dois setores frente aos fatores estruturais e conjunturais que os restringiram e/ou os estimularam ao longo do período da República Velha.

2.6.1 Setor industrial durante a República Velha

Observou-se que, ao longo da República Velha houve três comportamentos distintos por parte do setor industrial: o primeiro pode ser caracterizado por forte expansão do seu nível de atividade sem promover importações significativas de bens de capital; o segundo caracterizado pelo aumento do nível de atividade do setor de maneira menos vigorosa, ou apresentando estagnação do nível de atividade, mas promovendo forte aumento nas

importações de bens de capital; e o terceiro quando houve retração do nível de produção e não houve significativas importações de bens de capital.

Embasando-se nesses três comportamentos, pode-se supor que aumentos nos índices de produção industrial indicam aumento do quantum produzido, e por outro lado, os aumentos de importações de bens de capital indicam prioritariamente a expansão da capacidade de produção setorial⁵⁸. Com base nessas suposições, pode-se interpretar o primeiro comportamento como uma expansão da produção sob uma capacidade produtiva relativamente constante; o segundo como um pequeno aumento da produção, mas com melhorias quantitativas e/ou qualitativas na capacidade instalada; e o terceiro como uma estagnação ou retração da produção do setor.

Os três comportamentos observados se distribuíram ao longo da República Velha, grosso modo, da seguinte forma: entre 1889 e 1898 houve expansão da produção industrial sem significativas importações de bens de capital (máquinas e equipamentos); entre 1889 e 1903 houve depressão da indústria (queda na produção e nas importações de bens de capital); entre 1903 e 1913 houve crescimento da produção industrial (num ritmo menor do que no período 1889-1898) e grande aumento na importação de bens de capital; e entre 1914 e 1930 houve alterações entre esses três comportamentos de acordo com alguns aspectos conjunturais. É pertinente, portanto, identificar quais os fatores tenderam a influenciar ou determinar cada um desses comportamentos.

O processo de formação de capital industrial durante a República Velha se deu em quatro períodos: entre 1905 e 1912, entre 1818 e 1921, entre 1923 e 1925 e entre 1928 e 1929. Nesses momentos houve certa abundância de divisas externas no país (devido ao aumento nas receitas de exportação e/ou à entrada de capital estrangeiro)⁵⁹ e a indústria atravessava, ou tinha atravessado, por um período de aumento na produção.

⁵⁸ Poder-se-ia argumentar que as importações de bens de capital objetivavam a modernização da capacidade produtiva existente. Entretanto, ao se levar em conta a expansão considerável do nível de produção da indústria ao longo do período, pode-se supor que a maior parte desses importados se deu em direção à ampliação da capacidade produtiva, já que modernizações no capital, apesar de permitir certo aumento do nível de produção, tem a finalidade de garantir melhorias qualitativas e não quantitativas.

⁵⁹ Como exemplo, entre 1905 e 1912, houve aumento nas receitas de exportação, devido ao sucesso do Acordo de Taubaté (1906) e ao aquecimento da economia internacional. Além disso, o país voltava a receber capitais externos, possível após o *Funding Loan* de 1898, que estabilizou as despesas governamentais e obrigou o governo a promover políticas austeras. O aumento das receitas de exportação, a entrada de capitais externos e a estabilização do meio circulante valorizaram o câmbio, outro fator que estimulou a importação de bens de capital. Sob essa conjuntura a formação de capital por parte da indústria foi mais constante do que as ocorridas nos momentos posteriores.

À exceção do período entre 1919 e 1921, ou houve aumento nas exportações, ou a entrada de capitais externos, ou o câmbio estava valorizado, o que em última instância, revela a importância do vigor do nível de atividade externo para a formação de capital industrial. Com o cenário externo favorável, as exportações tenderam a crescer, assim como houve tendência de aumento das entradas de capitais⁶⁰ e, como consequência, era mais fácil, por parte do governo, valorizar o câmbio – o que era a meta de estabilização. Por todos esses fatores derivados da conjuntura externa favorável, houve facilidades na obtenção de divisas externas para fins de importação de bens de capital. No único período em que o cenário externo não foi favorável (entre 1919 e 1921), mas que ocorreu formação de capital, a demanda reprimida industrial por bens de capital e a valorização cambial incentivaram a ampliação da capacidade produtiva.

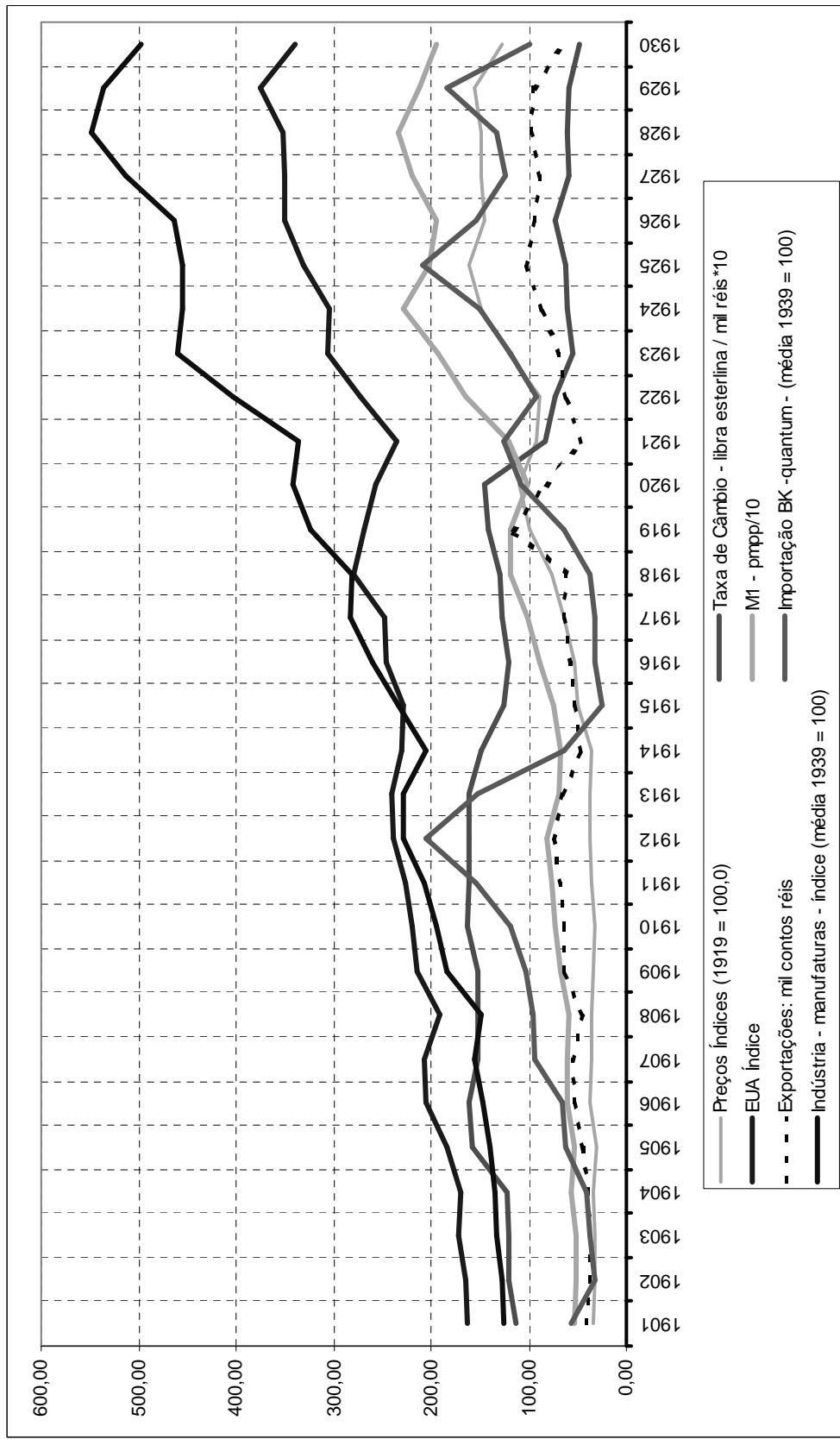
Por outro lado, se o aumento da capacidade produtiva é facilitado pelo desempenho do setor externo, é intuitiva a dedução que esta é uma resposta ao aumento da produção industrial. Como pode-se observar na Figura 9, o aumento das importações de bens de capital iniciou-se quando estava ocorrendo um crescimento do nível de produção industrial (mesmo que não tão vigorosos como em outros períodos) e essas importações continuavam à níveis elevados mesmo após a interrupção do crescimento do nível de atividade.

Como exemplo, entre 1905 e 1912, a formação de capital teve correspondência com o aumento no índice de produção de manufaturas, apesar da implementação de políticas de estabilização. A elevação significativa das importações de bens de capital após a Primeira Guerra, entre 1928 e 1929, e entre 1922 e 1925 também se iniciaram quando o nível de produção industrial estava em expansão.

O segundo comportamento observado ao longo da República Velha, caracteriza-se pelo aumento da produção industrial sem elevação significativa do quantum importado de bens de capital. E, conforme foi citado acima, o processo de formação de capital por parte da indústria sofreu influência do crescimento do nível de atividade desse setor. Pode-se perguntar, portanto: quais foram os fatores que influenciaram o aumento da produção industrial durante a República Velha?

⁶⁰ As entradas de capitais de *portfólio* se deram em momentos de relativa calma no cenário financeiro internacional, mas entraram no país devido ou às especulações cambiais, ao funcionamento da Caixa de Conversão, ou devido às políticas restritivas de crédito realizadas em alguns desses períodos que tornavam os juros internos elevados e proporcionavam ganhos ao capital especulativo. (Ver seções anteriores).

Figura 9: Preços, Nível de atividade do EUA, Exportações, Produção de Manufaturas, Câmbio, M1 (papel moeda em poder do público) e importação de Bens de Capital – (1901-1930).



Fontes: Elaborado a partir das séries do Ipeadata e do Banco Central do Brasil.

Esse comportamento se deu entre 1889 e 1898, entre 1914 e 1920, 1922 e 1923 e entre 1926 e 1928 e, ao contrário da formação de capital, foi mais constante do que espasmódico e intensificou-se em períodos de crises externas.

O motivo mais evidente da expansão do nível de atividade durante as crises externas é o efeito que a fuga de capitais e a redução nas receitas de exportação causaram no câmbio. A desvalorização cambial conferia um ambiente protegido à indústria, pois encarecia os produtos similares manufaturados no exterior. Dessa forma, a indústria nacional tinha maior parcela da demanda interna direcionada à sua produção.

Outro fator que, evidentemente, interferiu no crescimento do nível de atividade industrial durante as crises foi a política econômica adotada pelo governo. A fuga de capitais e a queda nas receitas de exportações afetaram a capacidade de equilibrar o orçamento e o Balanço de Pagamentos. Recorrentemente o governo foi obrigado, durante as crises, a emitir papel-moeda e abandonar a possibilidade de reduzir drasticamente o numerário para atingir sua meta de estabilização: a conversão cambial. A emissão monetária se aumentou o nível inflacionário, permitiu a manutenção ou a expansão da demanda interna.

Ainda, levando-se em conta as políticas econômicas e seu papel na expansão industrial, cabe uma interpretação entre a relação café-indústria durante as crises. Nesses momentos, as receitas de exportações se reduziram e, conseqüentemente, a renda do setor. Mas com a desvalorização cambial, assim como a política de valorização o fazia entre 1925 e 1930, a renda do setor exportador era defendida. Se a defesa da renda do setor exportador não era suficiente para possibilitar formação de capital industrial (já que não houve aumento nas importações durante as crises externas), era suficiente para permitir a manutenção do volume de remuneração salarial, mitigando, portanto, a redução do fluxo monetário – que constituía o mercado interno. Pode-se supor então que, ao ter sua renda defendida pela desvalorização cambial e pelas políticas de valorização durante as crises, o setor exportador gerava a demanda interna direcionada à indústria nacional, mas não direcionava sua riqueza em inversões industriais.

Se o setor industrial se expandiu mais fortemente em momentos de crises, porque, entre 1898 e 1903 e entre 1929 e 1930, dois períodos de crise, a indústria ficou em estado recessivo (não apresentou aumento dos índices de produção industrial e nem aumentou as importações de bens de capital)? Quais fatores conjunturais diferentes podem ter influído

nesse comportamento? Em todos os períodos de crise o país estava alijado da entrada de capitais especulativos, houve queda nas exportações e na capacidade de importar. Entretanto, especificamente nesses dois períodos, a política monetária excessivamente contracionista foi realmente implementada. No primeiro período o governo estava restringido às condições do *Funding Loan* de 1898 que deu os recursos financeiros necessários para sua implementação, quando o numerário foi bruscamente contraído. Tal procedimento causou eliminação dos estabelecimentos “menos aptos” que tiravam proveito da desvalorização cambial. No segundo momento, entre 1929 e 1930, o governo, para inibir a pressão sob o câmbio fixado pela Caixa de Conversão, causado pelo afluxo de capital de *portfólio*, contraiu significativamente o meio circulante. Em ambos os períodos o cenário era de extrema incerteza, com as quedas abruptas nas exportações, fuga de capitais, redução no nível de atividade das economias centrais, e com juros internos elevados pelas tentativas de estabilização. Tal conjuntura influenciou negativamente o comportamento industrial, estancando as importações de bens de capital e o nível de atividade industrial.

Assim como ocorreu nesses dois períodos de crise e retração industrial, entre 1917 e 1918, entre 1924 e 1926, por exemplo, também houve políticas contracionistas que visaram a estabilização, embora o resultado das exportações não tenha sido propriamente negativo, houve também tendência desfavorável nos índices industriais.

Se foram levantados os períodos em que cada comportamento foi predominante, assim como foram indicados alguns fatores conjunturais estimulantes e restritivos cabe, portanto, a formulação de um padrão de comportamento do setor industrial frente às conjunturas de crise e estabilização ao longo da República Velha.

O comportamento do setor industrial, levando-se em conta os aspectos conjunturais, foi influenciado, diretamente, pela taxa de câmbio e pela política econômica adotada pelo governo e, indiretamente, pelo nível de atividade do setor externo e suas flutuações.

A estagnação do nível de atividade dos EUA, a Primeira Guerra, e as flutuações do nível de atividade internacional, ao comprometerem as receitas de exportação e a capacidade de manutenção das políticas de conversibilidade cambial, além de desvalorizarem a taxa de câmbio, induziram à expansão monetária. Sob essas condições de câmbio e liquidez o setor industrial se expandiu captando a demanda interna por bens de consumo, já que havia proteção em relação aos produtos importados. Quando houve certo vigor do cenário externo as exportações aumentaram, houve tendência de elevação do fluxo de capital externo

direcionado ao país e maior possibilidade de implementação de políticas de valorização cambial e restrição de liquidez. Sob essas circunstâncias o comportamento foi de ampliação da capacidade produtiva, principalmente quando havia relativa elevação do nível de produção. Em períodos em que houve forte retração de liquidez, seja devido ao acordo do *Funding Loan*, ou para combater os efeitos das crises, houve depressão do nível de atividade e interrupção no processo de formação de capital industrial.

Apesar desse padrão de comportamento não ser aplicado em todos os períodos, nos ilustra certas tendências observadas nos indicadores do setor industrial após as expansões monetárias, desvalorizações cambiais e políticas contracionistas. Um período em que esse padrão de comportamento mostra suas restrições de interpretação é entre 1905 e 1912, quando houve particularidades em relação a todos os outros. Apesar do êxito da estabilização cambial e inflacionária e seus efeitos negativos no setor industrial, a política fiscal expansionista (constituição de infra-estrutura) contrabalançou aqueles efeitos negativos, melhorando a base estrutural na qual se apoiava o setor. Além disso, principalmente após 1907 a política Monetária foi afrouxada, mas sem perder as metas de estabilização. Pode-se sugerir, portanto, que foi um momento-enclave em que coincidiram estabilização e significativo crescimento da indústria, justamente pelos melhoramentos materiais e política monetária flexível.

Em termos de influências estruturais nos comportamentos do setor industrial pode-se dizer que o baixo número de estabelecimentos industriais implicava na existência de um excedente de demanda da massa assalariada. O baixo nível de competição e a capacidade produtiva menor do que a demanda interna possibilitava um ambiente propício para o crescimento do setor industrial. Esse é um fator estrutural que explica o crescimento significativo do setor ao longo da República Velha.

Outro fator estrutural que condicionou o comportamento do setor industrial foi a inexistência de um setor de bens de produção. Essa deficiência estrutural que persistiu ao longo do período tornava a indústria dependente dos resultados do setor exportador e da entrada de capital estrangeiro no país para importações de bens de capital direcionados à ampliação da capacidade produtiva e diversificação do setor industrial.

Ao longo deste trabalho quando mencionou-se que em determinado período houve formação de capital industrial, mencionou-se também que poderia ter ocorrido um processo de diversificação do parque produtivo ou diversificação da produção industrial. Entretanto, a

diversificação mencionada foi restrita. Ao considerarmos o período como um todo, percebe-se os seguintes movimentos entre os setores industriais:

I - Redução da importância da indústria têxtil em relação à de alimentos, pois em 1889, a primeira possuía 60% do capital industrial e em 1920 apenas 38%. Sobre a produção, em 1907, 20,6% era da indústria têxtil e em 1920 26,7%, mas se em 1907 a indústria de alimentos produzia 26,7% do total, em 1920 produzia 40,2%;

II - Quanto ao movimento de substituição de importações de bens de consumo não-duráveis, segundo Simonsen (1973), dos 30 artigos de maior consumo, 70% era produzido pela indústria brasileira em 1907. Ao ser considerado a ampliação das importações de bens de capital entre os períodos 1907 e 1913, 1918 e 1920, 1922 e 1925 e 1927 e 1929, pode-se supor que o processo de substituição desses tipos de bens teria se mantido.

III - Sobre diversificação da produção industrial brasileira, o item “outros produtos da indústria” (citado pelo autor), não constava em 1889, mas em 1907 correspondiam a 27% das indústrias, indicando certa diversificação. Entretanto, tal processo parece ter sido interrompido entre 1914 e 1920, pois em 1920, ambas produziam 66,9% do produto industrial. Na década de 1920, como as taxas médias de crescimento da indústria química e metalúrgica foram maiores do que as taxas de alimentos e têxtil, pode-se sugerir que o processo de diversificação se manteve (ver Tabela 4).

Ao considerar I, II e III, pode-se sugerir que houve um processo de substituição de importações de bens de consumo não-duráveis ao longo da República Velha, sendo que esses bens, para serem produzidos, necessitam de menor relação capital/trabalho e densidade tecnológica. O mesmo não pode ser dito com segurança se considerarmos a diversificação do parque industrial às outras categorias de uso, pois se até a guerra houve diversificação, após a mesma voltou a ser concentrada, mesmo se for sugerido que houve diversificação na década de 1920 pela ampliação das importações de bens de capital.

Outro fator estimulante à indústria nacional neste período foi estrutura tributária, que era direcionada às importações e, após o primeiro plano de valorização do café, às exportações – mesmo após a introdução do imposto sobre o consumo durante a Guerra. A taxa sobre as importações, maior fonte de receita do governo, aumentava a proteção à indústria interna.

Em suma, em termos de influência da base estrutural na qual se apoiava a indústria no comportamento do setor industrial ao longo do período, pode-se dizer que a inexistência do setor de bens de capital, assim como a manutenção de outras deficiências estruturais apontadas na subseção 2.2.3, contribuiu para o crescimento apenas do setor de bens de consumo não-duráveis. Apesar de ter havido certa ampliação do potencial energético e da rede de transportes, assim como indícios de pequena diversificação da produção em outros setores industriais (metalúrgica e química) o perfil industrial permaneceu relativamente constante, dedicado-se apenas a produzir bens com menor valor agregado.

2.6.2 Setor exportador durante a República Velha

Ao longo da República Velha, a atividade cafeeira continuou mantendo sua importância relativa em termos de participação na pauta de exportação, a exceção de dois períodos: entre 1898 e 1913, com o aumento da participação da borracha (de 11,8% entre 1889-97 para 25,7% em 1898-10); e durante a guerra até 1920, quando houve exportações de bens de consumo não-duráveis.

Quais fatores contribuíram para a manutenção da importância do setor cafeeiro, ao longo de variadas políticas econômicas e crises externas?

O comportamento do setor exportador no longo prazo pode ser resumido da seguinte forma: houve crescimento contínuo da capacidade produtiva entre 1889 e 1998 e entre 1925 e 1930, sendo que entre nesses períodos houve grandes oscilações do nível de produção, mas sem aumento no nível médio.

Conforme visto na seção 2.2.2, restrições estruturais para o incremento da produção não existiam, excetuando-se a mão-de-obra. Resolvido esse problema pela imigração, o crescimento dessa só poderia ser restringido por desastres naturais e pelas condições de demanda externa (fatores conjunturais exógenos). Excluindo o equilíbrio oferta-demanda, havia uma tendência natural de crescimento, desde que as condições externas permitissem.

Nos dois períodos de crescimento contínuo da produção cafeeira (1889-1998 e entre 1925-1930), o setor estava sujeito a condições “artificiais” de mercado, que aliviavam as condições da demanda internacional. No primeiro período, a desvalorização cambial

incentivava aumentos da produção sem contrapartidas externas. No segundo, a compra de excedentes a preços altos realizada pelo governo incentivava aumentos da produção.

Pode-se considerar, portanto, que as políticas de valorização e as desvalorizações cambiais, ao camuflarem a relação entre oferta e demanda, reforçaram o crescimento desproporcional da produção. Essas políticas inibiram os impactos restritivos da falta de contrapartida da demanda externa, sendo que o setor tinha uma tendência “natural” de crescimento pela falta de restrições internas para aumento da capacidade produtiva.

A tendência de crescimento da capacidade produtiva do setor cafeeiro era reforçada pelos efeitos compensatórios das crises externas. Se por um lado essas crises reduziam a demanda pela redução dos fluxos comerciais, por outro lado, a desvalorização cambial e a transferência de divisas entre os que necessitavam de importações e os que as possuíam divisas externas (o próprio setor), compensavam, em parte, suas perdas. Os efeitos das crises nesse setor tinham, portanto, um efeito compensatório – assim como as políticas de valorização – que surtia efeito na renda dos exportadores.

Pode-se concluir que quando os aspectos conjunturais (como nível de atividade externo, taxa de câmbio e fatores climáticos) eram adversos para o setor exportador, houve contrapartidas. O governo hora estabelecia a Caixa de Conversão cambial em períodos de câmbio desvalorizado; hora promovia desvalorizações na moeda mediante expansões monetárias; e hora transferia recursos para mitigar os efeitos depressivos da seca, geadas e insuficiência de mão-de-obra. Além disso, as crises geravam efeitos compensatórios à redução das vendas por si só, já que vieram acompanhadas de desvalorizações cambiais, sem falar da transferência de renda entre os setores internos da economia que se concentravam no setor nesses períodos. Por todos esses fatores o comportamento do setor exportador foi expansivo mesmo em longos períodos de retração nos fluxos comerciais internacionais.

Fatores estruturais como vastidão de terras e clima favorável contribuíram para esse comportamento expansivo do setor. Por outro lado, outros fatores estruturais também contribuem para explicar a manutenção da concentração das exportações em torno do setor cafeeiro. Em primeiro lugar, a forte presença política dos cafeicultores permitiu a execução de políticas compensatórias direcionadas à atividade cafeeira. Por outro lado, o atraso do setor industrial do país determinava a inserção externa através de produtos que dependiam de fatores climáticos e naturais para sua competitividade. A demanda externa por café, assim como os auxílios políticos e econômicos recebidos pelo setor, contribuem para explicar a manutenção da concentração dos exportáveis brasileiros no período.

CAPÍTULO 3. DESEMPENHO DO SETOR EXPORTADOR E INDUSTRIAL APÓS A REABERTURA ECONÔMICA (1990 - 2005)

3.1 Introdução

Conforme foi visto no Capítulo 2, durante a Primeira República, período marcado por grande abertura comercial e financeira do Brasil, a indústria e o setor exportador tiveram seus comportamentos influenciados pelas crises internas e externas. Essas crises redundaram em retração nos fluxos comerciais e financeiros, o que repercutia no nível de câmbio e na política econômica. Em suma, enquanto a política econômica buscava estabilizar a economia, o elevado grau de abertura, em conjunto com as incertezas na economia internacional, conferiam momentos de instabilidade no ambiente econômico nacional causando reações no comportamento da indústria e setor exportador.

O longo período de crises, compreendido entre 1929 e o fim da II Guerra Mundial, selou o fim da integração sem restrições do Brasil ao ambiente externo. A reação adversa do setor exportador durante este período e os reflexos dessa reação nos outros setores da economia contribuíram para a definição de um novo padrão de acumulação de capital, balizado pela política de industrialização por substituição de importações, enquanto se restringia as relações comerciais e financeiras do país com o setor externo.

A experiência de industrialização por substituição de importações teve seu último suspiro durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento (IIPND), extinguiu-se com a posse de Fernando Collor e o “novo PND” (Plano Nacional de Desestatização), sendo definitivamente enterrado por Fernando Henrique Cardoso, que decretou “o fim da Era Vargas”. Em suma, restrições quantitativas, qualitativas, materiais e financeiras do Brasil com o exterior foram progressivamente removidas, tornando o país, em termos de grau de abertura econômica após 1990, mais semelhante ao Brasil da República Velha do que ao Brasil do período de industrialização por substituição de importações induzida.

Para analisar o comportamento dos setores exportador e industrial após o início das reformas estruturais previstas no Consenso de Washington, dividiu-se este capítulo da seguinte forma: na próxima seção é feita uma contextualização do momento histórico-

econômico nacional e internacional em que se dá o processo de abertura econômica brasileira. A seção 3.3 trata do período entre 1990 e 1994, a 3.4 do período entre 1994 e 1999 e a seção 3.5 de 1999 até 2005. Essa divisão foi estabelecida devido às políticas econômicas distintas em cada subperíodo. Na última seção serão discutidas as modificações estruturais e apresentado o padrão de comportamento de cada setor entre 1990 e o ano de 2005.

3.2 Momento histórico e situação dos setores exportador e industrial

3.2.1 Condições históricas internacionais

A década de 1970, devido à primeira crise do petróleo e a crise monetária internacional, marcou o início de uma nova fase da economia mundial. No lugar do sistema de Bretton-Woods e do modo de produção fordista-taylorista, passou a ser adotado, nos países capitalistas centrais, o sistema de câmbio flutuante⁶¹, assim como houve um amplo e profundo processo de reestruturação industrial iniciado no Japão e na Alemanha. (TAVARES; FIORI, 1996).

Os EUA, além de liberar a flutuação, provocaram a desvalorização contínua do dólar, causando valorização das moedas européias e do iene, assim como iniciou os processos de “especulação periódica contra o dólar e a expansão descontrolada do mercado de euromonedas”. Nesse cenário começou a haver deterioração das balança comercial do Japão e da Alemanha, levando esses países a um profundo processo de reestruturação industrial, assim como à mudanças em suas política econômicas. (TAVARES; FIORI, 1996, p. 27).

O resultado do esforço desses dois países na tentativa de superação dos constrangimentos externos foi o desenvolvimento e difusão de um modo de produção mais eficiente e flexível do que o modo fordista-taylorista⁶² nos mais variados setores industriais. Seguiram-se estratégias de investimento de longo prazo orientadas para aumentar a eficiência no uso de matérias-primas industriais e aumentar a competitividade das indústrias japonesa e

⁶¹ Seguindo os princípios da “síntese neoclássica”, a adoção do câmbio flutuante por parte daqueles países tinha como objetivo equilibrar o Balanço de Pagamentos e estabilizar a inflação. (TAVARES; FIORI, 1996).

⁶² O modelo fordista-taylorista é baseado em esteiras de produção fixas, orientadas para produção em massa.

alemã⁶³. O caminho da reestruturação industrial daqueles países pode ser traduzido da seguinte forma:

[...]as políticas de reestruturação industrial deram ênfase ao dinamismo dos setores de alta tecnologia mediante estímulos e financiamento à reestruturação e modernização de todo o complexo metalmeccânico. Assim, tendo sua própria matriz industrial como apoio para busca de economias de conglomeração e de “escopo” que alcançaram complexos industriais inteiros, ficou traçado o caminho da modernização adotado pelas grandes empresas líderes [daqueles países]. (TAVARES; FIORI, 1996, p. 43)

A reestruturação industrial ocorrida no Japão e na Alemanha inicialmente, e depois nos outros países centrais, conseguiu, no decorrer da década de 1970, impor uma sinergia entre a produção de bens de consumo (duráveis) de massa e o elevado teor tecnológico à um preço baixo, elevando drasticamente o padrão de concorrência capitalista internacional e levando o mundo à “terceira revolução industrial”. (TAVARES; FIORI, 1996).

Assim, ao longo da década de 1980 houve difusão deste novo paradigma produtivo e tecnológico em direção aos outros países centrais, que passaram a coordenar suas políticas econômicas em meio a um sistema financeiro internacional volátil. Entretanto, a vanguarda daqueles dois países os colocou à frente dos outros⁶⁴, alternando as relações intracentro e centro-periferia no fluxo internacional de mercadorias e de capitais. Enquanto isso, restava ao EUA sua demanda interna, necessidade de reestruturação da base industrial e a supremacia do dólar. Já aos países periféricos, o panorama era de um novo cenário externo, com novos personagens, volume e volatilidade no sistema financeiro internacional, e uma crise de dívida que impossibilitava o acompanhamento de tais mudanças na esfera produtiva.

⁶³ Essa estratégia de desenvolvimento e reestruturação industrial veio acompanhada, ainda, do desenvolvimento das estratégias financeiras das grandes empresas. Os setores produtivo e financeiro integraram-se formando uma conglomeração unida a bancos-chave, apta a acompanhar uma estratégia de planejamento de inserção no mercado mundial. Diversificados, flexíveis e especializados, os *keiretsu*, no caso japonês, conseguiam suportar, segundo Tavares; Fiori (1996, p. 44) “os ajustes de preço e produção (cambial e estrutural), aceitando uma distribuição de perdas de curto prazo e a formação de um *mix* de preços internos e externos com margens brutas de lucro por unidades muito baixas [...]”.

⁶⁴ Os novos países industrializados (NICs) asiáticos (em conjunto com o Japão) e os países da Europa ocidental (liderados pela Alemanha na difusão do progresso técnico) aumentaram sua importância no cenário internacional, tanto pela posição de ponta no desenvolvimento de tecnologias e produtos de “primeira linha” – causando, inclusive, sérios problemas na balança comercial norte-americana – quanto pelo deslocamento (ou dispersão) do fluxo de matérias-primas básicas e industriais

3.2.2 O Brasil no novo cenário internacional

Enquanto os países capitalistas centrais implementavam um processo de “modernização conservadora⁶⁵” o Brasil, assim como a maioria dos países periféricos, não acompanhava as transformações estruturais. A elevação dos preços do petróleo e dos juros externos provocou inflação crônica e déficits no Balanço de pagamentos⁶⁶.

Desta forma, os anos de 1980 foram permeados de tentativas de estabilização inflacionária e de ajuste externo. As primeiras mediante congelamento de preços, políticas monetárias restritivas e ajustes fiscais permanentes, revezando medidas heterodoxas e ortodoxas, e as últimas mediante estímulos à criação de superávits comerciais.

Em suma, havia sido obstruído o padrão de financiamento do crescimento brasileiro (endividamento externo) e, nessa obstrução, a situação de receptor líquido de capitais deu lugar a uma situação de emissor, fragilizando as finanças públicas, alimentando a inflação e forçando o país a caminhar para uma reestruturação, tanto do Estado – em relação ao seu papel na economia – quanto da esfera produtiva. No caso dos objetivos deste trabalho, registre-se que serão abordadas apenas as transformações ocorridas no setor industrial e no setor exportador brasileiro⁶⁷.

3.2.3 Perfil do setor exportador em 1990

A pauta de exportações brasileiras no início da década de 1990 era ligeiramente mais diversificada do que a pauta durante a República Velha. Se no início do século XX, as exportações nacionais eram praticamente de produtos agrícolas (café, borracha, cacau, fumo, etc), no final do século a importância de bens agrícolas ou, num sentido mais amplo, de

⁶⁵ Expressão utilizada por Tavares; Fiori (1996).

⁶⁶ O país tornou-se exportador líquido de capitais, em virtude da elevação da sua dívida externa e começava a lidar com um problema inflacionário crônico que era ligado à situação fiscal.

⁶⁷ Conforme veremos adiante, não existe a distinção clara entre setor exportador e industrial como existia nos moldes da República Velha (café e indústria leve de bens de consumo não duráveis). Embora existam segmentos produtivos que se voltam prioritariamente ao mercado externo (como no complexo da soja, por exemplo) outros segmentos atendem tanto o mercado interno como o mercado externo (como os produtos da indústria automobilística e de metais comuns – ferro, aço, alumínio, etc.)

produtos básicos, era reduzida em relação às exportações de bens industriais (semimanufaturados e manufaturados)⁶⁸.

Segundo Tavares; Fiori (1993, p. 106) apesar do Brasil ser de proporções econômicas e geográficas continentais e ser, como consequência, relativamente fechado, o desenvolvimento industrial apresentava, no fim da década de 1980 um elevado grau de transnacionalização, permitindo uma “inserção internacional com diversificação de exportações por tipo de bens e por países de destino”⁶⁹.

Segundo Thorstensen *et al* (1994), 71,0% das exportações brasileiras eram de bens industriais (54,8% de bens manufaturados e 16,2% de bens semimanufaturados) e 27,7% de bens básicos. Se a pauta de exportações foi ampliada, o destino dos produtos brasileiros também se multiplicou. Diferentemente do que ocorria durante a República Velha, quando nossas exportações eram direcionadas exclusivamente ao mercado europeu e ao norte-americano, em 1992, por exemplo, o Bloco Asiático (cujo principal país importador era o Japão, mas deve-se destacar a importância de outros países como Coreia do Sul, Formosa, China, Tailândia, etc.) absorvia 14,7% das exportações nacionais⁷⁰, e os países sul-americanos absorviam 18,1%⁷¹.

Mesmo com essa diversificação nas exportações comparativamente aos anos 1930, não houve alterações em termos de grau de intensidade tecnológica. Em 1992, 67,8% dos exportados eram de baixa agregação tecnológica, 11,9% de média e 20,3% de alta⁷². Isso significa que, embora houve diversificação nas exportações, o país exportava, no fim do século XX, produtos de processamento simples, insumos industriais e produtos alimentícios (minerais não-metálicos, alimentos, bebidas, fumo, refino de petróleo, metalurgia, produtos metálicos, editorial e gráfica, madeira e mobiliário, têxteis, calçados e couro), conforme os anexos A.2.1 e A.2.2.

Por último, vale ser abordado um aspecto relativo às exportações brasileiras que não foi tratado anteriormente: o impacto da globalização da produção, dos mercados financeiros, dos investimentos, e dos mercados consumidores no caráter das exportações nacionais. Boa

⁶⁸ Essa diversificação das exportações foi reflexo do processo de industrialização por substituição de importações e de dois planos que intensificaram tal processo: o Plano de Metas (iniciado na década de 1950) e do II Plano nacional de Desenvolvimento (iniciado na década de 1960).

⁶⁹ Essa diversificação de exportáveis, proporcionado pela forma de industrialização substitutiva de importações teria se iniciado no início da década de 1970, após o II PND.

⁷⁰ O que indica o enunciado na seção 3.1.1, sobre as alterações quantitativas e qualitativas nos fluxos internacionais de mercadorias e sobre o papel dos países asiáticos nesse cenário.

⁷¹ Dados extraídos de Thorstensen *et al* (1994, pgs.45-60)

⁷² Segundo a classificação desenvolvida pela UNCTAD. Ver Anexo A.2.2.

parte das transações comerciais brasileiras é intra-indústria⁷³. Isso significa que o fluxo comercial na “era da globalização” é inflado pelo fluxo de produtos intermediários do processo produtivo. Ou seja, a “terceira revolução industrial” possibilitou a transnacionalização das empresas, além de um novo arranjo produtivo e gerencial que é pouco influenciado pelas distâncias geográficas. Atuando nessa possibilidade, as grandes empresas nacionais podem possuir departamentos de produção e gerenciamento em diferentes países, explorando as externalidades positivas e outros benefícios. Como resultado, tem-se o incremento do coeficiente de importação e exportação dentro da própria indústria.

Pode-se dizer que nessa nova fase da economia mundial não há, portanto, uma divisão clara entre setor exportador e industrial como existia na República Velha⁷⁴. Certamente, existem setores produtivos brasileiros que são voltados ao mercado externo, mas não se pode dizer que persista uma separação clara entre setor exportador e industrial, como se verificava naquele período.

Por princípios metodológicos, ao longo deste capítulo será mantida a divisão entre setor exportador e industrial, sabendo que essa distinção ocorre mais no sentido de interpretar a decisão dos agentes produtivos de uma mesma empresa em exportar ou atender ao mercado interno do que para a classificação da empresa em si (exportadora ou orientada exclusivamente ao mercado interno). Sendo assim, crescimento das exportações não significa necessariamente que houve uma ampliação da capacidade de exportar.

3.2.4 Perfil da Indústria nacional em 1990

A substituição de importações, que como política de industrialização objetivava amenizar ou eliminar o estrangulamento externo, não só diversificou as exportações nacionais como foi exitosa em sua missão de aumentar a complementaridade da indústria nacional, reduzindo o número de “gargalos” produtivos e tornando o parque industrial nacional “no

⁷³ Isto se verifica diferentemente do que ocorria durante a Primeira República, quando as trocas comerciais internacionais eram quase que prioritariamente de produtos acabados ou envolviam a exportação de capitais, para atender aos mercados consumidores finais.

⁷⁴ Pois, enquanto naquele período a indústria brasileira atendia, de forma praticamente exclusiva, o mercado consumidor local com produtos finais, e o setor exportador (cafeeiro) reagia somente à demanda externa, a base produtiva nacional dos anos 1990 pôde atender ambos os mercados.

caso mais bem sucedido na América Latina de industrialização promovida pelo projeto desenvolvimentista”, pois “criou uma economia industrial relativamente integrada, com participação extensa do capital privado internacional (com cerca de 40% do PIB industrial do país) e dos capitais nacionais privados e públicos”. (TAVARES; FIORI, 1993, p 144).

Se esta estrutura era integrada no início dos anos 1990, mesmo assim apresentava uma base produtiva heterogênea, pois cada setor assumia graus diferentes de produtividade, nível de agregação tecnológica, competitividade, entre outros aspectos. Esses traços decorriam de um grau elevado de monopolização setorial, baixos níveis de centralização de capitais e conglomeração empresarial. Essa estrutura industrial se preservava graças as relações políticas entre governo e departamentos corporativos das empresas e setores que, enraizados na base produtiva nacional nos períodos de promoção de “saltos qualitativos” (Plano de Metas e II PND), eram plenamente favorecidos pela política econômica ou conseguiam ser “ouvidos” nas inflexões conjunturais. (TAVARES; FIORI, 1993).

Sobre as estruturas, Serra (1981) concorda que o grau de heterogeneidade da indústria nacional era elevado já no início da década de 1980, sendo que já havia sido atingido um elevado índice de eficiência produtiva em alguns setores, porque “os problemas da indústria brasileira parecem de natureza mais claramente estrutural do que de ineficiência microeconômica decorrente de uma pouca exposição à concorrência internacional”. (SERRA, 1981, p. 135)

A Tabela 5 ilustra a evolução da participação da indústria brasileira na renda interna ao longo do século XX.

Tabela 5: Renda interna segundo ramos de atividade - (1949 - 1980).

Ramo de atividade	1949	1959	1969	1979/80
Agricultura	24,9	19,2	10,1	13,2
Indústria	26,0	32,6	35,9	33,4
(Indústria de Transformação)	20,0	25,1	27,3	26,3
Serviços	49,1	48,2	53,9	53,7

Fonte: Contas Nacionais da FGV e IBGE *apud* (SERRA; 1981, p. 73).

Nota 1: Porcentagens do total em valores correntes de 1981.

Nota 2: Pelo fato da indústria diminuir constantemente seus preços relativos, as porcentagens em valores correntes subestimam a participação da indústria na renda interna.

Como se pôde observar, a participação da indústria na renda interna cresceu entre o fim da II Guerra Mundial e o início da década de 1980, enquanto que a agricultura diminuiu consideravelmente seu peso relativo. Os resultados, de certa forma, captam as mudanças ocorridas no período dentro da esfera produtiva.

Em suma, a indústria nacional, ao mesmo tempo em que era integrada e assumia uma certa diversificação de cadeias produtivas, também era heterogênea do ponto de vista de eficiência econômica. Além disso, a mesma era preponderantemente monopolizada em diversos dos setores mais eficientes, onde estavam instaladas algumas empresas transnacionais e grupos produtivos nacionais mais poderosos com forte influência política. A baixa centralização financeira das maiores corporações residentes no Brasil, assim como a heterogeneidade de eficiência, competitividade e densidade tecnológica, tornavam a indústria nacional distinta às presentes nos países de “capitalismo organizado”⁷⁵.

Por último, vale afirmar que o padrão de financiamento que tornou possível o desenvolvimento da base industrial brasileira e que contribuiu para moldar as características peculiares da mesma expressas acima, já havia sido obstruído no início da década de 1980. O endividamento externo dos períodos anteriores, que possibilitou tal resultado, transformou-se no maior entrave para o crescimento e desenvolvimento da esfera produtiva nacional. A dívida externa, ao “engessar” o Estado e seu papel de indutor do crescimento econômico, provocou a estagnação da economia nacional por mais de dez anos, enquanto estava em curso a “terceira revolução industrial”. O atraso do desenvolvimento industrial ocorrido durante a “década perdida” foi um dos fatores que levaram o país a realizar uma ampla abertura comercial, sob o pretexto de necessidade de modernização da indústria.

3.3 A abertura econômica e a primeira fase do Plano Real (jan/1990 - jul/1994)

3.3.1 Política econômica e cenário externo nos governos Collor e Itamar

Paralelamente às medidas de combate à inflação, o governo tratou de implementar algumas medidas alinhadas ao consenso de Washington que visavam a redefinição das relações entre o país e o setor externo, assim como entre Estado e economia. As primeiras foram orientadas pelo princípio de que a abertura comercial traria um choque de competitividade à indústria nacional e, desta forma, a indústria seria forçada a se modernizar e

⁷⁵ Expressão utilizada por Tavares; Fiori (1993) ao se referirem ao Japão e Alemanha.

aumentar sua eficiência⁷⁶. As segundas seriam alteradas pela mudança de postura do Estado, passando de provedor de bens e serviços à regulador do mercado.

Sendo assim, dois blocos de medidas foram implementados gradualmente durante os primeiros anos da década de 1990: a execução do Plano Nacional de Desestatização (PND) quando, segundo Barros de Castro (2005), foram privatizadas 33 empresas federais entre 1990 e 1994⁷⁷, além de mudanças na política de comércio exterior, com a flutuação cambial e liberalização das importações (extintos os regimes especiais de importação⁷⁸), sendo retirados controles quantitativos⁷⁹ e o Anexo C⁸⁰.

A política econômica entre 1990 e 1992 pode ser dividida em duas fases: a primeira, de caráter heterodoxo quando, no primeiro dia de mandato, houve, o congelamento da liquidez além de uma série de medidas restritivas que visavam o combate à inflação e à fragilidade financeira do Estado⁸¹. E a segunda ocorreu a partir do segundo semestre de 1990 quando, segundo Teixeira (1994, p. 124), foi seguida “uma política monetária ortodoxa e de controle da demanda agregada, de natureza claramente recessiva”.

Apesar do impacto imediato do congelamento dos ativos financeiros⁸², quando houve queda da inflação nos primeiros dias após o Plano Collor I, no mês seguinte o governo assistia ao retorno do comportamento especulativo por parte dos agentes financeiros e da inflação⁸³ (Ver anexo A.2.3). (BARROS DE CASTRO, 2005).

O retorno da inflação após o choque heterodoxo levou o Governo Collor a assumir uma postura mais conservadora a partir de então, excluindo o congelamento de preços em janeiro de 1991. Em resumo, até 1992 o governo alterou a âncora monetária⁸⁴, impôs restrições ao crédito, aumentou tarifas e procurou racionalizar os gastos públicos, mas as tentativas de controle da inflação foram frustradas devido à indexação da economia⁸⁵. Entre

⁷⁶ Vale dizer que a própria indústria era vista como uma das principais responsáveis pela inflação elevada.

⁷⁷ Principalmente nos setores de siderurgia, petroquímica e de fertilizantes.

⁷⁸ Exceto a Zona Franca de Manaus, drawback e bens de informática.

⁷⁹ As alíquotas, que oneravam essas, seriam reduzidas gradualmente.

⁸⁰ Que continha uma lista de cerca de 1.300 produtos os quais as importações eram restringidas.

⁸¹ Estas foram: re-introdução do cruzeiro como moeda e congelamento dos preços de bens e serviços; introdução de novos tributos, aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Imposto sobre Obrigações Financeiras (IOF); corte de incentivos fiscais, combate à sonegação; redução do número de ministérios e campanha para a demissão de funcionários; e liberalização do câmbio.

⁸² Que ultrapassassem o limite correspondente a US\$ 1.200 ao câmbio da época

⁸³ O insucesso do Plano Collor 1, segundo Teixeira (1994), foi devido a uma série de erros na concepção e execução do plano. Para mais informações ver, por exemplo, Teixeira (1994) e Barros de Castro (2005).

⁸⁴ Foi definido que a âncora principal da política estabilizatória a quantidade de moeda em circulação e não a taxa de juros alterando a política monetária dos anos anteriores.

⁸⁵ Outros fatores contribuíram para o fracasso do combate à inflação como o aumento dos preços agrícolas, o choque tarifário e a desvalorização cambial.

1992 e julho de 1994, as orientações concentraram-se na tentativa de reduzir a demanda agregada e combater a crise fiscal do Estado.

Apesar da estabilidade inflacionária no início de 1992, a crise política que culminou no processo de impeachment de Collor, reverteu tal situação. A inflação retornou, houve a posse de Itamar Franco como presidente e de Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda. Em maio de 1993, deu-se início à elaboração do Plano Real que, até o fim do ano de 2005, estabilizou a inflação em patamar baixo. (Ver anexo A.2.3)

Entre maio de 1993 e fevereiro de 1994, foram lançados o Programa de Ação Imediata (PAI)⁸⁶ e o Fundo Social de Emergência (FSE)⁸⁷ respectivamente, ambos os planos foram orientados para promover o ajuste fiscal que compunha o Plano Real. Ainda no primeiro semestre de 1994 houve a assinatura do acordo da dívida externa (Bradies)⁸⁸. (BARROS DE CASTRO, 2005).

3.3.2 O setor exportador no início da abertura econômica

As exportações nacionais, assim como a economia brasileira como um todo, não obtiveram bons resultados nos anos de 1990 e 1991. Apesar do crescimento da economia mundial nesses dois anos, com uma variação positiva do PIB real dos EUA⁸⁹, Japão e Alemanha, as exportações, em todos os agregados (manufaturados, semi-manufaturados e básicos), sofreram retração, interrompendo a seqüência de anos de bom desempenho.

Segundo Barros de Castro (2005), o seqüestro da liquidez e as políticas restritivas até o fim de 1991 influenciaram negativamente o comportamento do setor exportador. Mesmo com a desvalorização cambial (em termos reais de 2,5%), a receita de exportação em dólares caiu 8% e o quantum exportado reduziu 4,24%. As receitas dos semimanufaturados caíram 19,22% e seu quantum permaneceu estagnado entre 1989 e 1991. As variações das receitas de exportação e do quantum exportado nos outros níveis de agregação apresentaram,

⁸⁶ cujo principal objetivo era a redefinição das relações financeiras entre as esferas do setor público e entre o Banco Central e o mercado financeiro.

⁸⁷ Que, grosso modo, desvinculava as receitas do governo

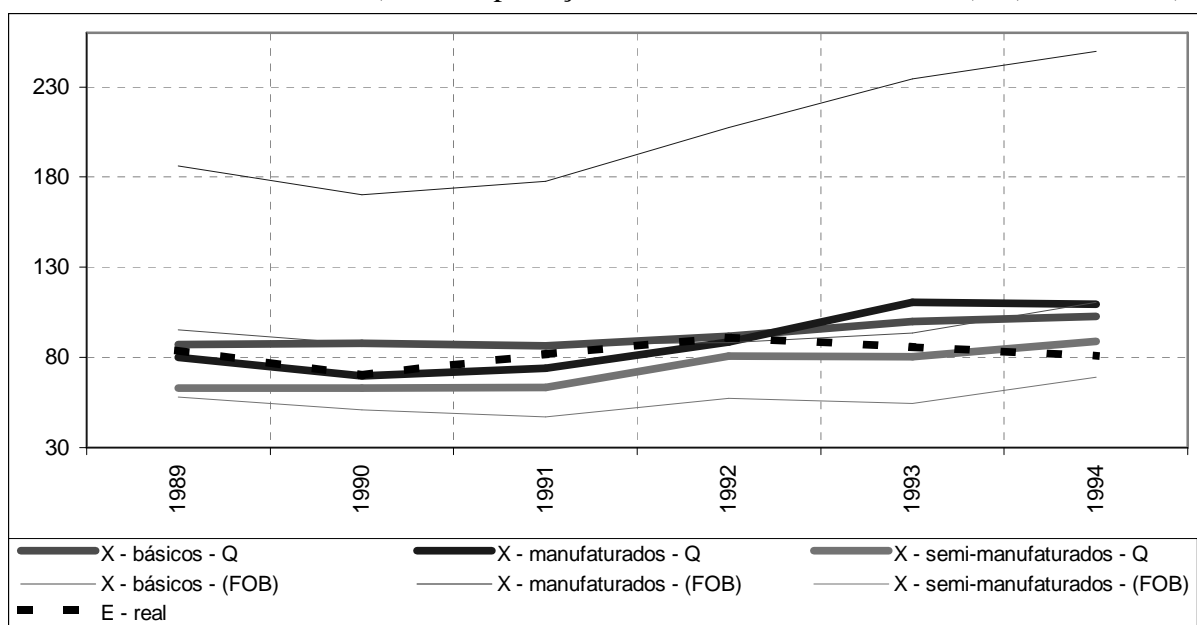
⁸⁸ Acordo entre o Brasil, o FMI e os bancos credores.

⁸⁹ A economia norte-americana, na realidade, experimentou, no ano de 1991, a estagnação do PIB. Entretanto vinha de um crescimento de 1,88% em 1990, e em 1992 cresceu 3,32%.

respectivamente, os seguintes resultados no mesmo período: básicos $-8,49\%$ e $-1,03\%$; e manufaturados $-4,71\%$ e $-7,38\%$.

Entre 1991 e 1994, a abertura comercial progressiva, o bom desempenho do setor externo, o câmbio desvalorizado em relação à média do ano de 1990 e o “neogradualismo” da política econômica doméstica possibilitaram a recuperação das exportações. A variação da receita de exportação e do quantum exportado, por nível de agregação, apresentaram os seguintes resultados: produtos manufaturados $40,46\%$ e $48,44\%$; produtos semi-manufaturados $46,94\%$ e $40,44\%$; produtos básicos $26,57\%$ e $18,98\%$, respectivamente. (Ver Figura 10)

Figura 10: Exportações - fator agregado em quantum (1996 = 100) e FOB US\$ 100 milhões) e taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações - índice: média 2000 = 100) - (1989 - 1994).



Fonte: Elaborado a partir das séries do Ipeadata.

Entre 1989 e 1994 a participação relativa nas receitas de exportação das categorias de uso sofreu certa alteração. As participações de bens intermediários e de bens de consumo duráveis se reduziram de $70,35\%$ e $6,20\%$, em 1989, para $68,83\%$ e $4,65\%$, em 1994. Houve também aumento da participação relativa das exportações de bens de capital e de bens de consumo não-duráveis de $8,06\%$ e $15,39\%$, em 1989, para $9,25\%$ e $17,28\%$, em 1994, respectivamente⁹⁰.

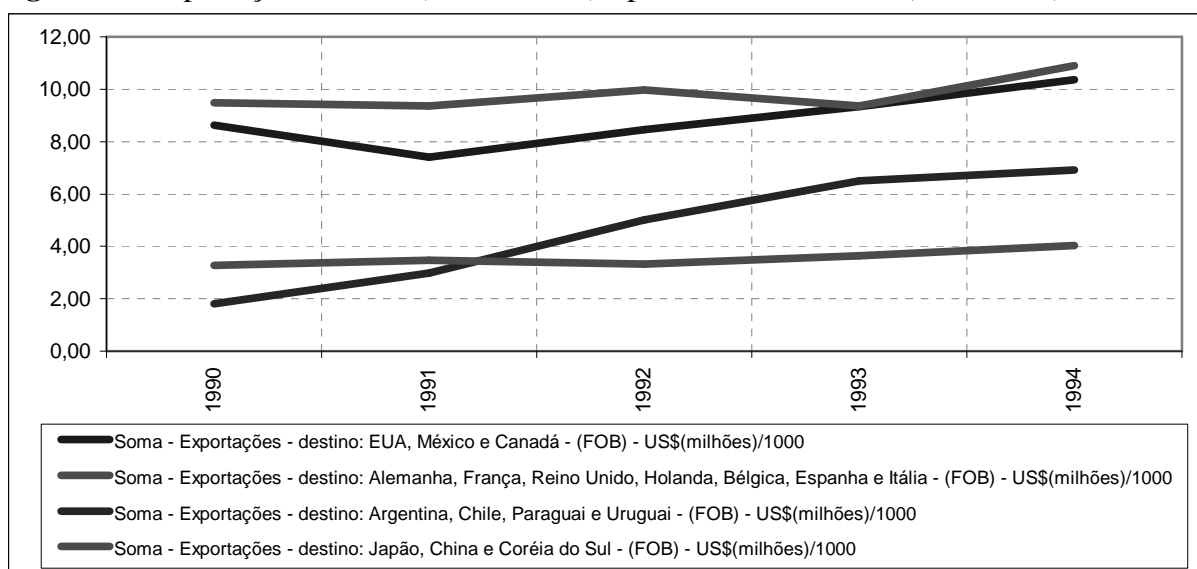
Observando o quantum por categorias de uso após 1991, pode-se notar uma forte expansão das exportações de bens de capital, que aumentaram em 79% . O quantum das

⁹⁰ Ver figuras no anexo A.2.4.

exportações de bens de consumo duráveis aumentou 61%, o de bens de consumo não-duráveis aumentou 37% e o de bens intermediários 32%⁹¹.

Quanto ao destino das exportações nacionais (ver Figura 11), em 1991, houve uma queda nas exportações aos EUA, México e Canadá, provavelmente devido à Guerra do Golfo e aumentaram as destinadas à Argentina, Chile, Uruguai e Paraguai. Após 1991, aumentaram as exportações aos países sul-americanos e aos da América do Norte, enquanto que as destinadas aos países europeus ficaram estagnadas até 1993. As exportações destinadas aos países asiáticos selecionados se recuperaram após 1992, devido ao crescimento das importações chinesas que aumentaram 115,40% entre 1990 e 1994.

Figura 11: Exportações/destino (US\$ Bilhões) - países selecionados - (1990-1994).



Fonte: Elaborado a partir das séries do Ipeadata e do Banco Central do Brasil.

3.3.3 O setor industrial no início da abertura econômica

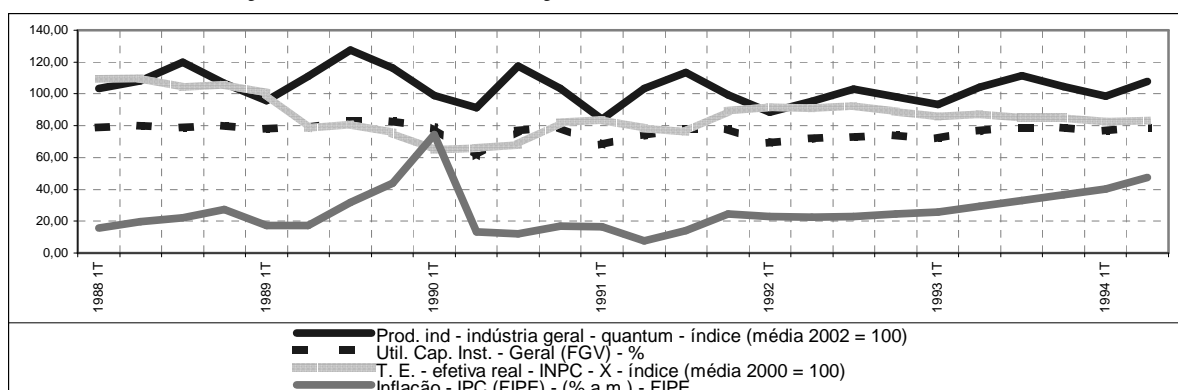
As políticas de estabilização adotadas durante o governo Collor e o “gradualismo” da política econômica a partir de 1992, ao que tudo indica, ditaram o comportamento da indústria ao longo do período. Pode-se dividir o comportamento do setor entre 1990 e o primeiro trimestre de 1994 em dois períodos. No primeiro, entre 1990 e o início do ano de 1992, o comportamento da indústria foi marcado por momentos de recessão seguidos de rápida

⁹¹ Ver Figuras no anexo A.2.4.

recuperação. E o segundo, após 1992, quando o setor industrial, abalado pelos dois planos de Collor e pelas influências negativas do *impeachment*, iniciou uma recuperação linear, a partir da introdução das reformas fiscais. Além disso, nesse último período, houve elevação substancial do nível de importações, fato impulsionado pela abertura comercial progressiva.

Conforme pode ser observado na Figura 12, houve três quedas drásticas do nível de utilização da capacidade instalada e do quantum produzido pela indústria em geral: a primeira no segundo trimestre de 1990, pelo “seqüestro da liquidez”; a segunda no primeiro trimestre de 1991, quando, além da crise do Golfo, houve congelamento de preços; e em 1992, com a crise política que levaria ao *impeachment* do presidente. Com essa sucessão de crises, a produção industrial reduziu-se em 34,2%, entre o “pico de produção” em 1989 e o início do ano em 1991. Entretanto, após essas quedas, a recuperação do nível de atividade industrial foi relativamente rápida, demonstrando que o retorno da liquidez da economia após os planos estimulava o desempenho industrial.

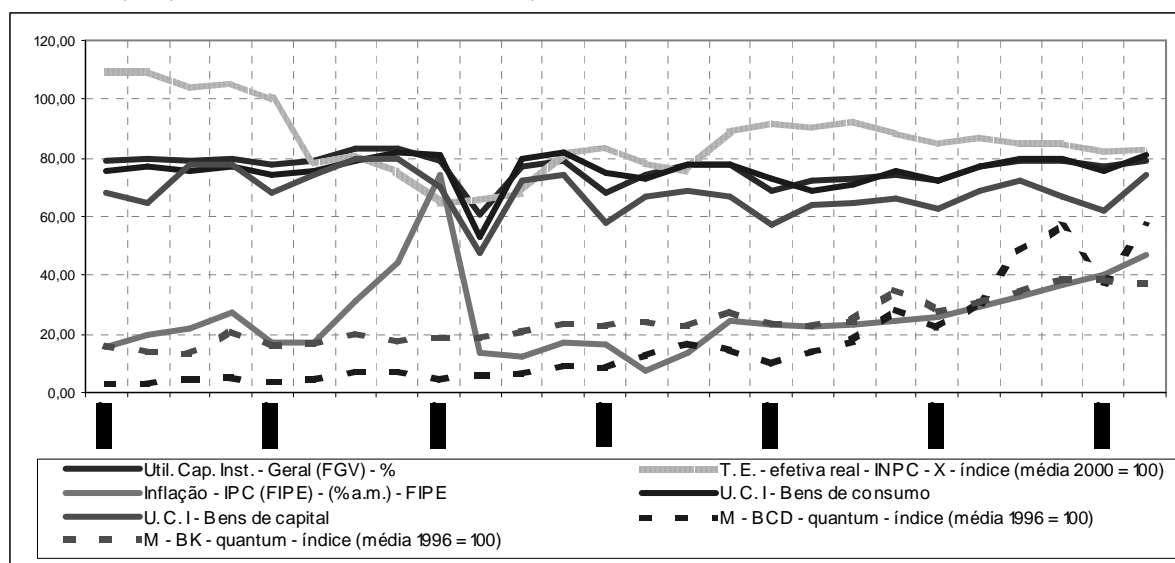
Figura 12: Produção da indústria em geral (quantum: índice média 2002 = 100), utilização da capacidade instalada geral (%), taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações - índice: média 2000 = 100) e Inflação (IPC - FIPE - variação % mensal) - (1988 1º trim. -1994 2º trim.).



Fonte: Elaborado a partir das séries do Ipeadata e do Banco Central do Brasil.

Se houve recuperação do grau de utilização da capacidade instalada e do quantum produzido (apesar de que a produção em 1994 era menor do que em 1989) da indústria em geral, o impacto de tais políticas na indústria causou, segundo Teixeira (1994), reações diferentes entre os setores industriais, quando analisado em termos de categorias de uso. De fato, conforme pode ser notado na Figura 13, o setor de bens de capital foi mais afetado do que o setor de bens de consumo nessas três crises.

Figura 13: Utilização da capacidade instalada geral (FGV - %), por categorias de uso (%), importações por categorias de uso (quantum: índice média 1996 = 100), taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações - índice: média 2000 = 100) e Inflação (IPC - FIPE - variação % mensal) - (1988 1º trim. - 1994 2º trim.).



Fonte: Elaborado a partir das séries do Ipeadata e do Banco Central do Brasil.

Após o Plano Collor I o setor de bens de capital, em termos de utilização da capacidade instalada, teve quedas maiores e movimentos de recuperação menos expressivos se comparado ao setor de bens de consumo. Segundo Teixeira (1994), o setor de bens de capital é mais afetado do que o setor de bens de consumo pela política de juros altos e restrição de crédito, essas fortemente aplicadas durante o período.

Entre 1992 e 1994, o setor de bens de consumo e, em menor grau, o setor de bens de capital, apresentaram um processo de recuperação – intensificado a partir de 1993, quando estava em curso nova fase do Plano Real. O aumento de 11% da produção industrial entre 1992 e 1994, segundo Barros de Castro (2005), ocorreu devido à postura mais ortodoxa (já que foram descartados congelamentos de preços e choques monetários), à demanda reprimida e a um certo afrouxamento da política monetária, o que pôde ser observado no índice de preços da Figura 13.

Por último, vale dizer que o processo de abertura econômica apesar de ter sido iniciado em 1990, teve resultados mais expressivos a partir do segundo trimestre de 1992, quando houve um incremento significativo no nível das importações (aumento de 463,75% no quantum importado de bens de consumo e 65,48% de bens de capital), certamente influenciado pela valorização da taxa de câmbio real desde o fim de 1992. Iniciou-se o

movimento de reestruturação da indústria nacional, que estava defasada em termos de eficiência e em tecnologia após dez anos de estagnação econômica e fechamento comercial.⁹²

3.4 Estabilidade inflacionária, crises e flutuação cambial (jul/1994 - abr/1999)

3.4.1 Política econômica

Em julho de 1994, deu-se início a segunda fase do Plano Real, com a introdução da (URV)⁹³. Os juros foram elevados significativamente e no dia 1º de julho todos os contratos deveriam estar expressos na nova unidade de conta, sendo que essa última atrelava-se à cotação do dólar norte-americano.

A estabilização monetária e o fim do imposto inflacionário, o aumento da facilidade de aquisição de importados, o aumento do salário mínimo⁹⁴, do crédito ao consumidor, a “âncora verde” e o aumento do nível de atividade deram um grande otimismo à população nas vésperas das eleições presidenciais. (MERCADANTE, 1998).

O cenário otimista se desfez logo nas primeiras semanas de mandato do novo presidente. A crise do México⁹⁵ e seu efeito⁹⁶ levaram o governo a promover uma minidesvalorização cambial (e seguindo, a partir de então o sistema *crawlingpeg*⁹⁷), aumento nos compulsórios e na taxa de juros – entre janeiro e abril de 1995⁹⁸. Em termos de comércio exterior, o governo estabeleceu algumas medidas de estímulo à alguns setores, como automobilístico, brinquedos, têxtil e, mais tarde, de bens de capital. (MERCADANTE; 1998).

⁹² Ver dados complementares no anexo A.2.5.

⁹³ Fica-se claro, porém, que não se tratava de uma nova moeda, mas sim, uma unidade de conta, referência para o processo de formação de preços. A adesão dos contratos à URV, referenciada na cotação do dólar, era voluntária. Como essa adesão “pegou” (contribuindo para tanto a indexação obrigatória dos salários, aluguéis e outros contratos) ficou institucionalizado que, em 1º de julho, todos os contratos seriam convertidos na nova unidade de conta.

⁹⁴ Aumento da base salarial.

⁹⁵ Houve desvalorização forte da moeda daquele país, desestabilização macroeconômica e depressão de cerca de 7% do PIB. (MERCADANTE; 1998)

⁹⁶ Também chamado de “efeito tequila” (MERCADANTE; 1998, p. 148)

⁹⁷ Bandas rastejantes.

⁹⁸ A política econômica reativa à crise afetou o sistema bancário e o setor agrário que, desde a criação da URV tinha preços cadentes de vários produtos, sofreu severa descapitalização (queda de cerca de 20% da renda agrícola). Sobre isso ver Mercadante (1998; p. 148). Ver dados complementares no anexo A.2.3.

Entre abril de 1995 e outubro de 1997 houve queda contínua da Selic em virtude da estabilidade nos preços, progresso nas privatizações e “o coeficiente de abertura da economia tornou-se muito maior” (MERCADANTE 1998, p.150). Segundo o autor, o crescimento maior das importações em relação às exportações e o agravamento da conta de serviços resultou num déficit de transações correntes (chegando esse último a 4,35% do PIB durante o ano de 1997), conferindo alto grau de vulnerabilidade externa da economia brasileira além do agravamento da situação fiscal do governo⁹⁹.

Em novembro de 1997 a crise asiática e o “efeito contágio” afetaram o Brasil na medida em que houve aumento da aversão ao risco de empréstimos e entradas de capitais direcionadas aos países emergentes, obrigando o governo a elevar os juros. Ao longo do primeiro semestre de 1998 a situação externa melhorava aumentando a margem para redução da Selic. Mas em setembro de 1998, com a crise da Rússia, novamente o setor externo tornou-se indisposto à financiar a Conta Corrente brasileira. Durante as eleições presidenciais de 1998 o governo negociava um acordo com o FMI, cujas medidas, grosso modo, tinham como objetivo nutrir as reservas nacionais em contrapartida a um ajuste na situação fiscal do governo – mediante aumentos progressivos dos superávits primários¹⁰⁰. (GIAMBIAGI, 2005).

A pesar da negociação com o FMI, as expectativas do mercado quanto ao regime cambial brasileiro eram negativas. Nas últimas semanas de 1998 a crise especulativa sob o câmbio e a indisposição do congresso com o governo acirraram o pessimismo do setor externo, ampliando a fuga de divisas.

No início do ano de 1999, houve uma alternância profunda da política econômica. Em primeiro lugar a taxa de câmbio passou a ser flutuante causando uma drástica desvalorização cambial. Por outro lado, já com a presença de Armínio Fraga na presidência do Banco Central, foi adotado o sistema de metas de inflação, cujos índices inflacionários deveriam se manter em níveis baixos e cadentes ano a ano (em 1999, a meta era de 8%, em 2000 era de 6%, e para o ano de 2001 em diante era de 4%). Entretanto, a alternância de “âncora” da política econômica implicava em outra meta importante¹⁰¹: o superávit primário. Foi estabelecido que as metas de superávit primário para honrar o pagamento de juros seriam de 3,10% do PIB em 1999, 3,25% em 2000 e de 3,35% em 2001, o que implicava em

⁹⁹ Sobre o Déficit nas transações correntes e o agravamento fiscal ver Mercadante (1998).

¹⁰⁰ Vale dizer que não constava mudança na política cambial como contrapartida.

¹⁰¹ Já que a desvalorização cambial deteriorava ainda mais a situação fiscal do governo, já que boa parte da dívida do setor público era atrelada ao nível de câmbio.

significativas restrições ao nível de gastos do governo. Dessa forma, foi possível retomar o acordo com o FMI e o aperto fiscal passou a ser uma constante. (GIAMBIAGI, 2005).

Em abril de 1999, com a inflação aparentemente controlada, melhora no cenário externo, assim como o processo de desvalorização cambial, o governo iniciou a redução da taxa de juros básica. Essa situação de calma só se inverteu em 2001, devido às crises externas.¹⁰²

3.4.2 Setor exportador durante a âncora cambial

Entre 1994 (ano inicial do Plano Real) e 1995, quando houve valorização cambial e a Crise do México o quantum exportado nacional se reduziu em 6,1% mas, as receitas de exportação se elevaram em 6,8% (já que se recebe mais dólar por unidade exportada). Mas ao se analisar os resultados por nível de agregação percebe-se que os semi-manufaturados apresentaram um bom desempenho no período (aumento de 7,2% no quantum exportado e de 32,7% nas receitas de exportação). Isso se deve à elevação da demanda por *commodities* (celulose, óleo de soja, alumínio em bruto e produtos de ferro e aço), o que contrabalançou a perda de competitividade derivada da valorização cambial. Por outro lado, os outros níveis de agregação apresentaram resultados distintos: os produtos básicos sofreram queda de 5,06% no quantum exportado, enquanto o quantum de bens manufaturados reduziu em 11,13%. Já em termos de receitas de exportação, os bens manufaturados se elevaram em 2,43%, enquanto as receitas de bens básicos se retraiu em 0,8%.

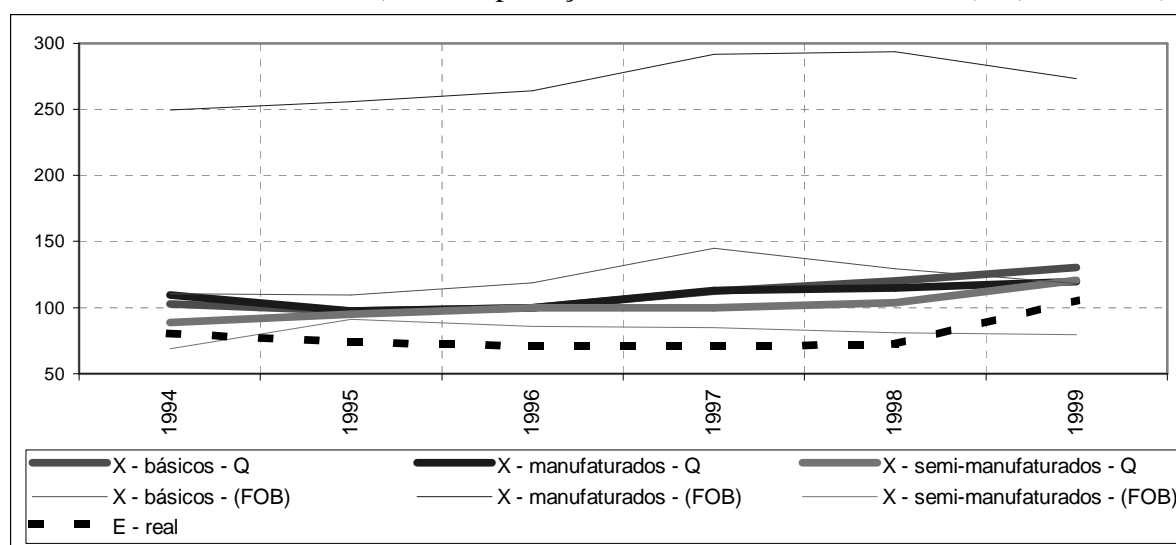
No período entre 1995 e 1998, com a taxa de câmbio valorizada, e com medidas de estímulos às exportações, o quantum exportado total e as receitas globais de exportação se elevaram em 17% e 9,9%, respectivamente. Os resultados positivos foram garantidos entre 1997 e 1998, quando o governo provocou minidesvalorizações cambiais e pelos efeitos dos estímulos às exportações.

O bom desempenho das exportações nesse período foi, em grande parte, devido à expansão do quantum produzido (variação positiva de em 23,16%) e das receitas de exportação (18,24%) de produtos básicos. Segundo o BACEN (1997), o resultado expressivo

¹⁰² Ver dados complementares no anexo A.2.3.

dos produtos básicos se deve, principalmente a uma safra agrícola vigorosa, principalmente de soja e café. O quantum produzido de bens manufaturados e as receitas de exportação desse nível de agregação também se elevaram no período em 18,3% e 14,9% no período. Novamente o resultado dos bens semi-manufaturados foi distinto, pois houve aumento de 8,9% do quantum, mas queda das receitas de exportação em 11,14%. (Figura 14)

Figura 14: Exportações - fator agregado em quantum (1996 = 100) e FOB (US\$ 100 milhões) e taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações - índice: média 2000 = 100) - (1994-1999).



Fonte: Elaborado a partir das séries do Ipeadata.

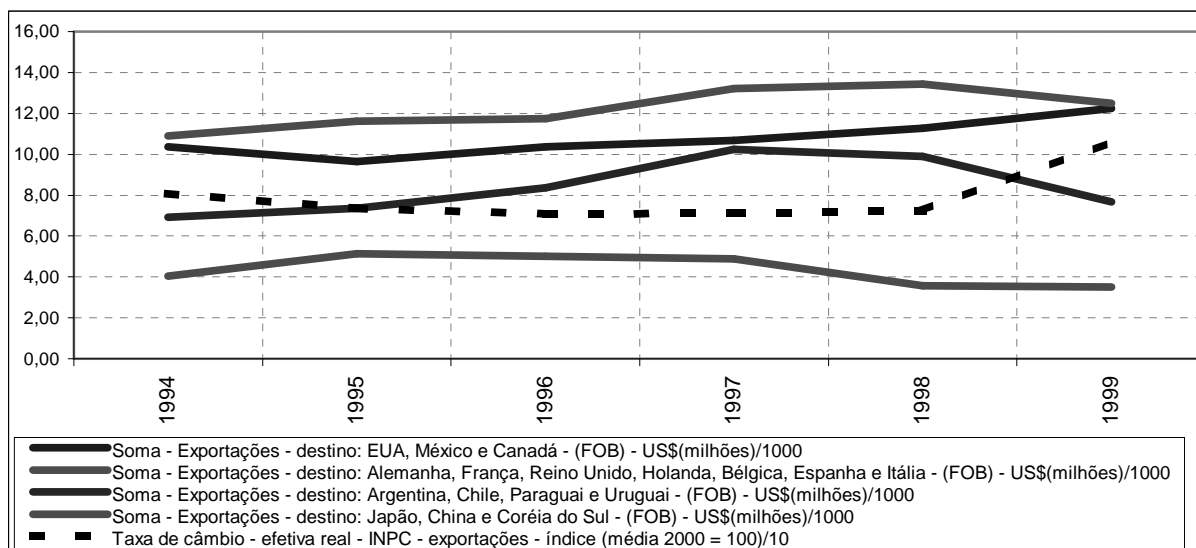
Em termos de categorias de uso, deve-se destacar o aumento do quantum exportado de bens de consumo duráveis, que se elevou em 64,36% entre 1995 e 1998. Nas outras categorias também houve aumento do quantum exportado: 35,2% nos bens de capital, 21,11% nos bens de consumo não-duráveis e 11,5% nos bens intermediários. Esses aumentos alteraram a participação relativa de cada categoria nas receitas de exportação: os bens intermediários, apesar de continuarem representando a maior parte das receitas, caíram de 68,83%, em 1994, para 65,53%, em 1998. A participação dos bens de capital se elevou de 9,25% para 11,43%; a dos bens de consumo duráveis tiveram pequena elevação (de 4,65% em 1994 para 5,60% em 1998); e a participação dos bens de consumo não-duráveis permaneceu constante.

As crises externas de 1997 e de 1998 agiram negativamente nas receitas de exportação em todos os agregados, mas não influíram no quantum exportado, conforme pode-se observar na Figura 14.

Apesar das receitas de exportação terem caído em 1998 e 1999 após o bom ano de 1997 (ver Figura 14), o quantum exportado manteve-se a níveis elevados mesmo com as crises externas. Esse fato pode ser explicado pelo vigor do nível de atividade econômica dos

países da América do Norte, assim como dos países europeus e sul-americanos, que ampliavam suas importações do Brasil. (Ver Figura 15)

Figura 15: Exportações/destino (US\$ Bilhões) - países selecionados - e taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações - índice: média 2000 = 100) - (1994 – 1999):



Fonte: Elaborado a partir das séries do Ipeadata.

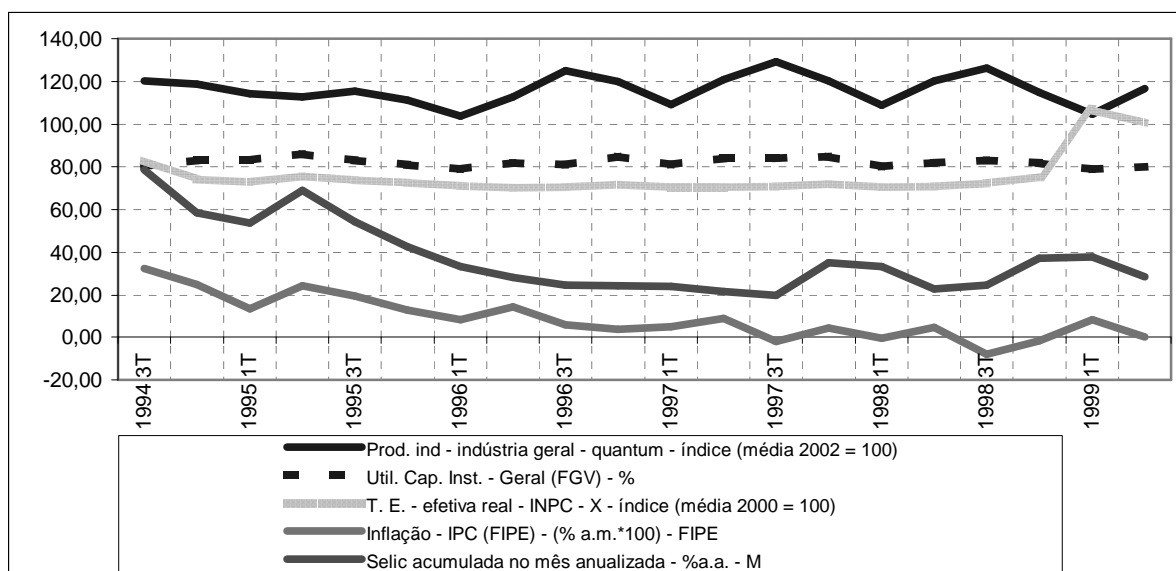
3.4.3 Setor Industrial durante a âncora cambial

A desindexação da economia causou o “boom” de consumo da estabilização, o que deveria afetar positivamente a indústria como um todo. Entretanto, não foi o que ocorreu. Como pode ser visualizado nas Figuras 16 e 17, a valorização cambial contrabalançou o peso da expansão consumista agindo contra a indústria nacional, na medida em que deslocou a demanda interna para o setor externo (já que houve aumento nas importações de bens de consumo duráveis). Se o câmbio valorizado causou efeito adverso na indústria, a crise do México recrudesceu tal situação, pois houve drástico aumento da taxa Selic para defender a cotação cambial.

Num cenário de câmbio valorizado, juros elevados e aumento das importações, o quantum produzido pela indústria em geral caiu 14% entre o fim de 1994 e o início de 1996. Essa situação adversa para a indústria provocou a intensificação do processo de reestruturação produtiva mediante importação de bens de capital que já vinha ocorrendo desde 1992. Do

final do ano de 1992 até o final do ano de 1995 o quantum de importação de bens de capital se elevou em 385,18%. (Ver Figuras 16 e 17).

Figura 16: Produção da indústria em geral (quantum: índice média 2002 = 100), utilização da capacidade instalada geral (%), taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações - índice: média 2000 = 100), SELIC (acumulada no mês anualizada) e Inflação (IPC - FIPE - variação % mensal) – (1994 3ºtrim. - 1999 2ºtrim.).



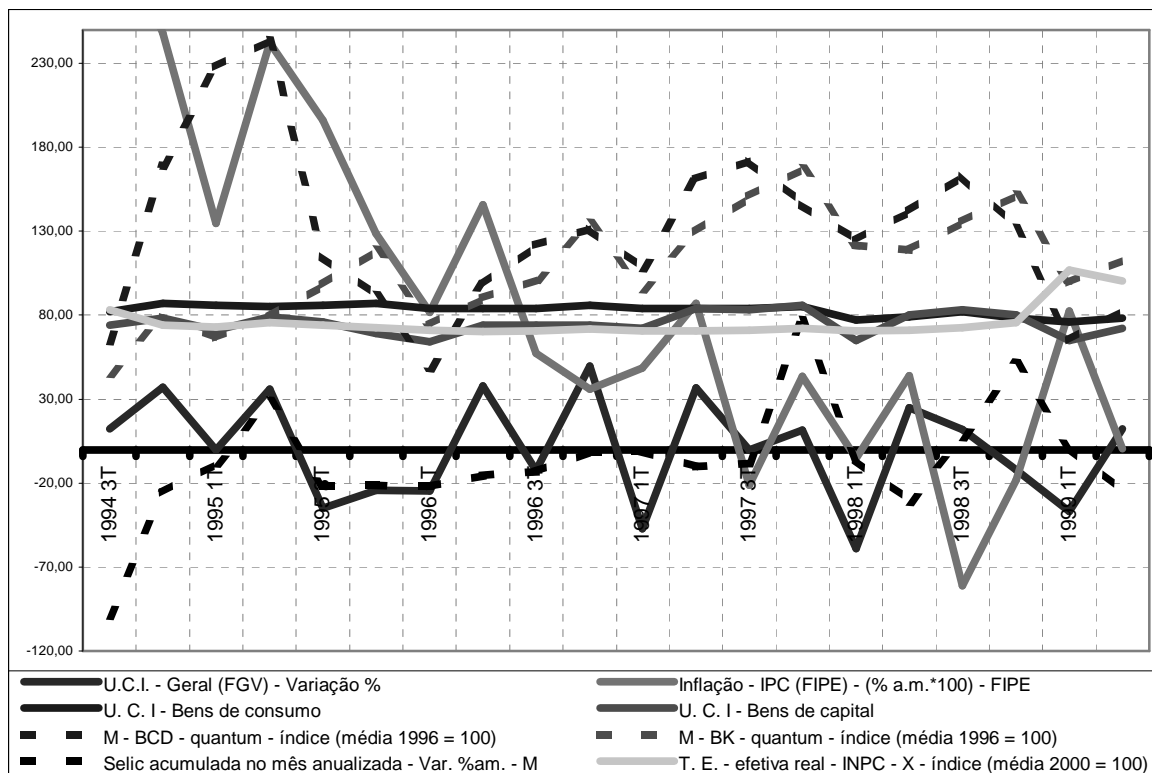
Fonte: Elaborado a partir das séries do Ipeadata.

O comportamento da indústria nacional começou a se alterar a partir de 1996. O quantum de produção da indústria em geral, desconsiderando as sazonalidades, apontava níveis crescentes (dois “picos” de produção em tendência crescente e os “vales” seguidamente mais elevados). Certamente a queda progressiva da taxa Selic contribuiu para a recuperação do setor (partiu de 69,12%¹⁰³ ao ano no segundo trimestre de 1995 para 19,88% no terceiro trimestre de 1997). Vale dizer que a queda da taxa se deu tanto pela redução dos índices inflacionários quanto pelo melhor humor do cenário externo, recuperado da crise do México.

Ao que tudo indica, a melhora do nível de atividade industrial foi interrompido pelas duas crises (Asiática no final do ano de 1997 e a crise da Rússia no fim de 1998). Novamente o cenário externo ficou adverso, provocando fuga de capitais, inflação e a reação habitual do Banco Central: elevação na taxa Selic. De fato, como pode ser observado nas Figuras 16 e 17, as elevações na taxa de juros coincidiram com a queda dos indicadores industriais.

¹⁰³ Taxa Selic acumulada no mês anualizada (média do segundo trimestre de 1995).

Figura 17: Utilização da capacidade instalada geral (FGV - %), por categorias de uso (%), importações por categorias de uso (quantum: índice média 1996 = 100), taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações - índice: média 2000 = 100), SELIC (acumulada no mês anualizada) e Inflação (IPC - FIPE - variação % mensal) – (1994 3ºtrim - 1999 2ºtrim).



Fonte: Elaborado a partir das séries do Ipeadata

Por último, se o nível de utilização da capacidade instalada das indústrias de Bens de consumo duráveis e de capital se reduziram (sendo que essa última foi mais afetada), por outro lado, pode-se observar que o quantum importado permaneceu, em ambos os setores, em nível elevado. Esse fato indica que houve a continuação do processo de reestruturação produtiva e a manutenção do coeficiente de importação da economia em nível elevado.

3.5 Estabilidade, novas crises e o Governo Lula (1999 - 2005)

3.5.1 Política Econômica

Entre abril de 1999 e março de 2001, a inflação, o endividamento interno e externo, a taxa de câmbio e o cenário político foram relativamente favoráveis ao governo e à economia

nacional. Apesar do temor do governo acerca do recrudescimento da inflação devido à troca de âncora cambial, o índice de preços foi estabilizado.

Entretanto, em março de 2001 houve inversão desse cenário: a crise energética, da Argentina e os atentados de 11 de setembro abalaram a disposição do setor externo em manter seu capital no país, obrigando o governo a elevar os juros, tanto para atrair capitais quanto para conter os índices de preços. Desta forma, ao longo do ano de 2001, esses se mantiveram elevados, agravando índices de endividamento do setor público. (GIAMBIAGI, 2005).

Sob cenário externo conturbado o governo renovou o acordo com o FMI e anunciou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), estabelecendo metas fiscais elevadas de superávit primário para os anos de 2002 a 2004 (entre 3% e 4% do PIB). Se, por um lado, ao decorrer do ano de 2002 houve uma discreta melhora na inflação e nas condições do mercado internacional frente ao Brasil, por outro, as críticas do Partido dos Trabalhadores em relação à política econômica adotada e a possibilidade de vitória de Lula nas eleições presidenciais causou, a partir do segundo semestre de 2002, especulações na taxa de câmbio, elevação da inflação, dos juros e da relação dívida pública/PIB. (Ver anexo A.2.3.).

As metas inflacionárias e o modelo de política econômica brasileiros foram postos “em xeque” frente às especulações no mercado financeiro no final de 2002. Mas a “Carta ao povo brasileiro”, a administração monetária rígida com a manutenção do regime de metas inflacionárias, e a ampliação das metas de superávit primário (para 4,25% do PIB em 2003) acalmaram as expectativas pessimistas de quebras de contratos governamentais referentes às privatizações e dívida externa, assim quanto à conduta da política econômica do governo Lula. Dessa forma, no primeiro semestre de 2003 a taxa Selic se manteve em patamar elevado, mas no segundo semestre foi caindo progressivamente enquanto se revertia o processo de desvalorização cambial (pelos resultados das exportações e entradas de capital de *portfólio*) e o aumento inflacionário (pela valorização cambial e pelo efeito dos juros). Ainda em 2003 houve nova renovação do acordo com o FMI que, grosso modo, tinha as mesmas condições impostas nos acordos anteriores: disciplina fiscal e inflacionária.

Durante o ano de 2004 um novo cenário de calma conferia otimismo aos agentes econômicos. O PIB estava em crescimento, as dívidas do governo federal e do banco central (líquidas) caíram, a inflação permaneceu estável e o câmbio começou a se valorizar a partir de julho. Tal conjuntura fez o governo temer pelo aumento do índice de preços já no final do ano de 2004, iniciando a elevação gradual da taxa Selic em outubro de 2004. Apesar de não

ocorrer nenhuma crise externa significativa no ano de 2005, a taxa de juros se manteve elevada durante o ano.

3.5.2 Setor exportador sob câmbio flutuante

O desempenho do setor exportador entre 1999 e 2005 foi excepcional e pode ser dividido em dois subperíodos. O primeiro entre 1999 e 2002, em que a receita de exportação se elevou em 21,27% e o quantum em 21,66%, e o segundo, entre 2002 e 2005, quando o crescimento das receitas dos exportados foi de 103,2% e o quantum foi de 63,79%. (Ver Figura 18).

Certamente a desvalorização cambial (de 73,55% entre 1999 e 2002) subsequente à flutuação cambial impulsionou os resultados das exportações no primeiro período. No segundo período, houve também a expansão do nível de atividade econômica internacional.

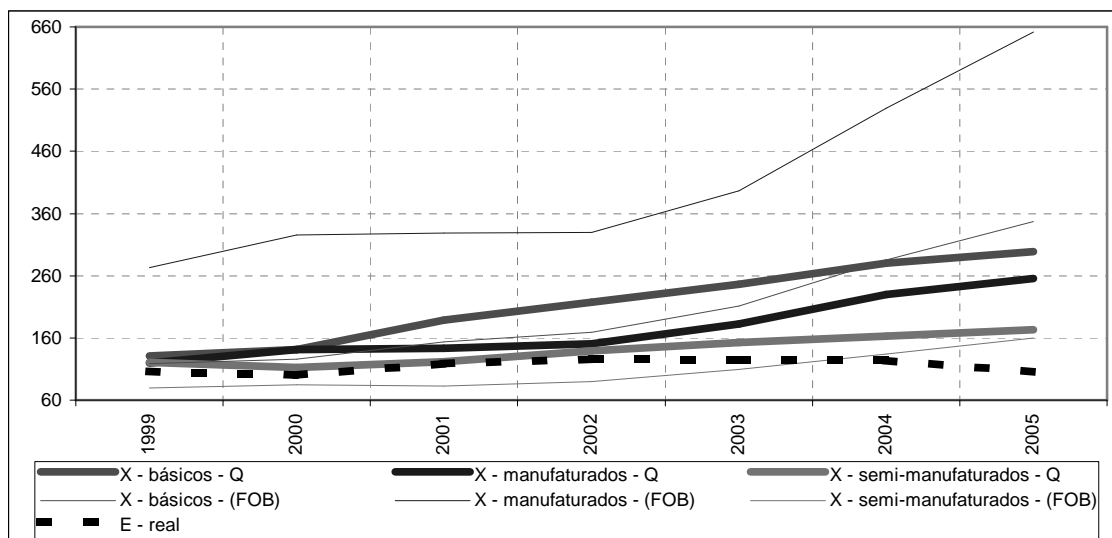
Analisando-se o resultado das exportações nacionais por fator agregado entre 1998 e 2002, percebe-se que o resultado mais expressivo foi o de produtos básicos, devido a crescente demanda por *commodities* agrícolas (complexos de soja e carnes, por exemplo) que se elevou em 81,03% em quantum exportado e em 30,7% as receitas de exportação. Os resultados no mesmo período das exportações em termos de quantum e receitas de exportação também foram positivas para os produtos manufaturados (30,9% e 12,37%) e semi-manufaturados (33,91% e 10,32%).

No período seguinte, entre 2002 e 2005, quando a taxa de crescimento das exportações se elevou pode-se supor que, embora a taxa de câmbio desvalorizada auxiliou no resultado das exportações, o papel da demanda externa foi um forte fator de impulso. (Ver Figura 18).

Como a taxa de câmbio se desvalorizou progressivamente até 2002, as receitas de exportação sofreram certo impulso devido ao aumento do quantum exportado. Mas após o ano de 2003, quando os preços de exportação nos três níveis de agregação se elevaram, a taxa de crescimento das receitas de exportação e o quantum exportado se elevaram consideravelmente¹⁰⁴.

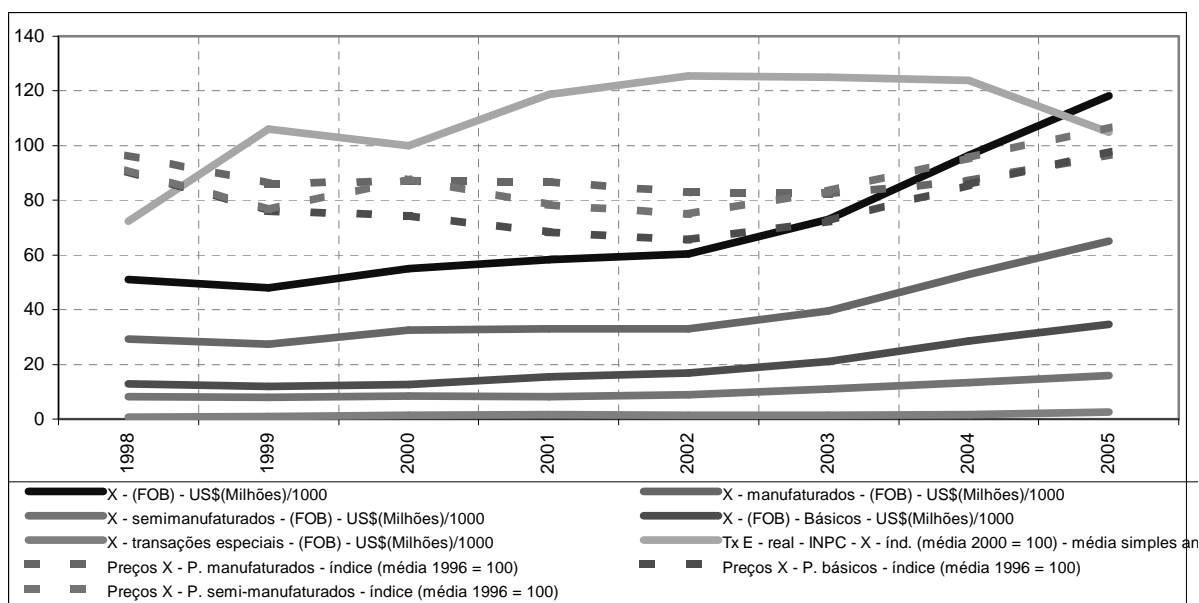
¹⁰⁴ Para verificar o movimento de expansão do quantum exportado ver Gráfico 9.

Figura 18: Exportações - fator agregado em quantum (1996 = 100) e FOB (US\$ 100 milhões) e taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações - índice: média 2000 = 100) - (1999-2005).



Fonte: Elaborado a partir das séries do Ipeadata.

Figura 19: Exportações totais e por fator agregado (FOB - US\$ bilhões), preços de exportação (índice média: 1996 = 100) e taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações - índice: média 2000 = 100) - (1999-2005).



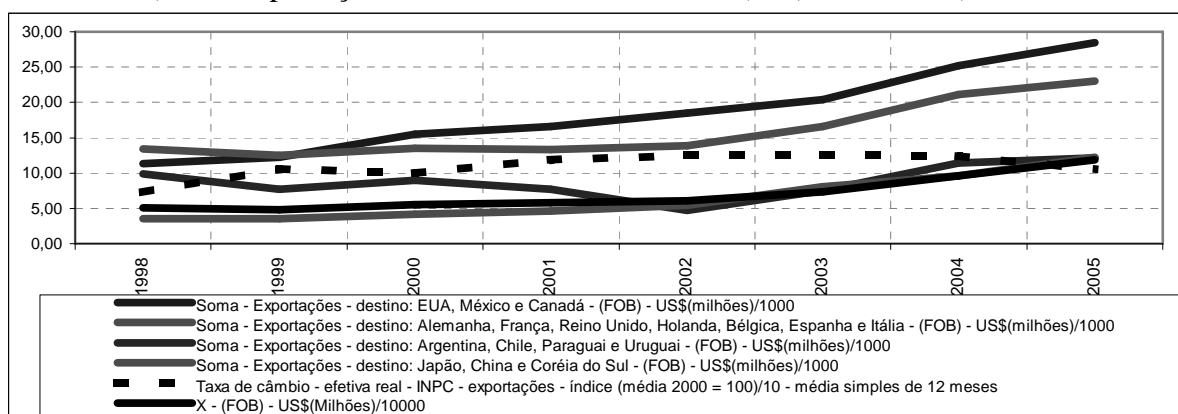
Fonte: Elaborado a partir das séries do Ipeadata

Ao se analisar o desempenho das exportações por categorias de uso em termos de quantum há de se destacar o crescimento das exportações de bens de consumo duráveis que se elevou em 203% entre 1998 e 2005 e a de bens de capital, que se elevou em 177,5%. As variações no quantum exportado das outras duas categorias, bens de consumo não-duráveis e bens intermediários, também tiveram variações expressivas, de 123,9% e 87,5%, respectivamente. A maior elevação do quantum exportado de bens de consumo duráveis e bens de capital redundaram na perda de participação dos bens intermediários nas receitas de

exportação: enquanto o primeiro elevou-se de 5,59% à 6,31% e o segundo de 11,43% à 14,02%, o terceiro caiu de 65,53% para 61,62%.

O crescimento da demanda do setor externo após 2002 causou a aceleração nas exportações nacionais, podendo ser observado na Figura 20. Entre 1998 e 2002 embora tenha havido expansão nas exportações aos países da América do Norte, as exportações destinadas aos europeus, asiáticos e sul-americanos foram reduzidas. Após 2002, os países europeus, asiáticos e sul-americanos aumentaram¹⁰⁵ as importações de produtos brasileiros, causando os resultados excepcionais verificados nas exportações brasileiras até 2005.¹⁰⁶

Figura 20: Exportações/destino (US\$ Bilhões) - países selecionados - e taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações - índice: média 2000 = 100) – (1998 – 2005):



Fonte: Elaborado a partir das séries do Ipeadata

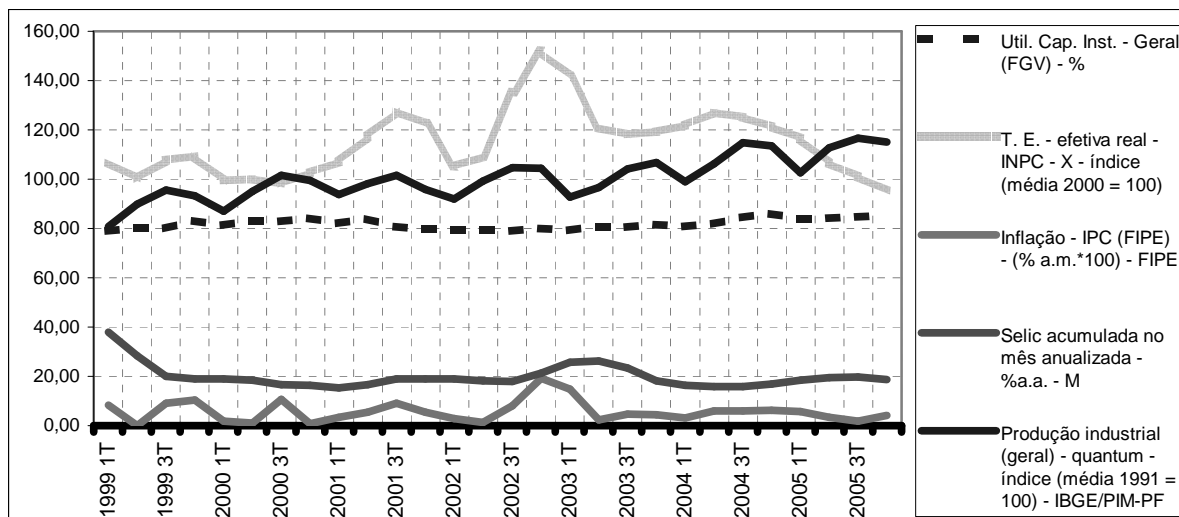
3.5.3 Setor Industrial sob câmbio flutuante

Após a flutuação cambial de 1999, o “esforço” da manutenção dos juros elevados para atrair capitais externos não era mais necessário. Portanto, enquanto ocorria a desvalorização cambial os juros também caíram, o que certamente influenciou positivamente a indústria nacional. De fato, conforme pode ser observado na Figura 21 o quantum produzido pela indústria elevou-se em cerca de 16% entre 1999 e 2001.

¹⁰⁵ Destaca-se aqui o notável crescimento das vendas ao mercado chinês, que aumentaram 171% entre 2002 e 2005.

¹⁰⁶ Ver dados complementares no anexo A.2.4.

Figura 21: Produção da indústria em geral (quantum: índice média 1991 = 100 - IBGE), utilização da capacidade instalada geral (FGV - %), taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações - índice: média 2000 = 100), SELIC (acumulada no mês anualizada) e Inflação (IPC - FIPE - variação % mensal) - (1999 2ºtrim. – 2005 4ºtrim.).

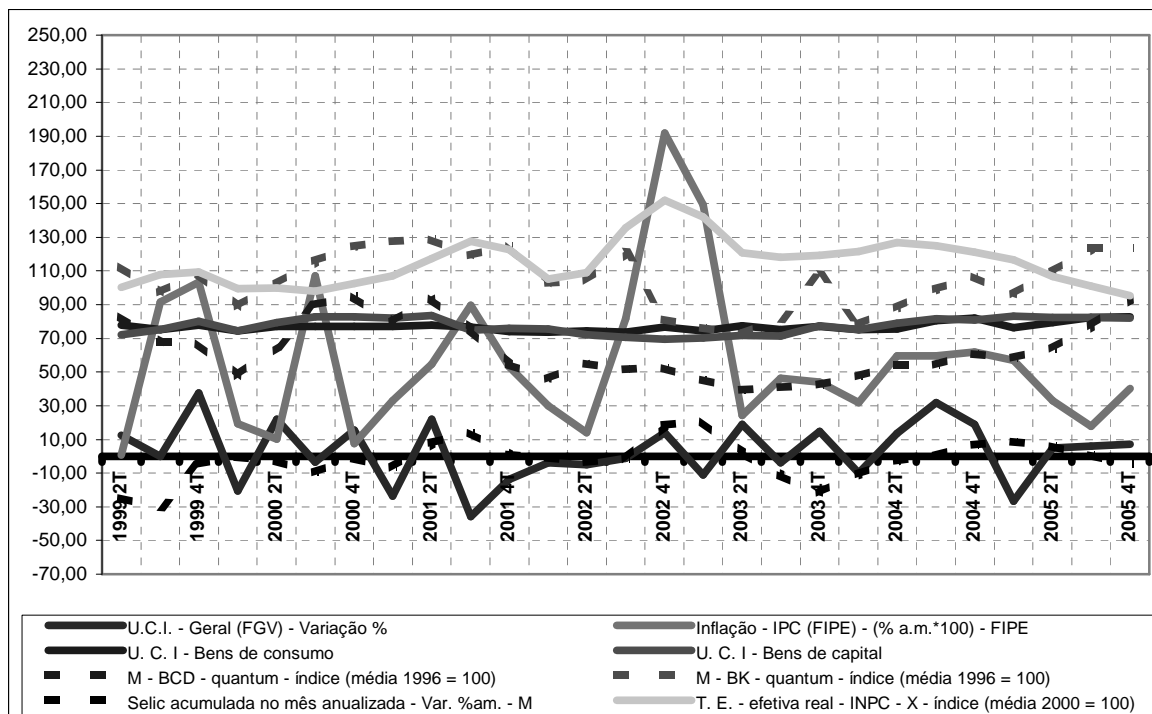


Fonte: Elaborado a partir das séries do Ipeadata

Com a desvalorização, maior parcela da demanda absorveu a oferta doméstica de produtos. Como pode ser observado na Figura 22, houve queda nas importações de bens duráveis e redução das importações de bens de capital. Desta forma, havia certa “proteção” cambial à indústria enquanto os juros estavam a níveis reduzidos se comparado ao período anterior. A indústria cresceu por dois anos seguidos, até 2001 quando uma sobreposição de fatores interrompeu essa breve recuperação do setor.

Entre 2001 e o início de 2003 houve uma série de crises internas e externas que coincidiram com o mau desempenho do setor industrial. A moratória da Argentina, os atentados de 11 de setembro, a crise energética – todos esses eventos em 2001 – assim como as eleições presidenciais de 2002 foram eventos que, ao causarem desvalorização cambial e aumento nos índices inflacionários, levou o governo a elevar a taxa de juros, contribuindo para a estagnação da produção e para a redução da utilização da capacidade instalada da indústria em geral (ver Figuras 21 e 22).

Figura 22: Utilização da capacidade instalada geral (FGV - %), por categorias de uso (%), importações por categorias de uso (quantum: índice média 1996 = 100), taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações - índice: média 2000 = 100), SELIC (acumulada no mês anualizada) e Inflação (IPC - FIPE - variação % mensal) - (1999 2ºtrim. – 2005 4ºtrim.)



Fonte: Elaborado a partir das séries do Ipeadata

A partir das eleições presidenciais o setor industrial se expandiu consideravelmente, num cenário de câmbio desvalorizado e taxa de juros cadentes. O nível de utilização da capacidade instalada aumentou aproximadamente 7% entre o terceiro trimestre de 2002 (de 79%) e o mesmo período do ano de 2004 (a 84,50%)¹⁰⁷. O crescimento da utilização da capacidade da indústria em geral coincide com a redução e a manutenção em nível reduzido das importações de bens de consumo duráveis. (Ver Figura 22). Por outro lado, pôde-se observar certa redução nos níveis de importação (quantum) de bens de capital se comparado os anos 2003-2004 aos anos 1999-2002.

Apesar da elevação significativa do nível de atividade industrial entre 2003 e 2004, o nível de produção industrial começou a se reduzir a partir do início de 2005. A redução da taxa de utilização da capacidade da indústria em geral coincidiu com a elevação da taxa de juros assim com a valorização cambial. Além disso, pode-se notar na Figura 22 que houve incremento das importações de bens de consumo duráveis e de bens de capital. Pode-se inferir, portanto que, durante o ano de 2005 o desempenho da indústria foi influenciado negativamente pela elevação na taxa de juros e pela valorização cambial, na medida em que a

¹⁰⁷ Calculado a partir dos dados do Ipeadata.

primeira dificultou o acesso a crédito e a segunda permitiu a elevação das importações de produtos substitutos.

3.6 Balanço do comportamento dos setores industrial e exportador a partir de 1990

Após as aberturas comercial e financeira a fuga de capitais¹⁰⁸ e as retrações nos fluxos internacionais de mercadorias começaram a agir conjuntamente nas variáveis econômicas nacionais, tornando as crises externas mais recorrentes e drásticas do que no período anterior.

Sendo assim, será tema desta seção identificar os momentos de expansão da indústria e do setor exportador, suas alterações estruturais, suas reações às crises de origem interna ou externa e os seus respectivos movimentos frente às políticas de estabilização.

3.6.1 Balanço do comportamento do setor industrial

Entre 1990 e 2005 houve uma elevação significativa do coeficiente de abertura no setor industrial. As exportações e as importações se elevaram consideravelmente no período. O quantum importado se elevou em todas as categorias de uso. Por exemplo, entre 1990 e 1997, houve aumento de 2042,7% nas importações de bens de consumo duráveis, 551% nas de bens de capital, 334,9% nas de bens de consumo não-duráveis e 260% nas de bens intermediários. Embora o nível do quantum de importações, em todas as categorias, tenha regredido após a flutuação cambial de 1999, este se manteve sempre acima dos valores registrados em 1990.

O quantum das exportações também aumentou em todas as categorias de uso. Entre 1990 e 2005 o quantum exportado de bens de consumo duráveis se elevou em 528,5%, o de bens de capital em 514,3%, o de bens de consumo não-duráveis em 260% e o de bens intermediários se elevou em 176,2%. Embora o movimento de expansão nas exportações

¹⁰⁸ Não que existisse fechamento completo na Conta de Capital do país no período anterior, mas conforme o sistema financeiro internacional e o elevado volume de capitais foram se desenvolvendo após a década de 1960, as retrações das aplicações em capitais de *portfólio* atingiram níveis significativamente maiores do que os anteriores.

tenha se reduzido durante o câmbio valorizado (entre 1995 e 1998) o movimento retornou a um nível de crescimento elevado após a flutuação cambial iniciada em 1999.

A elevação do coeficiente de abertura da economia ao longo dos anos após 1990 nos indica um processo de mudanças estruturais na base industrial do país. Se no período anterior alguns setores industriais tinham reservas de mercado e contavam com restrições às importações, após 1990 a proteção do setor frente à concorrência externa se reduziu sensivelmente, impondo um novo padrão de competitividade e induzindo as indústrias a um processo de reestruturação produtiva. Enquanto havia a expansão do quantum importado de bens de capital¹⁰⁹, o quantum produzido pelo setor permanecia em estagnação, tal como ocorreu entre 1994 e 1998.

Portanto, quanto aos fatores estruturais que condicionaram o comportamento do setor industrial nacional, pode-se dizer que em face à concorrência estrangeira e devido ao baixo nível de competitividade da indústria nacional, sugere-se que o comportamento do setor foi de caráter defensivo – importando bens de capital para fins de modernização e fazer frente ao novo padrão de competição – e não de caráter expansivo – importando bens de capital para ampliação da capacidade produtiva – o que normalmente ocorre após períodos de significativo crescimento da produção industrial.

Excluindo a especificidade do comportamento do setor industrial acima descrito, identifica-se, entre 1990 e 1994 e entre 1999 e 2005, três períodos de curto crescimento da produção industrial condicionados, predominantemente, por fatores conjunturais. O primeiro entre 1992 e 1994, quando o quantum produzido pela indústria aumentou em 15,7%; entre 1999 e 2002 quando houve aumento de 11% nesse indicador; e entre 2003 e 2004, quando houve aumento de 8,3% do quantum produzido¹¹⁰. Cabe então a seguinte pergunta: quais fatores contribuíram para o crescimento do nível de atividade do setor industrial nesses períodos?

Nos três períodos de expansão, com câmbio flutuante, houve a sobreposição de três fatores: câmbio desvalorizado em relação ao período anterior; afrouxamento da política monetária; e períodos de pós-crise (tanto de origem externa quanto de origem interna).

Após reorientação da política econômica de 1992, a flutuação cambial de 1999 e as várias crises entre 2001 e 2002, o cenário econômico interno tornou-se favorável ao

¹⁰⁹ O quantum das importações de bens de capital em 1997 era 171,2% maior do que em 1994, e esse era 102% maior do que o quantum importado em 1990.

¹¹⁰ Diferença entre a média dos quatro trimestres.

crescimento industrial. Amenizadas as especulações na taxa de câmbio e revertido o movimento ascendente das taxas de juros nos períodos de crise, por um lado a moeda permanecia em nível desvalorizado, aumentando a competitividade do setor frente à concorrência externa e, por outro, havia a tendência de queda nas taxas de juros, o que contribuía para o retorno da liquidez e da demanda da economia. O nível cambial e o afrouxamento da política monetária, portanto, foram fatores determinantes para o crescimento do setor industrial.

Como se pode interpretar, portanto, o comportamento da indústria após 1990? Houve, ao longo do período, um processo contínuo de reestruturação da base produtiva para fazer frente à concorrência externa; em períodos em que eram promovidas políticas de estabilização (seja do câmbio ou das taxas inflacionárias) o setor industrial agiu negativamente, reduzindo seu nível de produção. Já o contrário ocorria em períodos de afrouxamento da política monetária e de nível de câmbio desvalorizado, quando o setor aumentou sua produção.

3.6.2 Balanço do comportamento do setor exportador

Em certa medida, os bons resultados do setor exportador ao longo do período foram estimulados por diversas medidas institucionais de incentivos às exportações promovidas pelo governo. Como exemplo cita-se: a redução de impostos e de alíquotas aduaneiras e o estabelecimento de acordos comerciais em termos de blocos econômicos e bilaterais com outros países. Além disso, as exportações brasileiras após 1990 foram impulsionadas pelo incremento das trocas intra-industriais, refletindo o processo de reestruturação industrial iniciado a partir de 1992.

Entre 1990 e 2005, as receitas de exportação aumentaram 276,61% e o quantum exportado aumentou 237,05%. Apesar das exportações terem aumentado significativamente no período, houve momentos de queda no quantum e nas receitas, assim como momentos de maior ou menor expansão. Essas flutuações dos indicadores do setor exportador ocorreram por dois fatores: o desempenho do setor externo e as condições político-econômicas internas.

Sobre o primeiro fator foi observado que o crescimento do nível de atividade internacional após 1990 causou a ampliação das exportações (quantum e receitas) destinadas

aos habituais parceiros comerciais do Brasil (EUA e Europa). Além disso, houve a expansão do comércio entre os países sul-americanos, o que aumentou significativamente a exportação dos manufaturados brasileiros a esses países, bem como um considerável aumento das exportações de produtos básicos destinados aos países asiáticos. O incremento das exportações a esses dois continentes coincidiu com os períodos de maior expansão das exportações nacionais: entre 1991 e 1995 e após 2002. Em suma, o crescimento do nível de atividade do setor externo explica, em boa parte, a expansão das exportações no período.

Se o crescimento do nível de atividade internacional ampliou as exportações, as crises também tiveram um papel importante no período. No primeiro momento as diversas crises (Guerra do Golfo, a crise asiática, russa e das eleições de 2002) coincidiram com as quedas do nível de exportações (seja pela retração no fluxo internacional ou pela instabilidade política e econômica brasileira), já no segundo momento ao se desvalorizar a moeda nacional estimulou-se a expansão das exportações. De fato, como foi observado nas seções 3.3.2, 3.4.2 e 3.5.2, sob câmbio desvalorizado, as exportações se elevaram.

Ainda sobre o papel do setor externo no resultado das exportações, vale dizer que o retorno do nível de atividade internacional no período pós-crise, além de ter causado a ampliação das exportações, trouxe consigo os capitais de *portfólio* que, ao entrarem no país devido aos juros elevados, valorizaram a taxa de câmbio e diminuíram a competitividade das exportações brasileiras. Esse efeito não ocorreu entre 1992 e 1994 devido à relativa ausência desses capitais durante a instabilidade inflacionária, assim como após 1995, devido ao câmbio administrado. Mas a partir da adoção da flutuação, a valorização cambial influenciada por esses capitais ocorreu rotineiramente, como entre 1999 e 2000, no primeiro semestre de 2002, em 2003 e após o segundo semestre de 2004.

Outro fator que afetou o comportamento das exportações foi o conturbado cenário político e econômico do Brasil. Os eventos ocorridos durante o governo Collor (seqüestro de liquidez, *impeachment* e congelamento de preços) afetaram negativamente os resultados do setor exportador. A implementação da segunda fase do Plano Real (institucionalização da moeda indexada) restringiu o crescimento do quantum exportado, apesar de produzir menos efeitos nas receitas de exportação. Em 1998 houve severa especulação na taxa de câmbio devido às expectativas de flutuação da moeda, o que coincidiu com o mau resultado do setor.

Em níveis de agregados, houve maior aumento da receita exportada de produtos básicos, que cresceu 296,96%, enquanto as receitas de manufaturados se elevou em 282,95%. O setor de semi-manufaturados, elevou suas receitas em 212,45%.

A participação por nível de agregação nas receitas de exportação permaneceu praticamente inalterado no final do período. Em 1990, 54,2% da receita de exportação era proveniente das vendas de bens manufaturados, 27,77% de bens básicos e 16,89% de bens semi-manufaturados. Em 2005 as participações de cada nível eram semelhantes: 55,06%, 29,35% e 13,49%, respectivamente. Desta forma, pode-se concluir que ao final do período houve queda de 3,4% na participação de bens semi-manufaturados e altas de 1,58% na participação de básicos e 0,86% na de bens manufaturados nas receitas de exportação.

Apesar de ter havido pouca modificação na participação por nível de agregação nas receitas de exportação no final do período, em alguns momentos, houve variações importantes nestas participações. Entre 1991 e 1993 houve aumento da participação dos bens manufaturados, com destaque às exportações do grupo de transportes (automóveis de passageiros e equipamentos relacionados, tratores, etc.) e metais comuns, coincidindo com o aumento das exportações aos países das Américas do Sul e do Norte. Após 2002, houve aumento significativo da participação de bens básicos, destacando-se as *commodities* agrícolas (alimentos como carnes, soja, fumo, etc.) o que coincidiu com o aumento mais significativo das exportações destinadas aos parceiros asiáticos.

Se observarmos as participações nas receitas de exportação em termos de categorias de uso dos produtos, pode-se concluir que houve uma redução considerável da participação dos bens intermediários, que caiu de 70,66%, em 1989, para 61,62%, em 2005; enquanto houve elevação da participação de bens de capital, que aumentou de 6,98% para 14,02% no mesmo período. Registre-se que houve pequeno aumento também da participação dos bens de consumo não-duráveis de 17,5%, em 1990, para 18,05%, em 2005. Já a participação dos bens duráveis permaneceu praticamente estagnada.

Pode-se concluir que o comportamento do setor exportador entre 1990 e 2005 foi expansivo, movimento que foi influenciado por aspectos conjunturais como taxa de câmbio desvalorizada, vigor do nível de atividade do setor externo e por fatores estruturais, como a existência de fatores climáticos favoráveis e de recursos naturais abundantes, assim como pelos incentivos institucionais às exportações (isenções fiscais, redução de alíquotas aduaneiras e financiamentos às exportações). Os curtos períodos de mau resultado coincidiram com a deflagração de crises externas ou com momentos de incertezas políticas e econômicas internas. Apesar da maior parte das receitas de exportações terem sido de produtos manufaturados estes foram, na maior parte, produtos de baixos níveis de agregação.

CAPÍTULO 4. SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE O COMPORTAMENTO DOS SETORES EXPORTADOR E INDUSTRIAL DURANTE A REPÚBLICA VELHA E O LIBERALISMO ECONÔMICO APÓS 1990

4.1 Introdução

Comparar o comportamento do setor exportador e do setor industrial em dois momentos históricos diferentes é uma tarefa que exige certa abstração e, por isso mesmo, exige certa arbitrariedade ao se escolher os enfoques ou os aspectos julgados como essenciais e os não-essenciais a serem comparados. Neste sentido, devido à liberdade de adequação das categorias a um corpo único abstrato, pede-se uma certa condescendência por parte dos que tem maior intimidade com os objetos de estudo em questão, já que os padrões de comportamento verificados e as conclusões levantadas são produtos de uma elaboração teórica que não pretende ser completa.

Considerando essas restrições interpretativas, a seção 4.2 faz uma comparação entre o perfil estrutural do setor exportador durante a República Velha e o perfil do setor após 1990. A mesma comparação é feita para o setor industrial, levantando-se aspectos semelhantes/comparáveis e diferentes/específicos entre os dois períodos para os dois setores. A partir dessas comparações, busca-se identificar alguns elementos presentes nos dois períodos que caracterizam essas estruturas. O “passo” seguinte será interpretar como essa estrutura de cada setor influenciou no comportamento dos mesmos, assim como influenciou nas transformações ocorridas ao longo de cada período.

Na seção 4.3 será discutido de que forma alguns aspectos conjunturais (nível de atividade do setor externo, nível de câmbio e as crises) influenciaram os dois setores em questão. Desta forma, será estabelecido um certo padrão de comportamento para cada setor frente aos cenários conjunturais mais rotineiros sob abertura econômica.

4.2 Estruturas e comportamentos

4.2.1 Setor Exportador

Conforme levantado no Capítulo 2, o setor exportador durante a República Velha, praticamente não tinha problemas de infra-estrutura econômica que poderiam inibir sua expansão. A exceção da escassez de mão-de-obra a vasta quantidade de terras, a baixa necessidade de aplicação de capital por área plantada e a presença de um sistema de escoamento da produção ao mercado externo¹¹¹, forneciam plenas possibilidades de expansão da produção¹¹². Além disso, dado o elevado coeficiente de importação da economia, à forte presença política e os recorrentes problemas no Balanço de Pagamentos, o centro dinâmico da economia nacional era estimulado por fatores institucionais que facilitavam e induziam seu crescimento. A estrutura tributária era, dentro do possível, direcionada às importações; as assistências financeiras e de serviços às imigrações também facilitaram a expansão produtiva do setor.

Em suma, o setor exportador durante a República Velha pode ser caracterizado fundamentalmente como agrícola e sem restrições de fatores de produção; concentrado; de baixa necessidade de agregação de tecnologias e capital; e diante de um ambiente institucional que facilitava sua expansão.

O setor exportador brasileiro do final do século XX pode ser dividido em dois grandes grupos: o primeiro, onde atuam as empresas transnacionais, de capital estrangeiro e, com menor peso, alguns grandes grupos econômicos nacionais. Este grupo responde às exportações de maior nível de agregação tecnológica (aviões, automóveis e equipamentos de transporte). O segundo grupo pode ser caracterizado pelo grau de dependência de recursos naturais e das necessidades de economias de escala na determinação do seu nível de competitividade. Este último grupo abrange os setores produtores *commodities* agrícolas

¹¹¹ O sistema de escoamento da produção a que se refere, é o existente desde o auge da economia açucareira.

¹¹² Outro fator estrutural que não era problemático para o setor era o sistema bancário. Havia certo comportamento do sistema bancário que provisionava divisas ao setor nas épocas de plantio e colheita. Assim, em épocas de escassez de divisas, as restrições de numerário não afetavam tanto o setor como o fazia nas aglomerações urbanas, que necessitavam de numerário para as compras de mercadorias e demandas da indústria incipiente – fato agravado pela utilização do assalariamento.

(complexo da soja e de carnes, por exemplo) e de *commodities* industriais (extrativa mineral, produtoras de metais comuns como ferro, alumínio e aço, e produtos químicos).

O primeiro grande grupo exportador brasileiro está inserido num contexto de intensificação das trocas inter-industriais ao nível global, devido ao comportamento estratégico das empresas transnacionais. As empresas de capital externo que se inseriram no período de industrialização por substituição de importações e, também, durante o processo de reestruturação produtiva ocorrido durante o plano Real, obedeciam e obedecem ainda hoje, às estratégias globais de atuação no mercado mundial, explorando as externalidades de cada região/país visando maior eficiência produtiva. Desta forma, as necessidades de adequação do produto exportado aos níveis concorrenciais mundiais são estipuladas pelas “matrizes” estrangeiras, assim como o processo de desenvolvimento de novas tecnologias é realizado em setores dentro dessas empresas, geralmente localizados nos países centrais da economia mundial. Por outro lado, os setores, da mesma empresa, responsáveis pela produção física das mercadorias estão geralmente localizados em países que oferecem melhores condições de contratação de força de trabalho, isenções fiscais e outras externalidades inerentes à produção. Assim como há essa flexibilidade na organização dessas empresas, há também flexibilidade nas políticas comerciais: a produção pode ser deslocada tanto para o mercado externo quanto para o mercado interno (brasileiro), dependendo das condições de demanda e perspectivas de rentabilidade.

Já o segundo grande grupo exportador nacional, ligado às *commodities* industriais e agrícolas depende, para a determinação do grau de competitividade de seus produtos, dos recursos naturais e do clima favorável. As *commodities* industriais (minerais e metais comuns) são exploradas por empresas, às vezes de dotação mista (capital nacional e estrangeiro) e, em outros casos, de capital nacional ou estrangeiro, que necessitam de grandes economias de escala, de certo grau de densidade tecnológica nas atividades extrativas e manufatureiras, mas que também dependem de áreas aptas à essa exploração, como jazidas de ferro, cobre, alumínio e outros. As chamadas *commodities* agrícolas (soja, milho, açúcar, algodão, café, trigo e outros) também dependem, em certa medida, das condições naturais, como extensão de terras, clima, solo, etc., apesar de, em alguns casos, exigirem certo grau de uso intensivo de capital. O complexo de carnes (bovina, suína e de aves), também exige certo grau de utilização de tecnologia e gestão organizacional e setorial (regime de cadeias produtivas), mas também exigem certas condições naturais que influenciam na produtividade.

Os dois grandes setores exportadores brasileiros citados acima contam com importantes incentivos institucionais que influem no seu desempenho. A progressiva remoção de tarifas aduaneiras e abertura comercial, assim como os numerosos incentivos fiscais promovidos a partir de 1990, agem de forma positiva no resultado final das exportações nacionais.

Em suma, o setor exportador brasileiro é composto por dois grandes grupos, responsáveis pela maior parte das receitas de exportação, sendo que um é ligado às transnacionais e o outro ligado aos recursos naturais que são abundantes no Brasil¹¹³. De acordo com a caracterização desses dois grupos, pode-se considerar que boa parte das exportações brasileiras depende pouco de condições internas favoráveis às inversões em desenvolvimento tecnológico e em capacidade produtiva. A instabilidade econômica em decorrência do advento de crises e a elevação nas taxas de juros para o controle inflacionário não influencia esses setores como outros direcionados a atender a demanda interna. Há uma certa dependência por parte do setor produtor de *commodities* agrícolas, mas esse é alvo de importantes financiamentos às exportações realizados pelo governo. Além disso, excluindo o setor dominado pelas transnacionais, os produtos exportados brasileiros são de baixa agregação tecnológica, ou seja, possuem certo grau de processamento, mas esse é reduzido se comparado ao grau de densidade de capital utilizada nas exportações dos países capitalistas centrais.

Pode-se, de acordo com as caracterizações feitas acima, identificar as seguintes diferenças estruturais entre o setor exportador nos dois períodos:

I – Enquanto no primeiro período as exportações eram concentradas em um único produto, no segundo essas eram mais diversificadas;

II – Nos anos posteriores a 1990 há uma participação significativa de exportações de alto valor agregado (aviões, automóveis e materiais de transporte, por exemplo), produzidos, principalmente pelas empresas transnacionais localizadas no país;

¹¹³ Para se ter uma idéia da representatividade desses dois grupos no setor exportador brasileiro, vale a consideração de que, o primeiro, responsável pelas exportações de bens relacionados à transportes, representou, somando-se apenas os dez primeiros produtos de maiores receitas de exportação em 2004, 12,13% das receitas de exportação. O segundo grupo, responsável por boa parte das exportações de alimentos (22,32% das receitas de exportação) e pelas exportações de metais comuns e produtos minerais (com 8,86% e 7,57% das receitas, respectivamente), representou cerca de 38,75% do total da receita exportada no ano de 2004. Juntos, os dois grandes grupos, apenas somando os dez maiores produtos de exportação em cada fator agregado, representaram, no ano de 2004, 50,88% das receitas de exportação nacionais.

III – Maior flexibilização da comercialização dos produtos exportados após 1990, já que as *commodities* industriais, assim como alguns produtos alimentícios e outros de maior nível de agregação tecnológica, podem ser direcionados ao mercado brasileiro em tempos de retração da demanda externa ou em períodos de câmbio fortemente valorizado;

IV – A participação das transações intra-industriais é muito maior do que no período da República Velha, apesar de que o café exportado também sofria certo processo de manipulação nos países-destino;

V – A participação do capital estrangeiro nas exportações brasileiras é expressiva após 1990, o que não ocorria durante o primeiro período em questão, quando os “responsáveis” pelas exportações eram residentes;

VI – O papel de centro-dinâmico da economia brasileira, por parte do setor exportador, não existia mais em 1990, quando a participação desse setor na geração de renda é muito menor do que no período anterior;

VII – O setor exportador encontrou problemas com a mão-de-obra durante a República Velha, mas nos anos posteriores a 1990 essa era abundante, porém pouco qualificada.

Por outro lado existem algumas semelhanças estruturais do setor exportador nos dois períodos em questão. Em primeiro lugar, apesar de existir uma diversificação muito maior dos produtos exportados após 1990, e excluindo as exportações das empresas transnacionais, esses são produtos majoritariamente de baixo nível de agregação (soja, café, milho, minérios de ferro, etc), assim como era o café no primeiro período. Se em 1992, 67,8% dos produtos exportados eram de baixa agregação tecnológica, a expansão das exportações de bens básicos verificado após 1999 sugere o aprofundamento desse perfil das exportações.

Pode-se supor que o aspecto semelhante apresentado acima é reflexo de outra semelhança verificada entre as exportações dos dois períodos: os maiores grupos exportadores nacionais dos anos posteriores a 1990, assim como o setor cafeeiro durante a República Velha, sofreram menos influência das condições internas adversas de liquidez e instabilidade se comparados a outros setores produtivos, mais ligados à demanda doméstica.

O grupo exportador que engloba as transnacionais, grosso modo, tem fontes de financiamento à produção e investimentos externas à economia brasileira, já que obedecem a um sistema global de inserção nos mercados. Esses investimentos são captados prioritariamente no exterior (países centrais) e entram no país na forma de investimentos

externos diretos¹¹⁴. Ou seja, as elevadas taxas de juros brasileiras não afetam esses tipos de investimentos, já que os recursos, geralmente, não são captados internamente.

O grupo exportador de commodities, dependente do clima e da abundância de recursos naturais na definição de seu nível de competitividade internacional; conta com mecanismos de incentivos à produção (financiamentos); e necessita de poucos incrementos de capital e tecnologia. Isso implica que, com os incentivos institucionais, esses setores possuem certa independência das condições de crédito internas (juros menores)

Pode-se supor, portanto, que assim como o setor cafeeiro era “isolado” das condições internas adversas da economia brasileira durante a República Velha¹¹⁵, os maiores setores exportadores após 1990, também estiveram relativamente isolados das adversidades decorrentes da elevada taxa de juros interna. Ao serem relativamente isolados dessas condições adversas, esses setores obedeciam uma dinâmica própria de crescimento. Já os setores nacionais que necessitam de maiores incrementos tecnológicos e de capital para aumentar a competitividade e conseguirem se inserirem no mercado internacional, não conseguem evitar os elevados custos de captação de recursos internos¹¹⁶, o que contribui para explicar o baixo do nível de agregação tecnológica das exportações nacionais.

Nessa perspectiva, a manutenção da importância do setor cafeeiro na República Velha, e o nível elevado de importância das *commodities* e produtos relacionados às Transnacionais na participação nas receitas de exportação, pode estar relacionada à menor influência das elevadas taxas de juros brasileiras nos resultados desses setores.

Há, portanto uma identidade abstrata entre o setor cafeeiro (República Velha), o setor exportador de capital transnacional e o setor produtor de commodities agrícolas e industriais. Essa identidade existe devido ao “desligamento” desses setores às condições internas adversas de investimento, respondendo, quase que exclusivamente, ao nível de atividade do setor externo. Assim como o setor cafeeiro se expandiu sob juros elevados enquanto houve crescimento do nível de atividade exterior, as exportações pós 1990, também sob juros elevados, se expandiram enquanto o setor externo estava em crescimento.

Desta forma, é possível compreender os resultados positivos das exportações entre 1990 e 2005 (principalmente entre 1999 e 2004). Enquanto são firmados acordos de livre-

¹¹⁴ Incluindo aqui as novas formas de investimento a que Franco (1999) se refere.

¹¹⁵ O setor cafeeiro recebeu na época algumas assistências financeiras do governo, te também era beneficiado pela baixa necessidade de captação de recursos para investimentos em eficiência produtiva.

¹¹⁶ E a captação de recursos externos para esses investimentos também é dificultada pelo risco-país e pelo nível interno das taxas de juros.

comércio (multilaterais, no caso da OMC, dentro dos blocos econômicos, e bilaterais), desde que haja crescimento do nível de atividade externa, os recursos naturais internos são mais intensamente explorados, assim como ampliam-se as estratégias de inserção comercial das multinacionais residentes. Em decorrência disto, é reafirmado mais ainda o perfil exportador brasileiro: plataforma de exportação para as transnacionais (onde são direcionados os produtos, principalmente, para os outros países do Mercosul) e exportador de produtos de baixo nível de agregação tecnológica (esses destinados aos países asiáticos e europeus).

O crescimento das exportações entre 1991 e 1994, foi impulsionado pela venda de produtos de bens de consumo não-duráveis e de bens de capital, coincidindo com o expressivo aumento das receitas de exportação destinadas aos países sul-americanos. Isso sugere que, logo após o início da abertura comercial, as empresas transnacionais residentes estavam relativamente aptas a explorarem o mercado sul-americano. Já o aumento da participação dos bens básicos nas receitas de exportação a partir de 1999 coincide com o aumento das vendas destinadas aos países asiáticos¹¹⁷ (maiores importadores desse tipo de bens), além do bom resultado do setor externo como um todo.

Pode-se concluir que o aspecto estrutural do setor exportador, nos dois períodos em questão, explica boa parte dos resultados das exportações. Pelo fato dos setores exportadores mais importantes estarem relativamente alheios às condições inadequadas de investimento no Brasil, esses apresentaram bons resultados quando o setor externo esteve em expansão, o que confere um caráter exógeno das exportações. As condições rotineiras de crises e juros elevados, enquanto parecem inibir o desempenho das exportações de produtos de nível mais elevado de agregação tecnológica, não inibiram a expansão das exportações do setor cafeeiro, das transnacionais e das *commodities*, o que sedimentou o perfil primário e heterogêneo das exportações nacionais.

4.2.2 Setor Industrial

Conforme visto no Capítulo 2, uma das condições estruturais que influíram na determinação do comportamento do setor industrial durante a República Velha foi a ausência

¹¹⁷ Especialmente à China.

de um setor de bens de produção (bens de capital) que conferisse um caráter endógeno de crescimento à indústria. Devido a inexistência deste, o aumento da capacidade produtiva industrial se dava por intermédio de importações de máquinas e equipamentos fabricados no exterior, o que conferia um aspecto dependente da indústria ao setor exportador e, em última instância, do comportamento do setor externo¹¹⁸.

Além disso, outros fatores estruturais restringiram o comportamento do setor, como por exemplo: uma rede de transportes e potencial energético restritos; e um sistema bancário e creditício inadequado para o setor; entre outros. Por outro lado, alguns fatores estruturais influenciaram positivamente o setor industrial: baixo nível concorrencial interno; mão-de-obra abundante; massa monetária concentrada no setor cafeeiro que, em certos momentos, possibilitava recursos para inversões no setor industrial¹¹⁹; a estrutura tributária da época, direcionada aos importados, conferia certa proteção à indústria; etc.

A base estrutural da indústria brasileira dos anos 1990, após o período de industrialização por substituição de importações era distinta do período anterior. O setor de bens de produção já estava estabelecido, embora atrasado relativamente aos países centrais (que já haviam realizado o processo de reestruturação industrial); havia alta complementaridade entre os setores industriais embora fossem heterogêneos quanto à produtividade, grau de intensidade tecnológica e de capital utilizados, assim como em termos de eficiência organizacional; a participação da indústria na renda nacional era muito maior do que durante a República Velha; a estrutura tributária era voltada à produção e à renda, e não concentrada nas importações; e havia elevado grau de monopolização setorial.

Comparando-se as estruturas nas quais se apoiaram as indústrias nos dois períodos pode-se levantar as seguintes diferenças mais relevantes:

I – Se durante a República Velha a ausência do setor de bens de capital tornava a indústria interna dependente de importações para expansão da capacidade produtiva, essa deficiência não existia mais no período após 1990, já que esse setor já estava estabelecido, embora atrasado.

II – No primeiro período a complementaridade do setor industrial era baixa, pela ausência do setor de bens de capital e reduzido número de estabelecimentos industriais. Isso

¹¹⁸ Mais precisamente, conforme visto no Capítulo 2, a formação de capital industrial dependia da conjuntura formada por desempenho das exportações, resultados do Balanço de Pagamentos (que envolve a entrada de capitais estrangeiros de *portfólio*) e do nível cambial.

¹¹⁹ Ver Cardoso de Mello (1984).

não ocorria no segundo período, pois a presença do setor de bens de capital, devido ao período de substituição de importações, possibilitou a formação de cadeias industriais completas e, em alguns casos, com elevados níveis de eficiência produtiva.

III – Havia melhores condições para implantação de novos estabelecimentos industriais durante a República Velha já que existia uma demanda interna maior do que a oferta interna de bens de consumo, o que não ocorria durante a década de 1990, pois apesar de existir certa demanda reprimida e subconsumo e de existir certo grau de monopolização em vários setores, não havia o mesmo “espaço” para a implantação de novos estabelecimentos.

IV – Se a demanda interna variava de acordo com o desempenho do setor exportador no primeiro período, em 1990 a mesma variava de acordo com o nível de atividade da economia como um todo, sendo menos dependente do setor exportador.

Sobre o elevado grau de heterogeneidade e de monopolização setorial, cabem algumas considerações. Assim como foi verificado na estrutura do setor exportador, o setor industrial brasileiro era composto, nesse segundo período, por alguns setores produtores de bens de elevado nível de agregação e por outros que iniciaram a década de 1990 relativamente atrasados aos mesmos setores presentes em outros países capitalistas centrais.

As próprias empresas de capital estrangeiro (subsidiárias residentes no Brasil), devido ao ambiente interno protegido durante o período de substituição de importações, no ano de 1990 estavam tecnologicamente atrasadas em relação às correspondentes estrangeiras. Em parte, isso é explicado pelo fato de terem recebido garantias de monopólio e reservas de mercado pelo governo. Desta forma, os incrementos tecnológicos e o processo de reestruturação industrial iniciado no Japão e Alemanha nos anos posteriores à 1970, não se faziam necessários nas unidades localizadas no país, já que havia reservas de mercado e poucos estímulos à competição. Sendo assim, tanto essas empresas quanto os grandes grupos de capital nacional permaneceram relativamente estagnados em termos de desenvolvimento tecnológico e ganhos de eficiência econômica. O ambiente interno induzia esse comportamento. Como foi visto no Capítulo 1, um dos pontos levantados como determinantes para o atraso brasileiro, segundo Franco (1999), era a baixa taxa de crescimento da produtividade da esfera produtiva nacional.

Se os setores produtores de bens com maiores níveis de agregação não eram incentivados a elevar a eficiência econômica, há de se supor que outros setores industriais produtores de bens com menores níveis de agregação permaneceram sem significativas

elevações nos seus níveis de produtividade. Isso implica que, após o início da abertura comercial, praticamente todo o setor industrial nacional estava relativamente atrasado em relação aos concorrentes estrangeiros.

A presença de setores produtores de bens de elevados níveis de agregação de tecnologia na indústria é um traço significativamente peculiar dos anos 1990 se comparado à indústria existente na República Velha. Entretanto, o atraso relativo da indústria brasileira é um aspecto estrutural semelhante entre os dois períodos. Enquanto o crescimento industrial no primeiro período ocorria por importações de bens de capital, o processo de reestruturação industrial brasileiro ocorreria por importações de máquinas e equipamentos mais modernos e eficientes, assim como os procedimentos organizacionais deveriam responder aos novos níveis de eficiência organizacional desenvolvidos no exterior.

Isso posto, pode-se dizer que o caminho de reestruturação industrial percorrido pela indústria Japonesa deveria ser percorrido pela indústria nacional. Se a reestruturação naquele país iniciou-se na “matriz industrial”, conforme Tavares; Fiori (1996; p.43), todo o complexo metal-mecânico e, o setor de bens de capital, deveria sofrer o mesmo processo. E se a própria matriz industrial deveria se reestruturar por intermédio de importações, a indústria dos anos 1990 assemelha-se com a da República Velha em certo sentido.

Outro fator estrutural que pode ser considerado semelhante é a ausência de mecanismos adequados de financiamento à esse processo de reestruturação e, ainda mais, se for considerado as necessidades constantes de ganhos de eficiência, o que exige financiamento ao desenvolvimento tecnológico. Assim como ocorria na república Velha, a elevada taxa de juros internos dificulta investimentos nessa direção.

Ao se observar a semelhança entre os dois períodos em termos de dificuldades de captação de recursos para investimentos à custos baixos, identifica-se outro aspecto semelhante: o elevado volume financeiro necessário para a implantação de estabelecimentos industriais que produzem bens de maior nível de agregação tecnológica conferia uma tendência de crescimento apenas dos setores menos lucrativos, de bens de menor nível de agregação e com menores exigências de capital. Na república velha, a indústria teve um caráter limitado de crescimento (no setor de bens de consumo não-duráveis) em parte pela ausência do setor de bens de produção, mas pode-se supor que a própria existência desse setor, como a de outros setores produtores de bens de maior valor agregado, foi, em parte condicionada pelo nível de juros internos.

A inserção no mercado mundial através de abertura financeira e comercial implica em elevada influência do nível de câmbio na competitividade do setor industrial. Esse fato realça um outro elemento comparável entre os dois períodos, já que as flutuações cambiais interferem no nível de produção industrial. Com o câmbio desvalorizado a indústria tende a absorver maior parcela da demanda interna, assim como abre-se a possibilidade de exportação de seus produtos. Sob um câmbio valorizado, além da demanda interna poder arbitrar entre a compra de produtos nacionais ou importados, há menor competitividade dos produtos nacionais no mercado externo. Em suma, há um ganho duplo para a indústria sob desvalorização cambial e uma perda dupla quando o câmbio está valorizado.

A se comparar a influência dos fatores estruturais no comportamento da indústria nos dois períodos pode-se supor que o processo de reestruturação industrial mediante importações de bens de capital após 1990 foi distinta do processo de formação de capacidade produtiva durante a República Velha, também mediante importações de bens de capital. Apesar desta distinção, que envolve também fatores conjunturais conforme será visto na próxima seção, também foi influenciada por fatores estruturais. A pouca quantidade de estabelecimentos industriais na Primeira República, assim como o maior crescimento da produção industrial nesse período incentivou o comportamento expansivo do setor – aumento da capacidade produtiva. Por outro lado, a menor taxa de crescimento da produção industrial após 1990, assim como a existência de maior número de estabelecimentos levou o setor a ter um comportamento defensivo – aumentar a eficiência produtiva pela importação de bens de capital para defender-se da concorrência estrangeira. A importação de bens de capital teve, portanto, motivações distintas.

Por outro lado, conforme discutido no Capítulo 2, apesar de ter ocorrido maior diversificação do parque industrial ao longo da República Velha, houve a substituição de importações de bens de consumo não-duráveis, de menor nível de agregação de valor. Pode-se inferir daí que o surgimento de setores que necessitavam de maior volume de recursos financeiros para sua implantação, assim como exigiam maior densidade tecnológica, não se desenvolveram na época devido ao ambiente econômico, marcado por crises e juros elevados.

O suposto comportamento defensivo da indústria após 1990 é de difícil diagnóstico, devido ao grau de heterogeneidade dos diversos setores industriais do país. Entretanto, pode-se inferir que os setores dominados pelas transnacionais tiveram menos dificuldades de adaptação, já que não necessitam de um ambiente interno propício a investimentos, pois contavam com o financiamento das “matrizes”. Por outro lado, os setores industriais de

propriedade dos residentes, com menor facilidade da captação de recursos externos para investimentos tendem a ter maiores dificuldades de elevar seus níveis de eficiência, devido à sua exposição maior às adversidades na captação de crédito interno (juros mais elevados).

Com graus variados de dificuldade, o que se notou ao longo dos dois períodos é que devido ao atraso relativo da indústria como um todo, o processo de crescimento da capacidade produtiva (no caso da República Velha) e de reestruturação (no caso de a partir de 1990) intensificaram-se sob condições significativamente adversas para o setor: câmbio valorizado¹²⁰ e elevada taxa de juros.

Em suma, o atraso estrutural relativo da indústria nos dois períodos foi um importante determinante do comportamento do setor nos dois períodos em questão, já que este, ao competir com similares mais competitivos produzidos no exterior, teve que promover um processo de desenvolvimento das forças produtivas através de importações de máquinas e equipamentos. A influência da participação do setor externo nessa conduta do setor industrial nos dois períodos é refletida pelo papel do câmbio como catalisador deste processo: sob câmbio desvalorizado, a indústria aumentava seus níveis de produção devido à maior competitividade dos seus produtos; sob câmbio valorizado o setor aumentava a importação de bens de capital mesmo em condições de crédito adversas.

4.3 As conjunturas e os comportamentos

Conforme pôde-se levantar nos capítulos 2 e 3, quatro elementos foram os mais importantes determinantes das diversas conjunturas ou cenários econômicos nos dois períodos: o nível de atividade do setor externo; o nível da taxa de câmbio; as crises de origem interna ou externa; e as políticas econômicas adotadas pelo governo.

Se esses quatro elementos compuseram os quadros conjunturais que influenciaram o comportamento dos setores exportador e industrial, cabe dizer que o nível de atividade do setor externo teve um papel central na determinação dessas conjunturas, já que a este cabia a demanda por produtos brasileiros, foi o propagador da maior parte das crises, causador de

¹²⁰ Entre 1898 e 1913, entre 1923 e 1925 e entre 1928 e 1929 no caso da República Velha e entre 1994 e 1999 no caso do segundo período.

grande parte das desvalorizações cambiais e condicionou a implementação das políticas de estabilização. Os outros três elementos conjunturais, portanto, respondiam fundamentalmente às flutuações do nível de atividade externo.

Os períodos de maior crescimento das exportações brasileiras, evidentemente, coincidiram como os períodos de maior crescimento da atividade econômica externa. O crescimento das exportações teve um papel central no crescimento da atividade industrial durante a República Velha: ampliava o fluxo monetário da economia, o que impulsionava o crescimento da indústria, e fornecia divisas para importação de bens de capital para fins de incremento na capacidade produtiva. Após 1990, a ampliação das exportações fez efeito na atividade industrial devido ao nível elevado de transações intra-industriais. Embora a intensidade e a profundidade das relações entre a indústria e o setor exportador tenha sido menor após 1990, há uma semelhança em termos de externalidades positivas, já que o crescimento do setor exportador influenciou positivamente o setor industrial. Dessa forma as conjunturas marcadas pelo crescimento do nível de atividade exterior coincidiram com períodos de crescimento dos dois setores.

Mais especificamente à respeito das relações entre o setor externo e as políticas de estabilização é importante se ter em conta que a própria forma de inserção do país no cenário internacional, respeitando o livre fluxo de mercadorias e capitais, tem como suposição a alocação ótima dos fatores de produção. Conforme visto no capítulo 1, Franco (1999) argumenta que os investimentos estrangeiros, nesse novo paradigma produtivo pós 1970, estão relacionados com o a ascensão de alguns países em desenvolvimento (como os tigres asiáticos, por exemplo). Se há uma relação entre investimentos externos e desenvolvimento econômico, cabe ao governo brasileiro promover estabilidade nas variáveis econômicas para gerar um ambiente propício aos investimentos, incentivando a entrada de investimentos externos no país.

Conforme observado nos capítulos 2 e 3, o governo, sempre quando possível, buscou administrar as variáveis consideradas como mais importantes para a estabilidade econômica: a taxa de câmbio durante a República Velha; a taxa de crescimento inflacionário entre 1990 e 1993/4; a taxa de câmbio e o nível de preços entre 1994 e 1998; e as metas inflacionárias após 1999. Apesar das variáveis-controladas terem mudado, o instrumento utilizado para atingir o objetivo de estabilidade, grosso modo, foi o controle da liquidez através da taxa de juros.

Em última instância a possibilidade de implementação das políticas de estabilização pelo mecanismo de controle dos juros foi condicionada pelo setor externo. Conforme pode ser

observado em vários momentos, a elevação das taxas de juros dependeram da capacidade de endividamento do governo. Entre 1898 e 1912 as reservas garantidas pelo *Funding Loan* e a entrada de capitais de *portfólio* que se sucedeu ao acordo deram possibilidades de manutenção do câmbio valorizado e estabilidade, sendo possível até investimentos em infra-estrutura; As políticas monetárias restritivas no final da década de 1920 foram sustentadas pela entrada de capitais de *portfólio*. O Plano Brady em 1994, as privatizações e os empréstimos do FMI sustentaram a sobrevalorização do Real até 1998. Por outro lado, os dez anos de estagnação dos EUA entre 1889 e 1898, a Guerra entre 1914 e 1918 e a quase hiperinflação entre 1990 e 1993 afastaram os capitais externos e impossibilitaram a manutenção “sustentável” das políticas de estabilização vigentes nos períodos anteriores. Pode-se dizer, portanto, que o próprio sucesso das políticas de estabilização, nos dois períodos, foi condicionado pelo vigor do setor externo.

Chega-se, portanto ao outro aspecto determinado, em grande medida, pelo setor externo: se a abertura econômica propicia o desenvolvimento econômico pelos fatores descritos acima, pôde-se perceber que as crises são inerentes a essa forma de integração. A abertura da conta de capital possibilita reversões repentinas no fluxo de capitais de curto prazo, assim como as exportações variam de acordo com as incertezas de crescimento dos países centrais. Em suma, durante a República Velha e após 1990 houve uma certa rotina conjuntural, cujos traços mais importantes foram crises e as tentativas de estabilização do governo, sendo que a existência da primeira e o êxito da segunda foram determinados pelo setor externo.

Conforme observado ao longo dos capítulos 2 e 3, as crises externas (ou de origem interna, mas que causavam efeitos semelhantes) desvalorizavam o câmbio durante os surtos especulativos. Acompanhado ao movimento da moeda, a taxa de juros foi utilizada rotineiramente como instrumento de estabilização, elevando-se consideravelmente. As exportações eram geralmente reduzidas assim como o crescimento do setor industrial. Mas no pós-crise, quando o setor externo retornava à trajetória de crescimento, ainda sob a taxa de câmbio desvalorizada e a taxa de juros em tendência de queda, os setores exportador e industrial ampliavam seus níveis de atividade. A manutenção do crescimento do setor externo ampliava a entrada de capitais de *portfólio*, atraídos pelos juros em nível elevado, o que valorizava o câmbio e afetava os setores exportador e industrial. Por fim, esses momentos de

certa estabilidade eram interrompidos por uma nova crise e desvalorização cambial. A rotina de crises e estabilização conferiu ao câmbio certa tendência de desvalorização¹²¹.

Essa evolução de acontecimentos, conjunturas e comportamentos seguiram razoavelmente o mesmo padrão nos dois períodos analisados. A seqüência descrita expressa, de certa forma, a influência do setor externo e seu efeito na taxa de câmbio na determinação do comportamento dos dois setores em questão: sob taxa de câmbio desvalorizada os dois setores reagiram positivamente, e sob valorização cambial os mesmos foram afetados negativamente. Há, portanto, uma semelhança entre o comportamento dos dois setores frente à seqüência conjuntural descrita.

Se o setor externo condiciona as políticas estabilizatórias, a taxa de câmbio e o nível das exportações, o crescimento do setor exportador e da indústria respondeu em grande medida às flutuações da atividade internacional, experimentando taxas de crescimento positivas quando a economia mundial estava em crescimento. Especificamente acerca do setor industrial, além de responder ao crescimento do setor externo, esse apresentou índices positivos de crescimento também quando o setor externo estava em crise profunda, levando o governo a abandonar o controle da liquidez e a permitir a manutenção do volume da demanda interna.

Explicitados os elementos que compuseram os cenários conjunturais, assim como as relações entre esses elementos, resgata-se, aqui, o objetivo da monografia: levando-se em conta os aspectos conjunturais, quais são as semelhanças e diferenças entre o comportamento dos setores exportador e industrial nos dois períodos?

O setor exportador respondeu aos rotineiros ciclos conjunturais de crise e tentativas de estabilização, presentes nos dois períodos, aumentando sua capacidade produtiva tanto em períodos de expansão do nível de atividade externo quanto pelo advento de crises externas, já que essas trouxeram consigo a desvalorização cambial que conferia maior competitividade ao setor. Além disso, o efeito das políticas de estabilização foi pequeno porque o certo descolamento do setor frente às condições internas de crédito e demanda, e benefícios como créditos às exportações, isenções aduaneiras e de tarifas entre outros, compensavam a redução

¹²¹ Discute-se, desde a flutuação cambial de 1999, assim como era discutido durante a Primeira República, se existe ou não ou qual seria a taxa de câmbio de equilíbrio. Conforme observou-se durante a construção desta monografia, existiu, nesses dois períodos, uma tendência de desvalorização cambial, sendo que essa tendência era permeada por fortes inflexões nessa taxa devido às receitas de exportação e/ou à entrada de capitais estrangeiros. Desta forma, não foi possível identificar se existiu, em qualquer momento, certo nível de equilíbrio da taxa de câmbio.

do fluxo internacional de mercadorias¹²². Apoiado, em grande parte, pelo crescimento dos EUA entre 1889 e 1930 e pela expansão do nível de atividade internacional (principalmente da China) após 1990, as exportações tenderam a crescer.

Já o setor industrial respondeu às conjunturas de crise e tentativas de estabilização favoravelmente às desvalorizações cambiais ocorridas e adversamente às políticas de estabilização rotineiras, já que está mais ligado às condições internas de demanda e crédito. Além disso, em momentos de crise profunda que levaram o governo à expansão monetária ou ao afrouxamento dessas políticas (como após 1999) o setor também se comportou favoravelmente, pois eram relaxadas as restrições impostas à demanda e crédito.

As diferenças entre os comportamentos do setor exportador e industrial residem, conforme apurado, na amplitude dos impactos da taxa de câmbio e de juros nessas conjunturas. O setor industrial foi mais afetado pelas políticas de estabilização nos dois períodos, pois depende mais da demanda interna, que, por sua vez, é afetada pelas condições de liquidez internas. Isso não ocorre na mesma intensidade com o setor exportador, que depende mais das condições externas de demanda e crédito. Portanto, pode-se dizer que os melhores resultados das exportações, se comparados aos do setor industrial, deve-se ao maior efeito das políticas de estabilização nesse último setor.

Por outro lado, se for comparado o desempenho da indústria nos dois períodos, pode-se considerar que o maior crescimento do setor durante a Primeira República em relação aos anos posteriores a 1990 está relacionado com a amplitude das crises e seus efeitos nas políticas de estabilização. No primeiro período as crises externas foram mais longas e mais profundas: dez anos de estagnação dos EUA; a primeira Guerra Mundial e a Crise de 1929. Essas não podem ser comparadas com as rápidas retrações comerciais e financeiras durante a Guerra do Golfo, as crises asiática e russa, da Argentina e eleitoral em 2002. A amplitude das crises e as repercussões na possibilidade ou não das políticas de estabilização está relacionada com a finalidade destinada às importações de bens de capital. Durante a República Velha essas importações destinavam-se a ampliar a capacidade produtiva já que o setor industrial apresentava significativo crescimento. Já as importações de bens de capital após 1990 destinavam-se à modernização da capacidade existente, haja vista que os curtos ciclos de crescimento e a rotineira execução das políticas de estabilização não motivam o incremento da capacidade do setor.

¹²² Ver seção anterior, já que alguns elementos são de caráter estrutural.

Se o setor externo tem um papel determinante na implementação das políticas de estabilização, a manutenção destas foi mais viável após 1990. Durante a República Velha, devido à impossibilidade de manutenção das políticas de estabilização após as crises externas, o governo foi obrigado a emitir moeda. As emissões monetárias possibilitaram os maiores aumentos no nível de atividade industrial no período. Por outro lado, à exceção do período entre 1992 e 1993/4, as políticas de estabilização puderam ser aplicadas, em alguns momentos, e com maior êxito, como ocorreu em 1995 com a Crise do México, em 1997 com a Crise Asiática e em 2002/3 na crise eleitoral. Em suma, a maior aplicação e êxito das políticas de estabilização contribuíram para o pior desempenho do setor industrial após 1990 se comparado ao período da República Velha.

Chega-se, portanto a duas constatações: a) em certa medida, as crises¹²³, no período subsequente, parecem ter sido um importante fator impulsionador do nível de atividade do setor; e b) as políticas de estabilização¹²⁴, ao invés de fornecerem um ambiente econômico estável e propício para as decisões de produção e investimento, parecem terem contribuído negativamente para os resultados da produção industrial.

Quanto à segunda constatação, essa parece ser válida: entre 1990 e 1992, quando as tentativas de estabilização inflacionária assumiram formas heterodoxas a indústria experimentou retração no nível de atividade. Entre 1994 e 1999, o Plano Real induziu forçadamente a indústria a sofrer um processo de reestruturação produtiva. Quando houve as crises de 2001 e 2002, houve novo aperto da política monetária e nova redução da produção industrial. Por último, em 2005, os aumentos na taxa Selic coincidiram com a redução na taxa de crescimento da produção. Em suma: as políticas de estabilização, ao visarem controlar o nível inflacionário ou cambial, interromperam o crescimento do nível de produção industrial.

As duas constatações acima podem parecer contraditórias já que se pode fazer as seguintes indagações: As políticas de estabilização não são implementadas justamente para inibir os efeitos das crises? Como pode-se dizer então que essas restringem o crescimento industrial já que o setor apresentou crescimento após as crises?

Entretanto, pôde-se observar que: após 1999 crescimento se deu quando era insustentável a manutenção da política de sobrevalorização cambial; entre 1992 e 1994, o

¹²³ Ou, mais precisamente, as repercussões destas.

¹²⁴ Evidentemente o Plano Real não pode ser enquadrado como política de estabilização que transferiu incerteza aos agentes econômicos, pelo menos observando-se *ex-post*. O Plano, de fato, em termos de longo prazo contribuiu para estabilizar o nível de preços e para reduzir o grau de incerteza da economia, fator importante para a decisão de investimentos do empresariado. Mas de qualquer forma induziu a indústria a um comportamento distinto dos períodos anteriores.

aumento da produção se deu após o fracasso das políticas estabilizatórias de Collor; a deflagração da primeira guerra levou o setor a um surto de crescimento; e os dez anos de estagnação dos EUA entre 1889 e 1898 que restringiu qualquer possibilidade de política de estabilização, foi o período em que ocorreu o primeiro surto industrial do país. Em suma, em vários períodos observados, o crescimento do setor industrial não foi devido ao sucesso das políticas de estabilização e sim à impossibilidade de sua aplicação.

Por outro lado, o êxito dessas políticas entre 2002 e 2003, entre 1994 e 1998, entre 1898 e 1912 se deu sob condições favoráveis internacionais. Considerando os efeitos do setor externo nessas políticas e no desempenho dos setores exportador e industrial, pode-se dizer que os êxitos das políticas adotadas e o subsequente crescimento dos dois setores foram devidos mais ao cenário externo favorável do que aos acertos das medidas adotadas.

CAPÍTULO 5. CONCLUSÃO

A inserção do Brasil no cenário internacional após 1990 seguiu a lógica de que a abertura financeira e comercial abre possibilidades de desenvolvimento econômico na medida em que permite a alocação ótima dos recursos disponíveis em escala mundial. Essa forma de inserção do país encontra paralelos em sua história econômica: durante a República Velha, quando vigorava o sistema padrão-ouro, a abertura comercial e financeira também se fizeram presentes. Entre esses dois períodos, além das semelhanças quanto à forma de inserção internacional, existiram ainda outras semelhanças, como a existência dos setores industrial e exportador atuando simultaneamente na base produtiva do país, a ocorrência seguida de crises, e várias tentativas de estabilização econômica.

Com base nessas semelhanças buscou-se compreender como os setores industrial e exportador reagiram ao longo desses períodos. Para isso, levou-se em conta a estruturação de cada setor bem como a influência das conjunturas de crises e as tentativas de estabilização.

Em termos de semelhanças das influências da base estrutural do setor exportador como indutora de seu comportamento, concluiu-se que, nos dois períodos, as exportações nacionais se tornaram dependentes, em grande parte, dos recursos naturais abundantes do país, além de que o setor não foi substancialmente afetado pelas más condições internas de juros. Com isso, as exportações tenderam a crescer, na medida em que o setor externo absorvia os produtos brasileiros. Outra influência estrutural verificada é que as condições internas adversas de crédito estimularam o aprofundamento da tendência de concentração das exportações em produtos de menor nível de agregação, já que estes necessitam de menores níveis de investimentos para melhorar a eficiência produtiva.

Quanto às diferenças entre as influências da base estrutural no comportamento do setor exportador nos dois períodos, pode-se concluir que a presença de setores dominados pelas empresas transnacionais na atividade exportadora após 1990, possibilitou maior diversificação dos tipos de produtos exportados nacionais. Ao contrário do que ocorreu durante a República Velha, onde as receitas de exportação se concentravam em um único produto com baixo valor agregado (o café), as exportações após 1990 diversificam-se em vários produtos como *commodities* agrícolas e industriais (produtos de baixo valor agregado), além da importante participação de produtos de elevado valor agregado, cujas empresas de capital estrangeiro são as responsáveis pela maior parte da produção, como no caso do setor de transportes

(veículos de carga, passeio, equipamentos, etc.). Essa diversificação de produtos possibilitou melhores condições de inserção internacional pela exploração de diferentes mercados e, como consequência, desconcentração das receitas de exportação.

A base estrutural atrasada do setor industrial é um elemento semelhante nos dois períodos. Se no primeiro período a inexistência do setor de bens de capital levou a indústria a depender do setor externo para ampliação da capacidade produtiva, a indústria após 1990 dependia das importações de bens de capital para sobreviver ao novo padrão concorrencial. A pouca quantidade de estabelecimentos industriais durante a República Velha contribuiu para a expansão mais virtuosa do setor, quando comparado ao período posterior a 1990, já que neste último a maior carência da base produtiva era seu atraso relativo e não a demanda excedente setorial. Por outro lado, outra diferença estrutural entre os dois períodos é o grau de heterogeneidade distinto entre os setores industriais.

Em termos de influência dos fatores conjunturais (taxa de câmbio, nível de atividade do setor externo e política econômica) observou-se que no ciclo conjuntural de crises seguidas por tentativas de estabilização há uma semelhança entre o comportamento dos setores exportador e industrial. Com o advento das crises, por haver desvalorização da taxa de câmbio e por essa se manter em nível desvalorizado por um certo período, ambos os setores são influenciados positivamente, aumentando o nível de produção. Isto porque os produtos dos respectivos setores se tornaram mais competitivos frente aos concorrentes estrangeiros.

Por outro lado, observou-se que esse ciclo conjuntural é mais favorável ao setor exportador, já que este depende menos das condições internas de demanda e crédito. Nesse aspecto vale ser ressaltado que as políticas de estabilização praticadas oneram mais o setor industrial do que o exportador, fato que pode explicar o pior desempenho do primeiro setor em relação ao último nos dois períodos. Por outro lado, o pior desempenho do setor industrial após 1990 em relação ao setor industrial durante a república Velha é devido ao melhor vigor do nível de atividade externa no último período, já que as condições internacionais influenciam mais fortemente os resultados das políticas de estabilização. Pode-se concluir, em termos de aspectos conjunturais, que o nível de atividade externo, assim como a flutuação deste, explicam as variações nas taxas de câmbio e nas políticas de estabilização, o que o torna, em última instância, no grande influenciador do comportamento dos dois setores que foram objeto de estudo.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABREU, Marcelo de Paiva. (org). Anexo estatístico. In: _____. *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 387-414.

BOCCHI, João Hildebrando. *Método para investigação econômica*. In: BOCCHI, João Hildebrando. *Monografia para economia*. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 53-82.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Boletim anual*, vários números. Disponível em: <http://www.bacen.gov.br>. Acesso em 08 de dezembro de 2005.

BARROS DE CASTRO, Lavínia. Privatização, abertura e desindexação: a primeira metade dos anos 90 (1990-1994). In: GIAMBIAGI, Fábio. Et al. *Economia brasileira contemporânea (1945-2004)*. Rio de Janeiro: Editora Campus; Elsevier Editora, 2005. p. 141-165.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio: contribuição a revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FRANCO, Gustavo Henrique Barroso. *Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana.*, 1983. 189 p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Curso de Pós-Graduação em Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: BNDES, 1983. 189 p.

_____. A primeira década republicana. In: ABREU et al. (org). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 11-30.

_____. *O desafio brasileiro: ensaios sobre desenvolvimento, globalização e moeda*. São Paulo: ed. 34, 1999. 352 p.

FRITSCH, Winston. Apogeu e crise na primeira república: 1900-1930. In: ABREU et al. (org). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 31-72.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. 279 p.

GIAMBIAGI, Fábio. Estabilização, reformas e desequilíbrios macroeconômicos: os anos FHC (1995-2002). In: *Economia brasileira contemporânea (1945-2004)*. Rio de Janeiro: Editora Campus; Elsevier Editora, 2005. p. 166-195).

LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1975. 224 p.

MERCADANTE, Aloízio. Plano Real e neoliberalismo tardio. In: MERCADANTE, Aloízio (org.) *O Brasil pós-real: a política econômica em debate*. Campinas: UNICAMP-IE, 1998. p. 131-167.

PRADO JUNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. 37. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 364 p.

SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaio sobre a Crise Vol 1*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa Omega, 1976. 120 p.

SIMONSEN, Roberto G. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Nacional, 1973.

TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. *(Des) Ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. 193 p.

TEIXEIRA, Aloísio. A política econômica no início dos anos 90. In: TEIXEIRA, Aloísio. *O ajuste impossível: um estudo sobre a desestruturação da ordem econômica mundial e seu impacto sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 1994. p. 121-140.

THORSTENSEN, Vera *et al.* *O Brasil frente a um mundo dividido em blocos*. São Paulo: Nobel: Instituto Sul-Norte de Política Econômica e Relações Internacionais, 1994. 277 p.

VILLELA, Aníbal Villanova; SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira – 1889-1945*. 3. ed. Brasília: IPEA, 2001. 470 p.

ANEXOS

ANEXO 1. REPÚBLICA VELHA: INDICADORES DA POLÍTICA ECONÔMICA E DOS SETORES EXPORTADOR E INDUSTRIAL

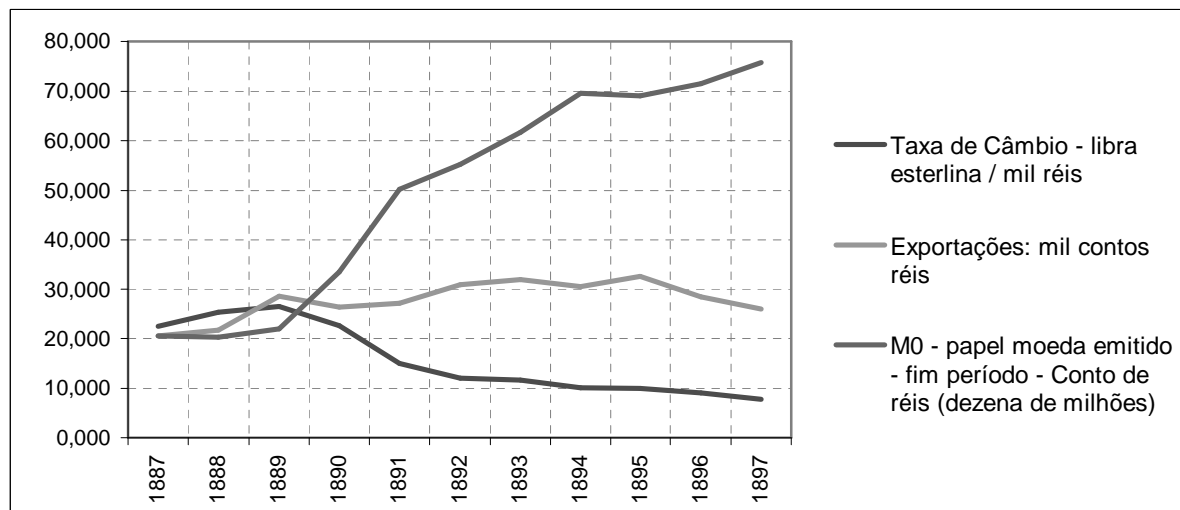
A.1.1. Política Econômica - Indicadores

Gráfico A.1.1: Índice de Preços (1919 = 100,0) e taxa de câmbio (libra esterlina/mil réis) - (1889 - 1903):



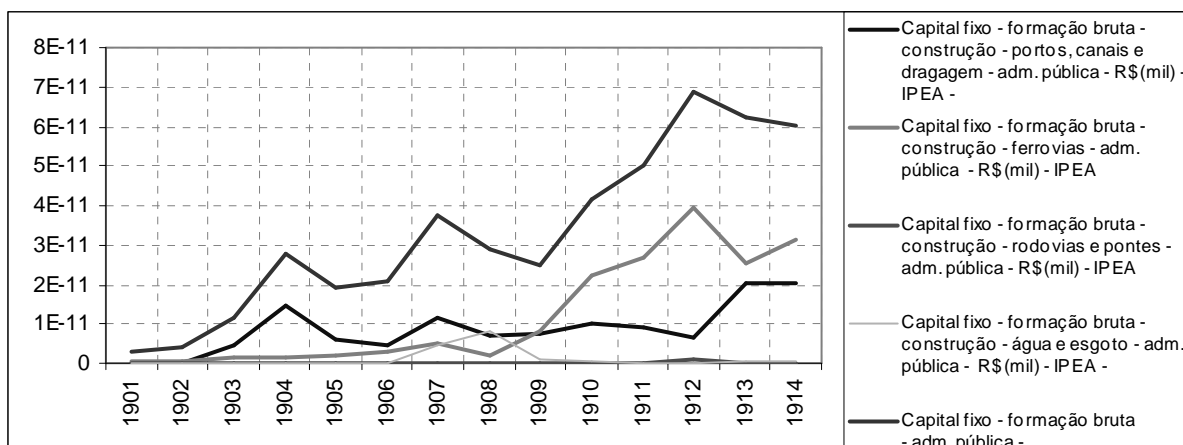
Fonte: Villela ; Suzigan (2001) Apêndice I, p. 433 – Tabela VII.

Gráfico A.1.2: Taxa de Câmbio (libra esterlina/mil réis), papel moeda emitido (dezenas de milhões de contos de réis) e exportações (FOB - mil contos de réis) - (1887 - 1897):



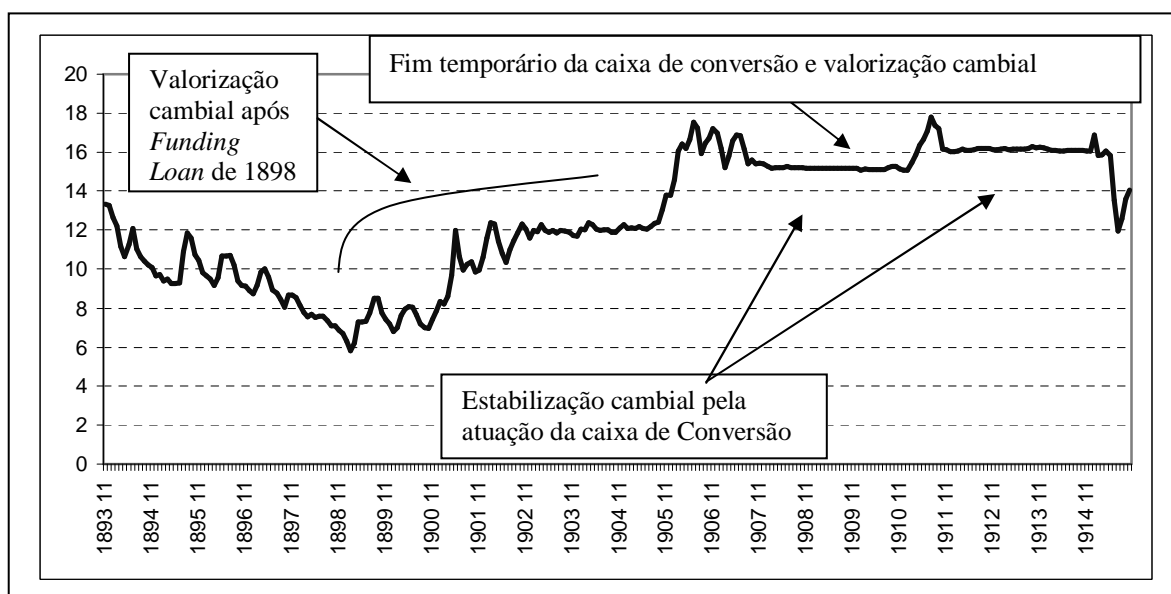
Fonte: Ipeadata.

Gráfico A.1.3: Setor Público - Formação Bruta de Capital Fixo (R\$ mil) - (1901-1914):



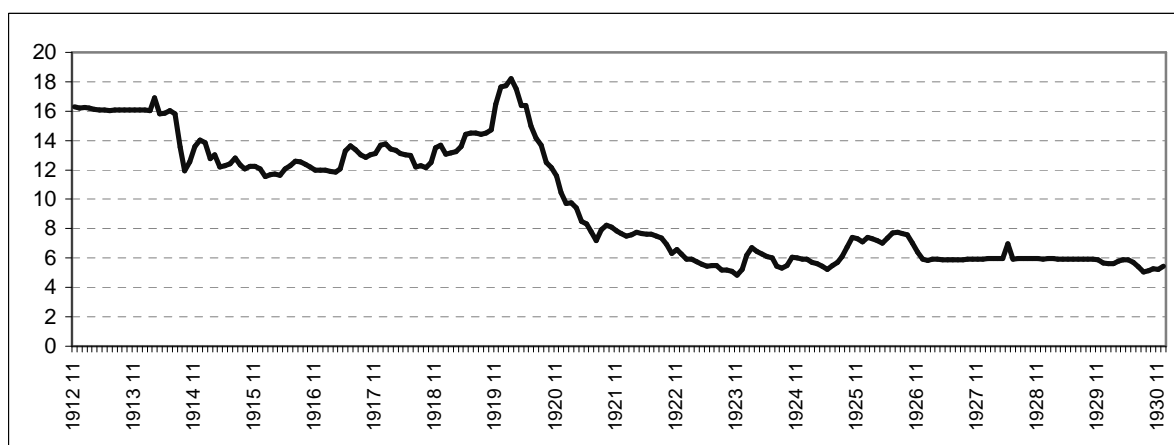
Fonte: Ipeadata.

Gráfico A.1.4: Câmbio (libra / mil réis) e efeitos da Caixa de Conversão - (1893-1914):



Fonte: Ipeadata

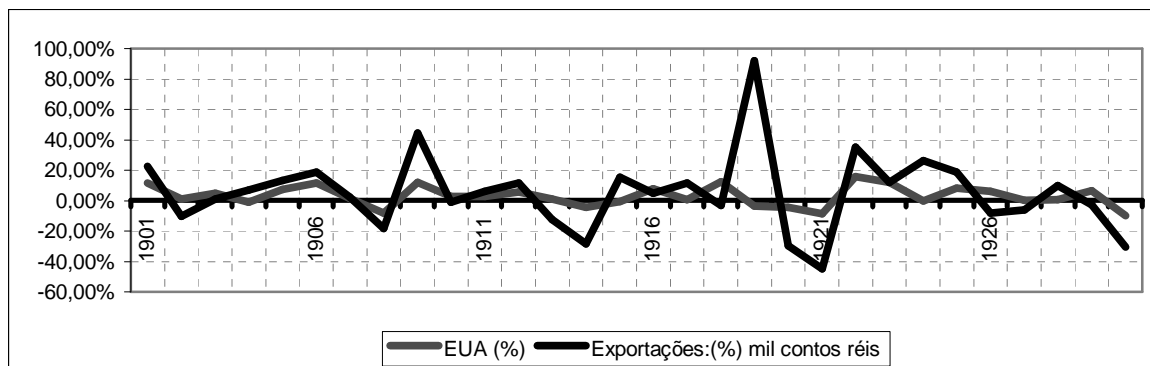
Gráfico A.1.5: Taxa de câmbio (libra esterlina/mil réis) - (1912 - 1930):



Fonte: Ipeadata.

A.1.2. Setor exportador

Gráfico A.1.2.1: Nível de atividade dos EUA e exportações do Brasil mil-réis (variações %) - (1901 - 1932):



Fontes: Exportações brasileiras – Ipeadata; Nível de atividade nos EUA - U.S. Department of Commerce (1973), p. 1106. 1971-87, Economic Indicators Apud Abreu et al (1990) - Anexo Estatístico.

ANEXO 2. PÓS ANOS-90: INDICADORES DA POLÍTICA ECONÔMICA E DOS SETORES EXPORTADOR E INDUSTRIAL

A.2.1: Exportações - Grupos Produtos (conforme a Norma Brasileira de Mercadorias – Sistema Harmonizado).

Segundo Thorstensen *et al* (1994; p. 50) “As exportações brasileiras podem também ser classificadas por grandes grupos de produtos segundo as seções da NBM-SH (Norma Brasileira de Mercadorias – Sistema Harmonizado)”. Os tipos de produtos e seus respectivos grupos são apresentados abaixo:

Grupos de produtos

- **Produtos alimentares/ fumo/bebidas: (I a IV da NBM-SH):** Produtos de origem animal: animais vivos, carnes, peixes, laticínios, ovos; Produtos de origem vegetal: plantas, vegetais, frutas, café, chá, cereais, amidos, trigo, grãos, sementes, gomas; Gorduras e óleos de origem animal e vegetal; Produtos alimentares, bebidas e fumo: carnes preparadas, açúcares, cacau, farinhas, preparados de cereais, pastelaria, preservados de frutas ou vegetais, bebidas alcoólicas ou não, fumo.
- **Produtos minerais (V da NBM-SH):** Sal, enxofre, gesso, cal, cimento, minérios, combustíveis, ceras minerais.
- **Produtos Químicos (VI da NBM-SH):** Inorgânicos, orgânicos, farmacêuticos, fertilizantes, tintas, óleos essenciais sabão, ceras, colas, pólvoras, produtos para fotografia.
- **Plásticos e borrachas (VII da NBM-SH).**

- **Calçados e couros (VIII e XII da NBM-SH):** Calçados, chapéus, guarda-chuvas, peles e obras de couro.:
- **Madeira e carvão vegetal (IX da NBM-SH):** Madeira, cortiça e obras de madeira.
- **Papel e celulose (X da NBM-SH):** Papel e impressos.
- **Têxtil (XI da NBM-SH):** Fio, tecelagem e confecção.
- **Minerais não-metálicos e metais preciosos (XIII e XIV da NBM-SH):** Obras de pedra, cerâmica e vidro; pérolas, pedras preciosas e metais preciosos.
- **Metais comuns (XV da NBM-SH):** Ferro e aço, cobre, níquel, alumínio, chumbo, zinco, estanho, ferramentas.
- **Máquinas e equipamentos elétricos (XVI da NBM-SH).**
- **Material de transporte (XVII da NBM-SH):** Veículos de transporte, automóveis, tratores, aeronaves, embarcações.
- **Instrumentos (XVIII da NBM-SH):** Ótica, fotografia de medida e controle.
- **Outros (XIX a XXI da NBM-SH):** Armas e munições, mercadorias diversas: móveis, iluminação, brinquedos, produtos de esporte; objetos de arte.

A.2.2: Exportações Brasileiras por grupos de produtos em 1992.

Tabela A.2.2.1: Exportações por grandes grupos de produtos (participação % sobre o total e Receita em US\$ milhões) - (1992):

Grupos de Produtos (1)	US\$	
	milhões	% Total
Alimentos / Fumo / Bebidas	8247,30	23,14%
Metais comuns	6076,99	17,05%
Máquinas / Equipamentos	4438,72	12,46%
Mat. Transporte	4310,22	12,10%
Minerais	2913,23	8,18%
Químicos	1978,01	5,55%
Calçados / Couro	1888,88	5,30%
Têxtil	1644,40	4,61%
Papel	1431,02	4,02%
Plástico / Borracha	1187,50	3,33%
Min. N. met. / met. preciosos	519,56	1,46%
Madeira	477,94	1,34%
Outros	316,82	0,89%
Ótica / Instrumentos	216,80	0,61%
Total	35647,38	100%

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados apresentados em Thorstensen *et al* (1994); (1) Soma das receitas de exportações destinadas ao Bloco Europeu, Bloco da América do Norte, Bloco Asiático, América do Sul e para o resto do mundo.

Tabela A.2.2.2: Exportações em 1992, por grupos de produtos e blocos econômicos:

Grupo s de produt os	US\$ milhões	% Total	%* U. E.	%* Am. Norte	%* Ásia	%* Am. Sul	%* R.Mundo
Alimentos / Fumo / Bebidas	8247,30	23,14%	58,47%	19,72%	10,57%	6,24%	5,01%
Minerais	2913,23	8,18%	41,76%	14,32%	32,10%	6,71%	5,10%
Químicos	1978,01	5,55%	24,27%	19,37%	13,43%	26,03%	16,90%
Plástico / Borracha	1187,50	3,33%	12,22%	17,92%	6,26%	37,87%	25,72%
Calçados / Couro	1888,88	5,30%	27,18%	61,30%	5,06%	4,49%	1,97%
Madeira	477,94	1,34%	58,39%	28,50%	1,11%	6,82%	5,18%
Papel	1431,02	4,02%	39,78%	16,06%	13,37%	18,67%	12,12%
Têxtil	1644,40	4,61%	26,47%	25,89%	8,40%	24,18%	15,06%
Min. N. met. / met. preciosos	519,56	1,46%	30,08%	26,22%	7,16%	23,83%	12,71%
Metais comuns	6076,99	17,05%	19,29%	17,23%	38,65%	16,41%	8,42%
Máquinas / Equipamentos	4438,72	12,46%	16,60%	36,83%	3,95%	26,72%	15,90%
Mat. Transporte	4310,22	12,10%	11,65%	21,73%	3,82%	37,80%	25,00%
Ótica / Instrumentos	216,80	0,61%	15,45%	39,27%	4,90%	27,05%	13,33%
Outros	316,82	0,89%	28,19%	32,25%	0,00%	22,63%	16,94%
Total	35635,00	100,00%					

Fonte: Thorstensen et al (1994) - Tabela elaborada a partir dos dados das Tabelas 7-12. A classificação dos grupos obedece às seções da Norma Brasileira de Mercadorias – Sistema Harmonizado (NBM-SH). * Porcentagem das receitas de exportações de determinado grupo de produtos por bloco.

Tabela A.2.2.3: Percentual sobre as receitas de exportação por tipo de produto (apenas os dez primeiros tipos de produtos em cada nível de agregação) - 2001, 2002, 2003 e 2004:

Fator Agregado	Grupo	Produto	2004	2003	2002	2001
Produtos Básicos						
Principais produtos básicos						
	Grupo	Produto				
	Alimentos / Fumo / Bebidas	Soja mesmo triturada	5,65%	5,88%	5,03%	4,69%
	Produtos Minerais	Minérios de ferro e seus concentrados	4,97%	4,72%	5,05%	5,03%
	Alimentos / Fumo / Bebidas	farelo e resíduos da extração de óleo de soja	3,43%	3,56%	3,65%	3,56%
	Produtos Minerais	Óleos brutos de petróleo	2,63%	2,90%	2,81%	1,24%
	Alimentos / Fumo / Bebidas	carne e miúdos de frango	2,60%	2,35%	2,22%	2,21%
	Alimentos / Fumo / Bebidas	carne de bovino	2,04%	1,59%	1,29%	1,26%
	Alimentos / Fumo / Bebidas	café cru em grãos	1,83%	1,77%	1,97%	2,08%
	Alimentos / Fumo / Bebidas	fumo em folhas e desperdícios	1,45%	1,45%	1,63%	1,58%
	Alimentos / Fumo / Bebidas	carne de suíno	0,77%	0,72%	0,79%	0,61%
	Alimentos / Fumo / Bebidas	milho em grãos	0,62%	0,52%	0,45%	0,84%
			25,98%	25,47%	24,88%	23,11%
Produtos Semimanufaturados						
Principais produtos semimanufaturados						
	Grupo	Produto				
	Metais comuns	Produtos semimanufaturados de ferro ou aço	2,20%	2,22%	2,33%	1,85%
	Químicos	Pastas químicas de madeira	1,80%	2,38%	1,92%	2,14%
	Alimentos / Fumo / Bebidas	Açúcar de cana em bruto	1,57%	1,84%	1,84%	2,41%
	Calçados / Couro	Couros e peles, depilados, exceto em bruto	1,35%	1,45%	1,59%	1,50%
	Metais comuns	Ferro fundido bruto e ferro spiegel	1,22%	0,78%	0,79%	0,74%
	Alimentos / Fumo / Bebidas	Óleo de soja em bruto	1,21%	1,42%	1,11%	0,71%
	Metais comuns	Alumínio em bruto	0,99%	1,24%	1,35%	1,16%
	Madeira	Madeira serrada em espessura > 6 mm	0,88%	0,88%	0,95%	0,92%
	Metais comuns	Ferro-ligas	0,63%	0,66%	0,68%	0,67%
	Metais comuns	Ligas de alumínio, em bruto	0,45%	0,30%	0,33%	0,33%
			12,29%	13,18%	12,90%	12,42%
Produtos Manufaturados						
Principais produtos manufaturados						
	Grupo	Produto				
	Mat. Transporte	Automóveis de passageiros	3,51%	3,64%	3,33%	3,33%
	Mat. Transporte	Aviões	3,40%	2,66%	3,88%	4,86%
	Metais comuns	Produtos laminados planos de ferro/aço	2,09%	1,95%	1,37%	1,02%
	Mat. Transporte	Motores para veículos de automóveis	2,03%	2,28%	2,24%	1,92%
	Mat. Transporte	partes e peças para veículos automóveis e tratores	2,03%	2,06%	1,91%	2,03%
	Calçados / Couro	Calçados, suas partes e componentes	1,98%	2,22%	2,51%	2,88%
	Máquinas / Equipamentos	Aparelhos de transm. ou receptores e componentes	1,43%	2,28%	2,95%	3,05%
	Produtos Minerais	Óleos combustíveis (diesel, fuel-oil, etc)	1,26%	1,36%	1,04%	1,36%
	Alimentos / Fumo / Bebidas	Açúcar refinado	1,15%	1,09%	1,64%	1,53%
	Mat. Transporte	Veículos de carga	1,15%	0,92%	0,71%	0,85%
			20,03%	20,46%	21,59%	22,83%
Total			58,31%	59,11%	59,37%	58,36%

Fonte: Elaborado a partir das séries disponíveis do Banco Central do Brasil para os anos de 2001, 2002, 2003, e 2004 – Relatórios de 2001, 2002, 2003 e 2004. Nota: Foram considerados apenas os dez maiores produtos em termos de receitas de exportação em cada ano.

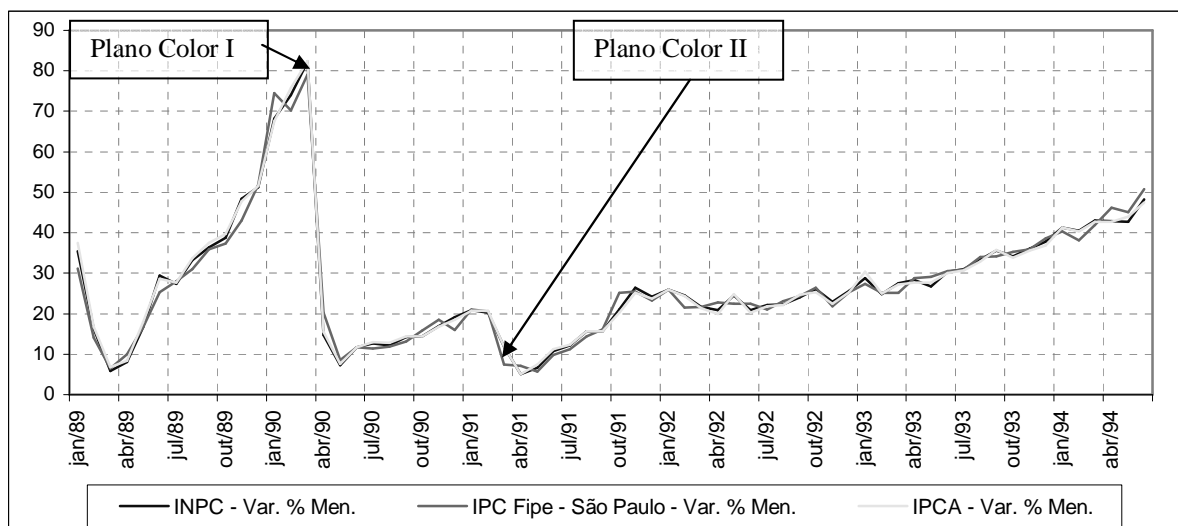
Tabela A.2.2.4: Exportações Brasileiras por grandes grupos de produtos (%), considerando apenas os dez produtos de maior receita de exportação em cada fator agregado: 1992, 2001, 2002, 2003 e 2004:

<u>Grandes Grupos de Produtos</u>	2004(2)	2003(2)	2002(2)	2001(2)	1992(1)
Alimentos / Fumo / Bebidas	22,32%	22,20%	21,61%	21,48%	23,14%
Mat. Transporte	12,13%	11,56%	12,08%	13,00%	12,10%
Produtos Minerais	8,86%	8,98%	8,90%	7,63%	8,18%
Metais comuns	7,57%	7,15%	6,85%	5,76%	17,05%
Calçados / Couro	3,33%	3,68%	4,10%	4,38%	5,30%
Máquinas / Equipamentos Elétricos	1,43%	2,28%	2,95%	3,05%	12,46%
Químicos	1,80%	2,38%	1,92%	2,14%	5,55%
Madeira	0,88%	0,88%	0,95%	0,92%	1,34%
Outros	-	-	-	-	0,89%
Ótica / Instrumentos	-	-	-	-	0,61%
Têxtil	-	-	-	-	4,61%
Papel	-	-	-	-	4,02%
Plástico / Borracha	-	-	-	-	3,33%
Min. N. met. / met. preciosos	-	-	-	-	1,46%
Total	58,31%	59,11%	59,37%	58,36%	100,03%

Fonte: Elaborado a partir das séries disponíveis em Thorstensen *et al* (1994) para o ano de 1992 e Banco Central do Brasil para os anos de 2001, 2002, 2003, e 2004 – Relatórios de 2001, 2002, 2003 e 2004. (1) Os valores de 1992 englobam as receitas de exportação de todos os tipos de produtos exportados. (2) Já os valores dos anos de 2001, 2002, 2003 e 2004 abrangem a somatória das receitas de exportação apenas dos dez primeiros produtos s por nível desagregação.

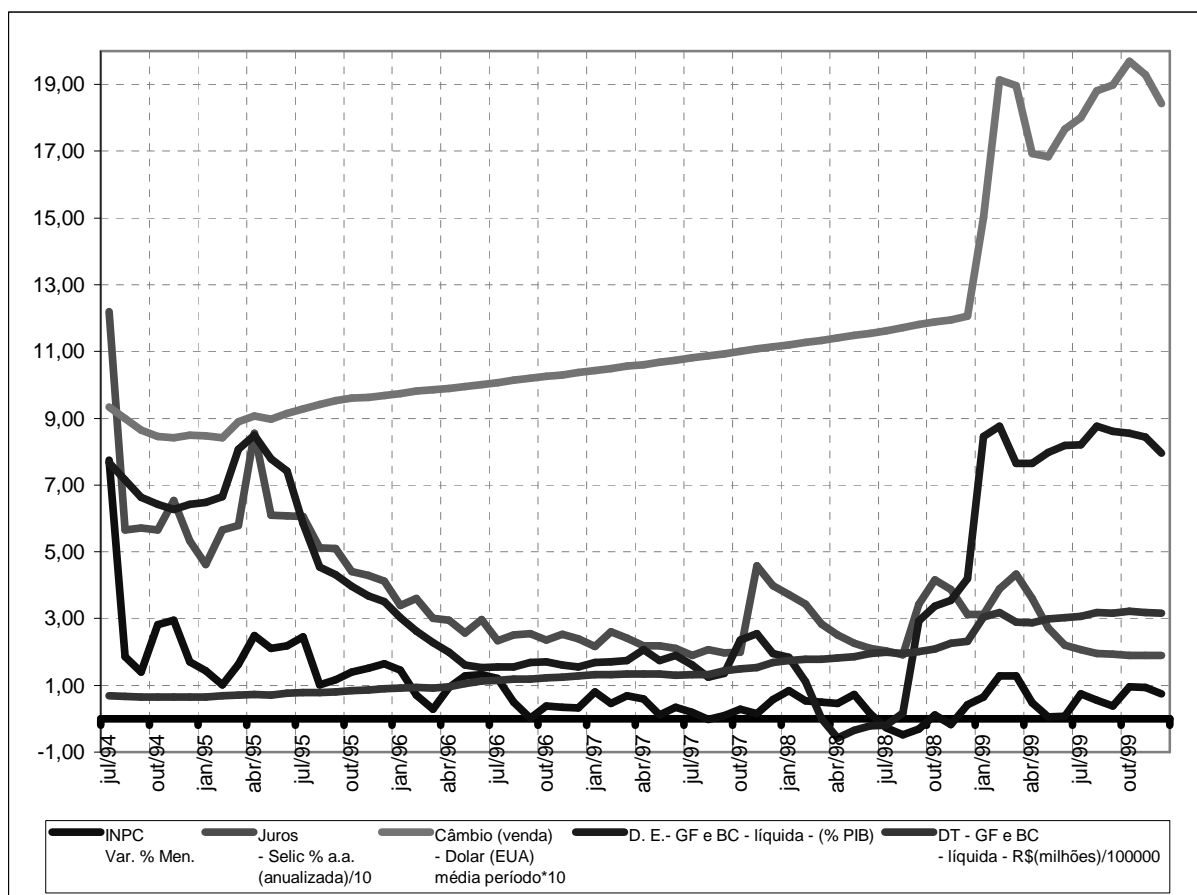
A.2.3: Variáveis macroeconômicas.

Gráfico A.2.3.1: Inflação, variação mensal - (jan/1989-jun/1994):



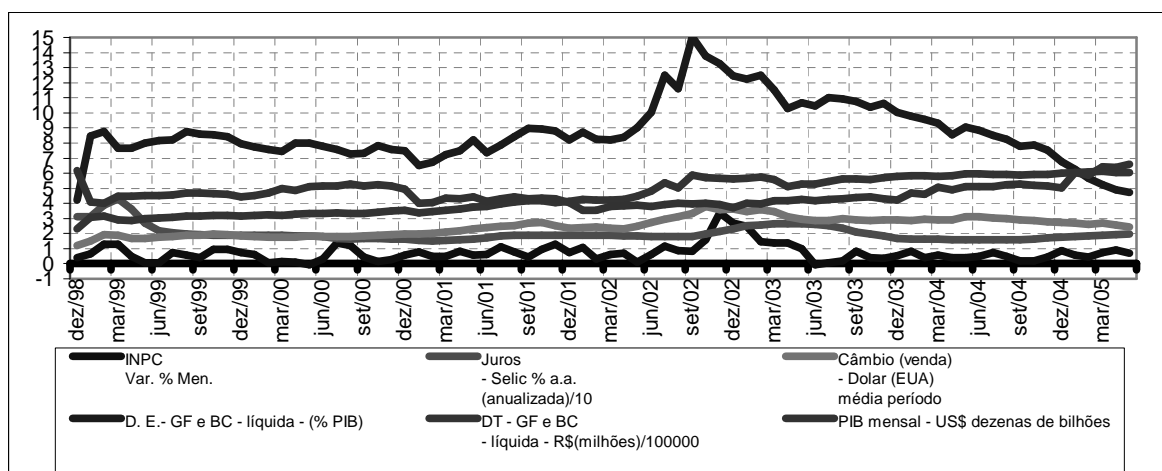
Fonte: Banco Central do Brasil

Gráfico A.2.3.2: INPC e SELIC (variação % mensal), dívida externa líquida do Governo Federal e do Banco Central (% do PIB) e Dívida Total do Governo Federal e do Banco Central (centenas de bilhões de R\$) - (jul/1994 - out/1999):



Fonte: Dados manipulados a partir do Banco Central e Ipeadata.

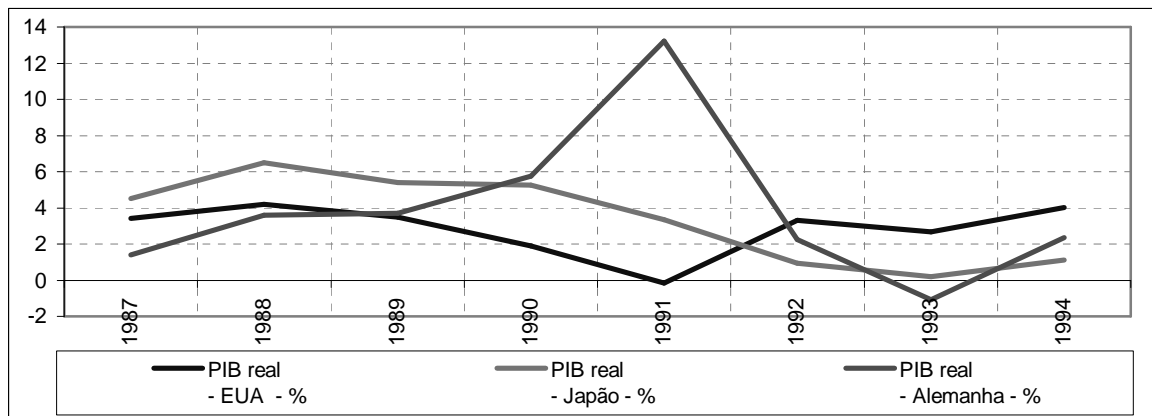
Gráfico A.2.3.3: INPC e SELIC (variação % mensal), dívida externa líquida do Governo Federal e do Banco Central (% do PIB), Dívida Total do Governo Federal e do Banco Central (centenas de bilhões de R\$) e PIB mensal (US\$ dezenas de bilhões) - (dez/1998 - mar/2005):



Fonte: Dados manipulados a partir do Banco Central e Ipeadata

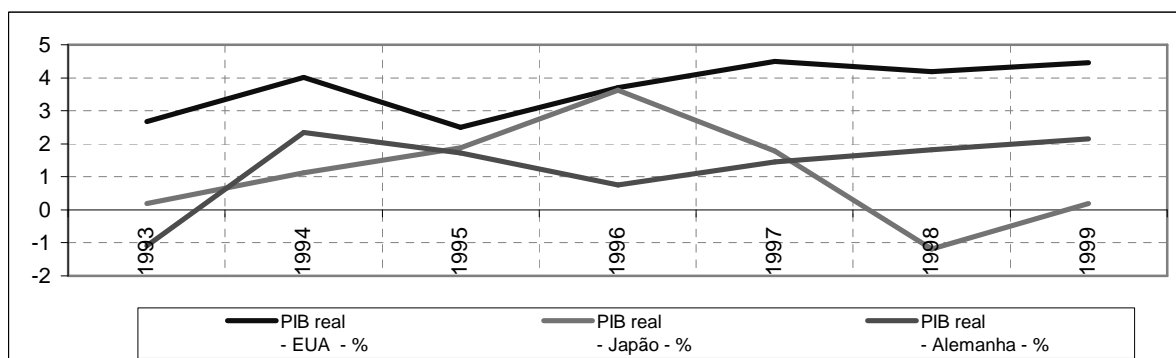
A.2.4: Variáveis relacionadas ao setor exportador.

Gráfico A.2.4.1: Variação do PIB Real dos EUA, Japão e Alemanha (1987-1994):



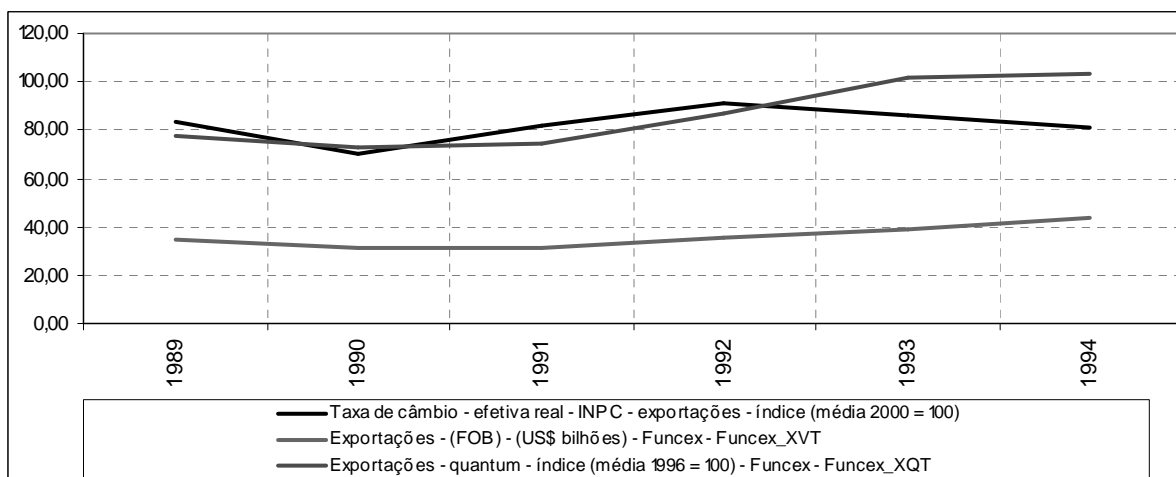
Fonte: Banco Central do Brasil

Gráfico A.2.4.2: Variação do PIB Real (%) dos EUA, Japão e Alemanha - (1993-1999):



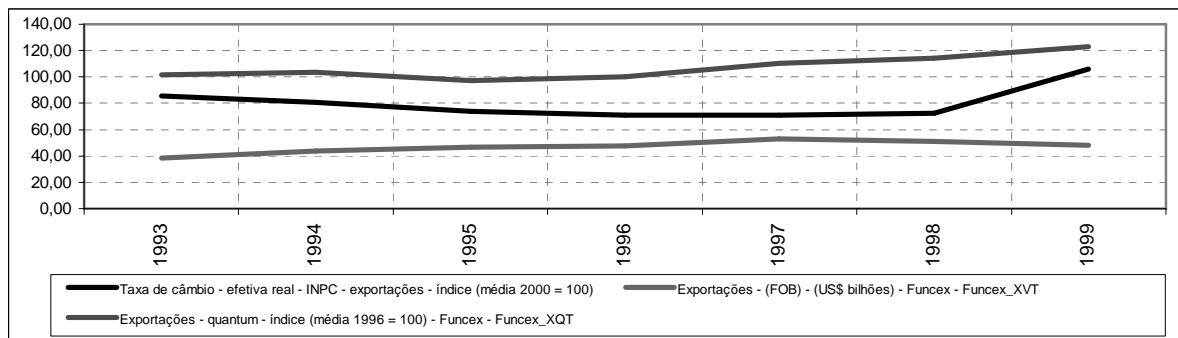
Fonte: Banco Central do Brasil

Gráfico A.2.4.3: Taxa de câmbio efetiva real (INPC - exportações) e exportações (FOB - US\$ bilhões e Quantum (média) = 1996=100) - (1989 - 1994):



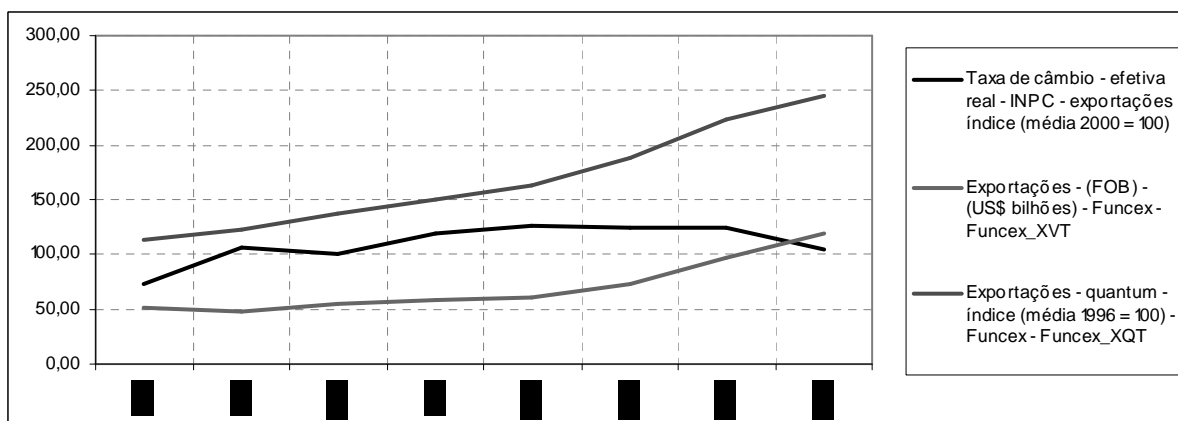
Fonte: Ipeadata.

Gráfico A.2.4.4: Taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações: índice média 2000 = 100) e exportações FOB (US\$ bilhões) e Quantum (índice média: 1996 = 100) - (1993 - 1999):



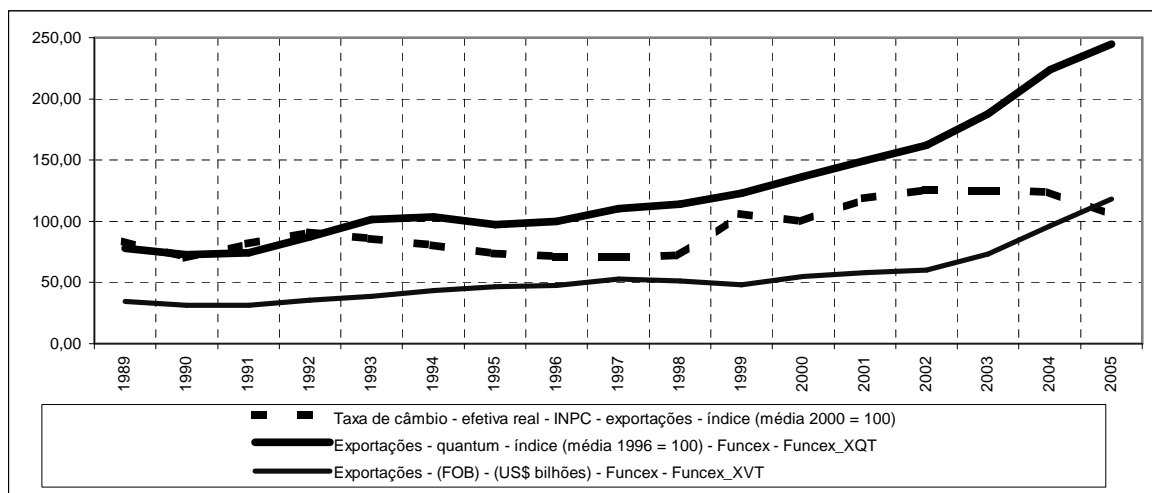
Fonte: Ipeadata.

Gráfico A.2.4.5: Taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações: índice média 2000 = 100) e exportações FOB (US\$ bilhões) e Quantum (índice média: 1996 = 100) - (1998 - 2005)



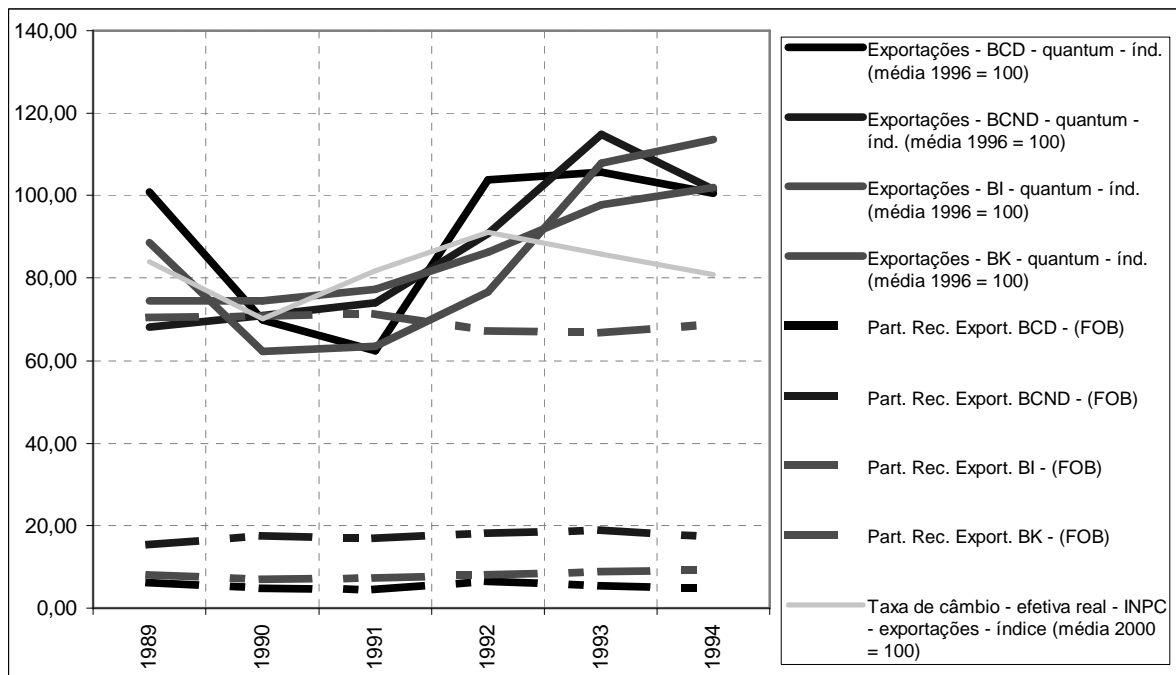
Fonte: Ipeadata.

Gráfico A.2.4.6: Câmbio, Exportações – FOB (US\$ Bilhões) e Quantum (índice 1996=100) – (1989-2005)



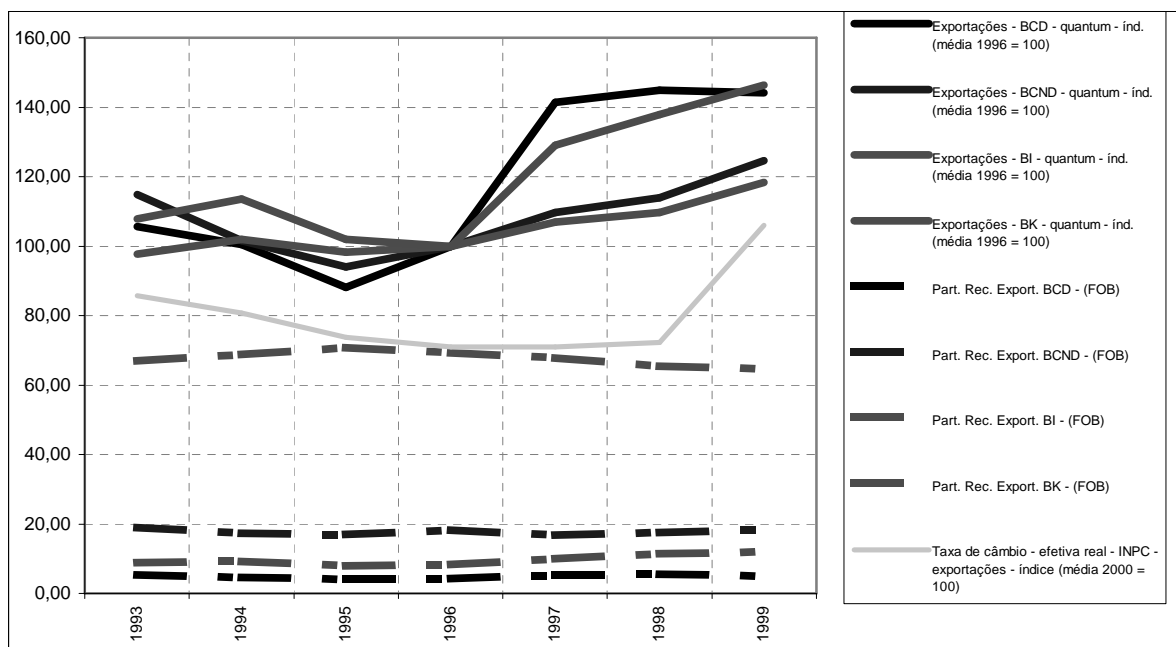
Fonte: Dados manipulados a partir das séries do Ipeadata e Banco Central

Gráfico A.2.4.7: Exportações: participação nas receitas de exportação (%) e quantum por categorias de uso (índice média = 1996 = 100) - (1989 - 1994):



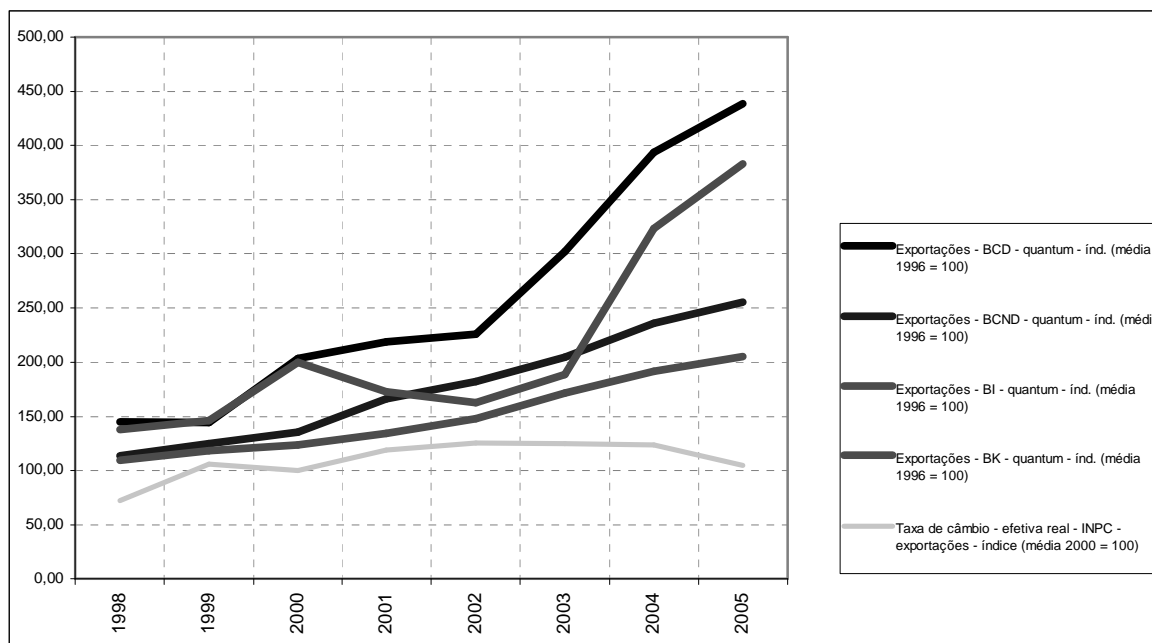
Fonte: Ipeadata

Gráfico A.2.4.8: Exportações: participação nas receitas de exportação (%) e quantum por categorias de uso (índice média = 1996 = 100) e taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações: índice média 2000 = 100) - (1994 - 1999):



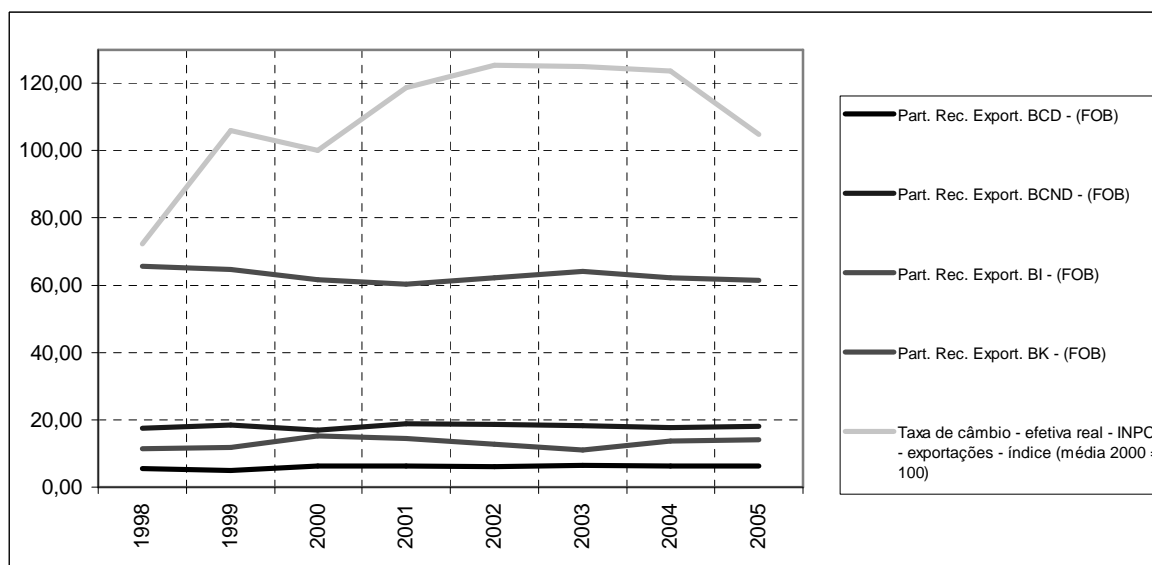
Fonte: Ipeadata

Gráfico A.2.4.9: Exportações (quantum) por categorias de uso (índice média = 1996 = 100) e taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações: índice média 2000 = 100) - 1998-2005:



Fonte: Ipeadata

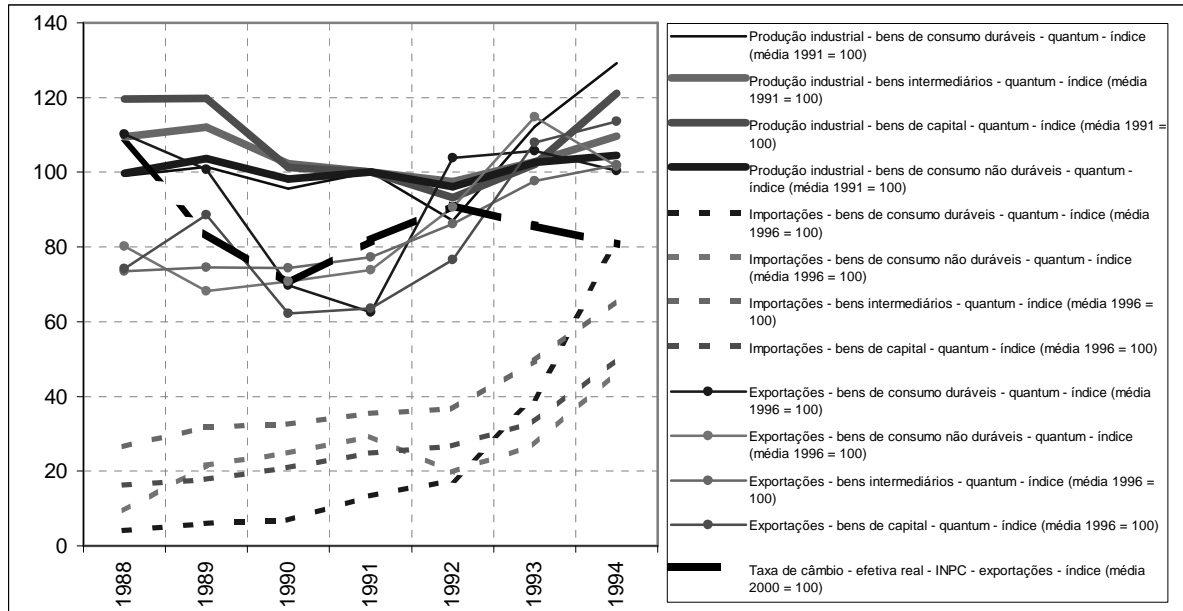
Gráfico A.2.4.10: Exportações: participação nas receitas de exportação (%) e taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações: índice média 2000 = 100) – Categorias de uso – (1998-2005):



Fonte: Ipeadata

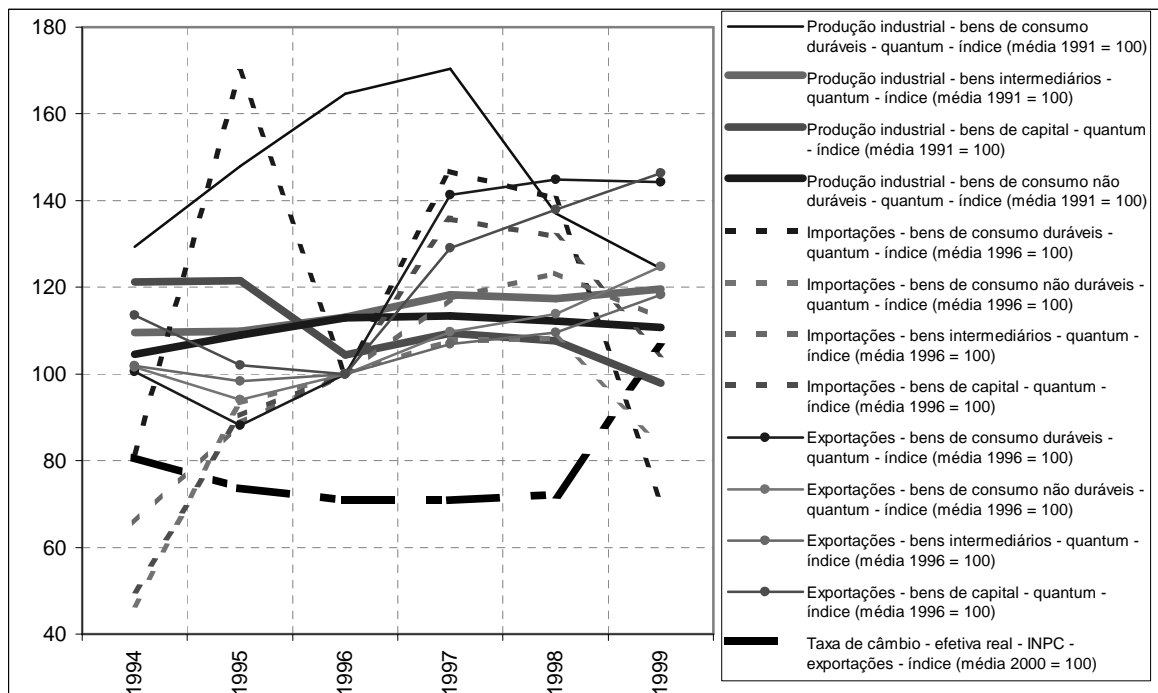
A.2.5: Variáveis relacionadas ao setor industrial.

Gráfico A.2.5.1: Indicadores industriais: quantum produzido (índice média: 1991 = 100), quantum importado (índice média: 1996 = 100), quantum exportado (índice média: 1996 = 100) – categorias de uso e taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações: índice média 2000 = 100) - (1989 - 1994):



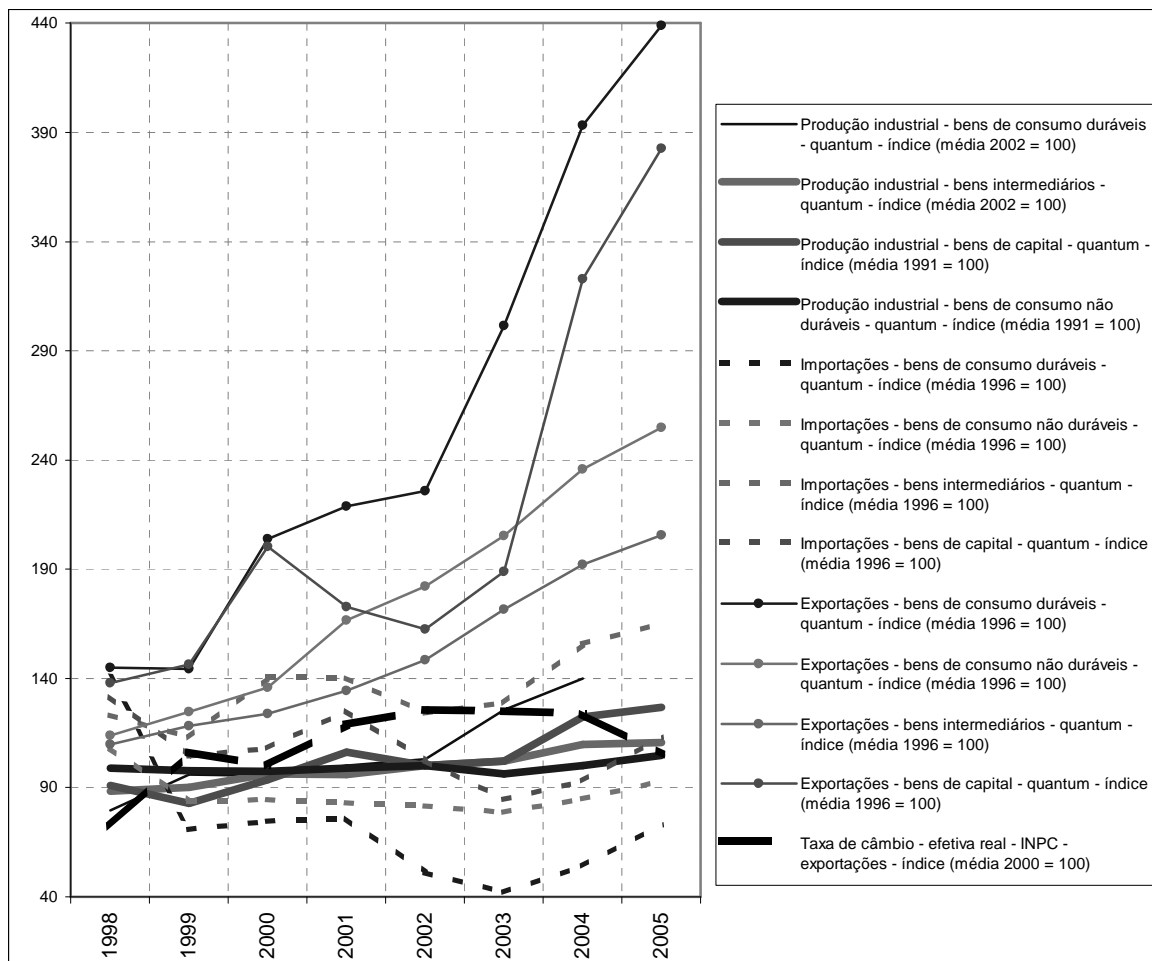
Fonte: Elaborado a partir das series do Ipeadata.

Gráfico A.2.5.2: Indicadores industriais: quantum produzido (índice média: 1991 = 100), quantum importado (índice média: 1996 = 100), quantum exportado (índice média: 1996 = 100) – categorias de uso e taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações: índice média 2000 = 100) - (1994 - 1999):



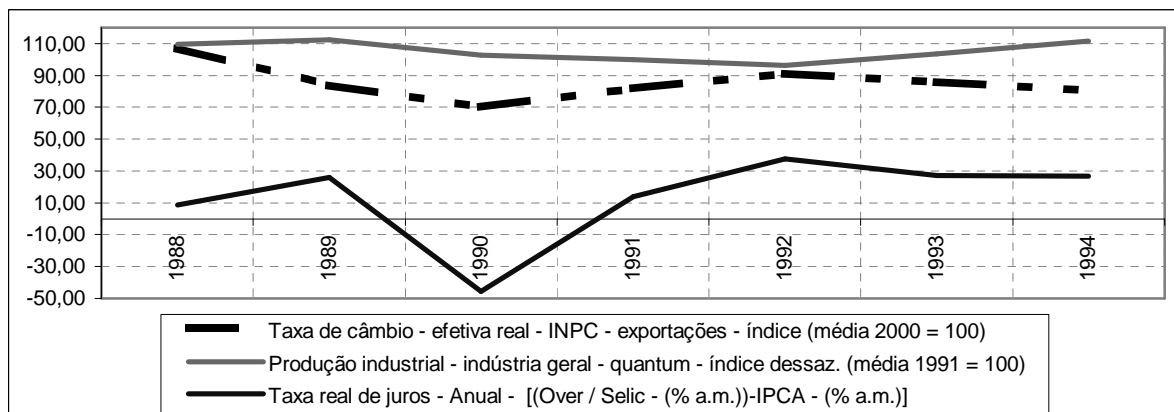
Fonte: Elaborado a partir das series do Ipeadata.

Gráfico A.2.5.3: Indicadores industriais: quantum produzido (índice média: 1991 = 100), quantum importado (índice média: 1996 = 100), quantum exportado (índice média: 1996 = 100) - categorias de uso e taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações: índice média 2000 = 100) - (1998 - 2005):



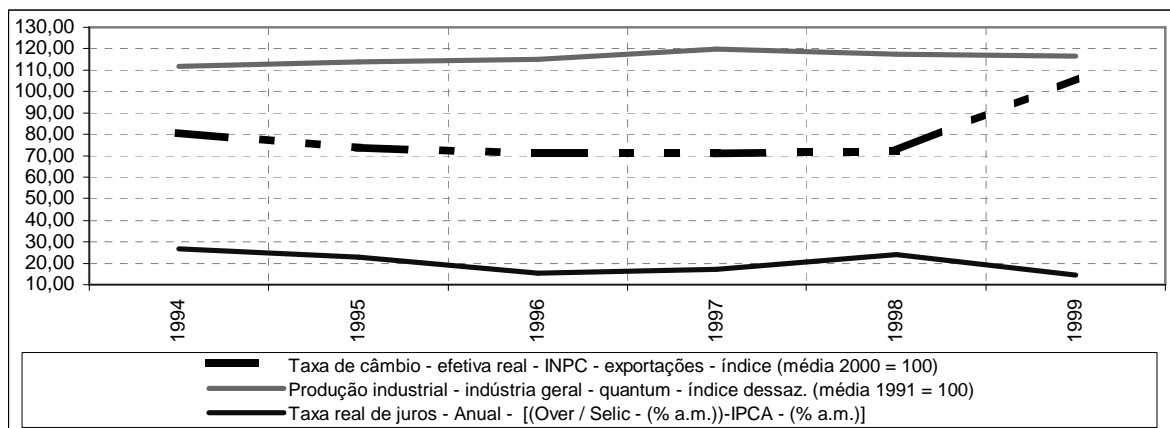
Fonte: Elaborado a partir das series do Ipeadata

Gráfico A.2.5.4: Taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações: índice média 2000 = 100), produção em quantum da indústria em geral (índice dessazonalizado: média 1991 = 100) e taxa real de juros (Over/SELIC - média simples - % a.m) - (1989-1994):



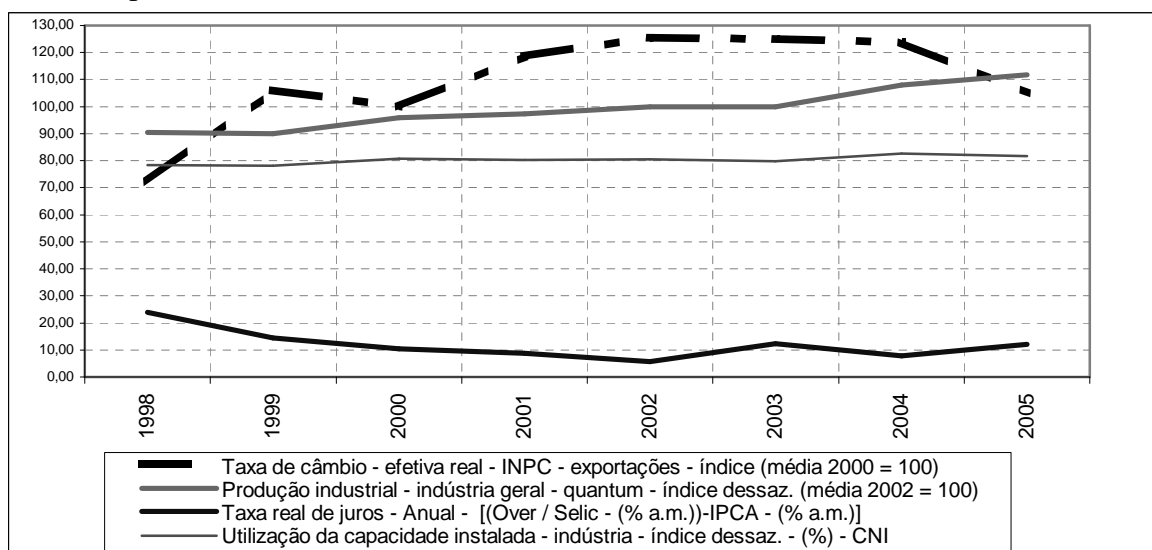
Fonte: Elaborado a partir das series do Ipeadata.

Gráfico A.2.5.5: Taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações: índice média 2000 = 100), produção em quantum da indústria em geral (índice dessazonalizado: média 1991 = 100) e taxa real de juros (Over/SELIC - média simples - % a.m) - (1994 - 1999):



Fonte: Elaborado a partir das series do Ipeadata.

Gráfico A.2.5.6: – Taxa de câmbio efetiva real (INPC exportações: índice média 2000 = 100), produção em quantum da indústria em geral (índice dessazonalizado: média 1991 = 100), utilização da capacidade instalada geral (CNI - %), e taxa real de juros (Over/SELIC - média simples - % a.m) - (1998 – 2005).



Fonte: Elaborado a partir das series do Ipeadata